

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS EXATAS E TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESIGN
MESTRADO EM DESIGN

SAULO SIMÕES DA SILVA

**ACESSO PERMITIDO: modelo de implementação da audiodescrição fílmica na
Cinemateca Virtual Guarnicê para pessoas com deficiência visual**

São Luís

2024

SAULO SIMÕES DA SILVA

**ACESSO PERMITIDO: modelo de implementação da audiodescrição fílmica na
Cinemateca Virtual Guarnicê para pessoas com deficiência visual**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Design, da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para obtenção do título de mestre em Design.

Linha de pesquisa: Design e Ergonomia

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Inez Maria Leite da Silva.

São Luís

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Silva, Saulo Simões da.

ACESSO PERMITIDO : modelo de implementação da
audiodescrição fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê para
pessoas com deficiência visual / Saulo Simões da Silva. -
2024.

170 p.

Orientador(a): Inez Maria Leite da Silva.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Design/ccet, Universidade Federal do Maranhão, São Luís,
2024.

1. Pessoa Com Deficiência Visual. 2. Design
Inclusivo. 3. Design Centrado No Ser Humano. 4.
Audiodescrição. 5. Cinemateca Virtual Guarnicê. I.
Silva, Inez Maria Leite da. II. Título.

SAULO SIMÕES DA SILVA

**ACESSO PERMITIDO: modelo de implementação da audiodescrição fílmica na
Cinemateca Virtual Guarnicê para pessoas com deficiência visual**

Aprovado em: 16 / 08 / 2024.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Inez Maria Leite da Silva (orientadora)
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Ivana Márcia Oliveira Maia
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Lívia Flávia de Albuquerque Campos
Universidade Federal do Maranhão

Prof.^a Dr.^a Juliana Campos Lobo
Instituto Superior Politécnico de Viseu (Portugal)

Aos meus amados filhos e a
minha fortaleza e esposa,
dedico este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Trajetória. A palavra que descreve este percurso. Cada passo, uma conquista; cada desvio, um ajuste no caminho. E aqui estamos, neste ponto, com gratidão.

Agradeço a Deus.

Aos meus pais, agradeço pelo apoio e orientação constantes. Seus ensinamentos foram fundamentais, e suas presenças permanecerão eternas.

Minha esposa, companheira de jornada. Com sua força e dedicação, alicerçou meus passos nos terrenos mais acidentados, abraçando os meus desafios e compartilhando as minhas vitórias. Obrigado, meu amor.

Aos meus filhos, a qual são os motivos das minhas conquistas. Tudo é por e para vocês.

À minha orientadora, Prof.^a Dr.^a Inez Maria Leite da Silva, agradeço pelos saberes acadêmicos e humanos concedidos a mim. Seu equilíbrio, serenidade e conhecimento equilibraram essas duas dimensões com maestria, influenciando decisivamente no trajeto e no resultado deste estudo. Muito obrigado.

Às professoras, Dr.^a Ivana Márcia Oliveira Maia, Dr.^a Livia Flávia de Albuquerque Campos e Dr.^a Juliana Campos Lobo da banca examinadora, expresso minha profunda gratidão pela generosidade em compartilhar seus saberes e experiências. Acolho as contribuições fundamentais para a ampliação do meu conhecimento e visão.

À Coordenação, aos membros do Colegiado e a todo o corpo discente do Programa de Pós-Graduação em Design (PPGDg), expresso minha gratidão pelo apoio e compreensão que transcenderam os ditames institucionais, reconhecendo as nuances humanas deste pesquisador.

Prof. Dr.^a Rosélis Câmara, a quem chamo de minha amiga, agradeço pelo apoio incondicional, pela presença constante e pelas palavras sempre reconfortantes e eficazes.

Aos colegas da DAC, agradeço pela camaradagem e colaboração.

A Isis Valle (XV), pelos constantes “acalma teu coração”. Agradeço pelo cuidado gentil, amigo e incentivador.

Aos colegas de turma, agradeço pela amizade e pelo aprendizado mútuo.

Em memória de Ricardo, agradeço pela sua influência e lembrança.

Agradeço a mim mesmo pela resiliência diante das adversidades. Você é maior do que imagina.

A todos que fizeram parte desta trajetória, meu sincero obrigado. Cada um teve um papel essencial neste caminho.

Muito obrigado a todos e todas.

RESUMO

O acesso igualitário e equitativo à cultura, à educação e a todas as esferas da vida é um direito humano básico e essencial, fundamental na formação do indivíduo, independentemente de suas habilidades ou limitações. Neste estudo exploratório, qualitativo e de natureza aplicada, propomos um modelo de implementação da audiodescrição (AD) de filmes na “Cinemateca Virtual Guarnicê”, orientado pelas abordagens do Design Inclusivo (DI) e Design Centrado no Humano (DCH), para viabilizar a inserção deste recurso assistivo, tornando esse acervo mais acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual: cegos ou com baixa visão. As etapas do método Design Science (DS) estruturaram a trajetória metodológica desta pesquisa, contemplando: (1) Compreensão do Problema, (2) Geração de Alternativas, (3) Desenvolvimento e (4) Avaliação. A coleta de informações iniciou com a pesquisa documental em fontes primárias, concomitantemente à Revisão Narrativa de Literatura (RNL), no intuito de demarcar um corpo teórico robusto e coerente abordando pessoa com deficiência; modelos de deficiência; pessoa com deficiência visual; Design Inclusivo e Design Centrado no Humano; tecnologias assistivas; audiodescrição e audiodescritores. Por fim, cinemateca, com ênfase na “Cinemateca Guarnicê” e na implantação da sua versão *online* e acessível. A entrevista semiestruturada com especialistas finalizou a etapa de coleta de dados. Os procedimentos da análise de conteúdo nas respostas dos informantes, alicerçaram a Ideação do artefato. Para a fase de ideação, elaborou-se um mapa conceitual consoante com a natureza de sua aplicação e a partir das informações resultantes na etapa de problematização. Assente no mapa conceitual, sumarizou-se um conjunto de recomendações para o modelo de implementação de audiodescrição fílmica na “Cinemateca Virtual Guarnicê”. O modelo foi avaliado utilizando a ferramenta questionário com questões fechadas, os dados obtidos foram tratados à luz do método de análise de conteúdo, utilizando a técnica de análise temática. Os resultados deste procedimento foram direcionados para o refinamento das recomendações, no intuito de que o modelo possa efetivamente atender ao objetivo de contribuir com a inclusão, a equidade e a autonomia da pessoa com deficiência visual, na “Cinemateca Virtual Guarnicê” da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e, com adaptações, em outros contextos.

Palavras-chave: Pessoa com deficiência visual; Design inclusivo; Design centrado no ser humano; Audiodescrição; Cinemateca Virtual Guarnicê.

ABSTRACT

Equitable and equal access to culture, education, and all spheres of life is a fundamental human right and essential in the formation of the individual, regardless of their abilities or limitations. In this exploratory, qualitative, and applied study, we propose a model for implementing audio description (AD) of films in the “Cinematic Virtual Guarnicê”, guided by the approaches of Inclusive Design (ID) and Human-Centered Design (HCD), to enable the insertion of this assistive resource, making this collection more accessible and inclusive for people with visual disabilities: blind or low vision. The stages of the Design Science (DS) method structured the methodological trajectory of this research, including: (1) Problem Understanding, (2) Alternative Generation, (3) Development, and (4) Evaluation. The information gathering began with documentary research in primary sources, concurrently with the Narrative Literature Review (NLR), in order to demarcate a robust and coherent theoretical body addressing people with disabilities; disability models; people with visual disabilities; Inclusive Design and Human-Centered Design; assistive technologies; audio description and audio describers. Finally, cinematheque, with emphasis on the “Cinematic Guarnicê” and the implementation of its online and accessible version. The semi-structured interview with specialists concluded the data collection stage. The content analysis procedures in the informants' responses supported the Ideation of the artifact. For the ideation phase, a conceptual map was elaborated in accordance with the nature of its application and based on the information resulting from the problematization stage. Based on the conceptual map, a set of recommendations for the model of implementation of film audio description in the “Cinematic Virtual Guarnicê” was summarized. The model was evaluated using a questionnaire tool with closed questions, the obtained data were treated in light of the content analysis method, using the thematic analysis technique. The results of this procedure were directed towards the refinement of the recommendations, so that the model can effectively contribute to the inclusion, equity, and autonomy of people with visual disabilities, in the “Cinematic Virtual Guarnicê” of the Federal University of Maranhão (UFMA) and, with adaptations, in other contexts.

Keywords: *Visual Impairment; Inclusive Design; Human-Centered Design; Audio Description; Cinematic Virtual Guarnicê.*

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 1 - Formação e Prática em AD por Avaliador e Critérios de Avaliação.....	105
Gráfico 2 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura por Avaliador e Critérios de Avaliação	108
Gráfico 3 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 3 - Mercado de AD por Avaliador e Critérios de Avaliação.....	111
Gráfico 4 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade por Avaliador e Critérios de Avaliação	114

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Esquema de distinção entre as terminologias	20
Figura 2 - Modelos de análise de Simões e Bispo (2006)	29
Figura 3 - Modelos de análise de Martins et al. (2012).....	29
Figura 4 - Representação do símbolo da audiodescrição	41
Figura 5 - Formatos e aplicações da Audiodescrição	45
Figura 6 - Formato da audiodescrição fílmica adotada para este estudo	47
Figura 7 - Inauguração da Cinemateca Guarnicê	53
Figura 8 - Caracterização da pesquisa.....	63
Figura 9 - Etapas do Design Science como método de pesquisa	68
Figura 10 - Fases de coleta de informações.....	69
Figura 11 - Estrutura Conceitual do modelo de Implementação de Audiodescrição aplicado à Cinemateca Virtual Guarnicê	92

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Cinematecas Brasileiras	58
Quadro 2 - Etapas do método de análise de conteúdo	77
Quadro 3 - Variáveis qualitativas ordinais, definições e atribuições de valores numéricos quantitativos.....	84
Quadro 4 - Recomendações para o modelo - Definição das categorias estruturantes	94
Quadro 5 - Recomendações para o modelo - Definição das questões balizadoras .	95
Quadro 6 - Organização das respostas da equipe de avaliação: dados qualitativos ordinais.....	102
Quadro 7 - Resumo das respostas da equipe de avaliação: atribuições numéricas aos dados qualitativos ordinais	103

LISTA DE SIGLAS

AAMICA	Associação dos Amigos do Cinema Capitólio
ABAD	Associação Brasileira de Audiodescrição
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
AD	Audiodescrição
ANCINE	Agência Nacional de Cinema
BDTD	Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CDPD	Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência
DAC	Diretoria de Assuntos Culturais
DCH	Design Centrado no Humano
DCU	Design Centrado no Usuário
DI	Design Inclusivo
DRC	Disability Rights Commission
DS	Design Science
EaD	Ensino à Distância
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FAPEMA	Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão
FGC	Festival Guarnicê de Cinema
FUNDACINE	Fundação Cinema RS
GBO	Guia Brasileiro de Ocupações
IBC	Instituto Benjamin Constant
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
LBI	Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência

LSE	Legenda para Surdos e Ensurdidos
MAM	Museu de Arte Moderna de São Paulo
MEC	Ministério da Educação
ONU	Organização das Nações Unidas
PcD	Pessoa com deficiência
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROEC/UFMA	Pró-Reitora de Extensão e Cultura
RNL	Revisão Narrativa de Literatura
RNP	Rede Nacional de Ensino e Pesquisa
SciELO	Scientific Electronic Library Online
STI/UFMA	Superintendência de Tecnologia da Informação
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TV UFMA	TV Universidade Federal do Maranhão
UFMA	Universidade Federal do Maranhão

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Contexto, problema e questão da pesquisa.....	19
1.2	Justificativa.....	21
1.3	Objetivos	24
1.3.1	Geral.....	23
1.3.2	Específicos	24
2	REFERENCIAL TEÓRICO.....	25
2.1	Pessoa com deficiência (PcD).....	24
2.2	Modelos de deficiência	28
2.3	Pessoa com deficiência visual	32
2.4	Design com o ser humano no centro.....	35
2.5	Design Inclusivo	38
2.6	Tecnologias assistivas.....	39
2.7	Audiodescrição (AD)	41
2.8	Audiodescritores	47
2.9	Cinemateca	49
2.10	Cinemateca Guarnicê.....	52
2.10.1	Cinemateca Guarnicê: virtualizar com acessibilidade.....	55
2.11	Audiodescrição em acervos virtuais similares (relatos)	58
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	63
3.1	Caracterização da pesquisa	63
3.2	O Método Design Science (DS)	65
3.3	Etapas da pesquisa	68
3.4	Etapa 1 - Compreensão do Problema	69
3.4.1	Pesquisa documental de fontes primárias	70
3.4.2	Revisão Narrativa de Literatura	71
3.4.3	Entrevista Semiestruturada	72
3.4.4	Análise dos dados	77
3.5	Etapa 2 - Geração de Alternativas.....	78
3.6	Etapa 3 - Desenvolvimento	80
3.7	Etapa 4 - Avaliação	81
4	RESULTADOS E DISCUSSÃO	86

4.1	Compreensão do problema	86
4.1.1	Formação e Prática em AD	86
4.1.2	Recursos e Infraestrutura	88
4.1.3	Mercado de AD.....	89
4.1.4	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	90
4.2	Geração de Alternativas.....	91
4.3	Desenvolvimento	93
4.3.1	Recomendações para o Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê	96
4.4	Avaliação.....	101
4.4.1	Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 1 - “Formação e Prática em AD” por avaliador e critérios de avaliação	105
4.4.1.1	<i>Critério de avaliação: Proximidade com a Realidade</i>	<i>105</i>
4.4.1.2	<i>Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes</i>	<i>106</i>
4.4.1.3	<i>Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.....</i>	<i>107</i>
4.4.1.4	<i>Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.....</i>	<i>107</i>
4.4.1.5	<i>Critério de avaliação: Coerência interna.....</i>	<i>107</i>
4.4.2	Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura por avaliador e critérios de avaliação	108
4.4.2.1	<i>Critério de avaliação: Proximidade com a realidade.....</i>	<i>109</i>
4.4.2.2	<i>Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes</i>	<i>109</i>
4.4.2.3	<i>Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.....</i>	<i>109</i>
4.4.2.4	<i>Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.....</i>	<i>110</i>
4.4.2.5	<i>4.4.2.5 Critério de avaliação: Coerência interna.....</i>	<i>110</i>
4.4.3	Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 3 - Mercado de AD por avaliador e critérios de avaliação	111
4.4.3.1	<i>Critério de avaliação: Proximidade com a realidade.....</i>	<i>111</i>
4.4.3.2	<i>Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes</i>	<i>112</i>
4.4.3.3	<i>Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.....</i>	<i>112</i>
4.4.3.4	<i>Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.....</i>	<i>113</i>
4.4.3.5	<i>Critério de avaliação: Coerência interna.....</i>	<i>113</i>
4.4.4	Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade por avaliador e critérios de avaliação ..	114
4.4.4.1	<i>Critério de avaliação: Proximidade com a realidade.....</i>	<i>114</i>

4.4.4.2	<i>Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes</i>	<i>115</i>
4.4.4.3	<i>Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.....</i>	<i>115</i>
4.4.4.4	<i>Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.....</i>	<i>116</i>
4.4.4.5	<i>Critério de avaliação: Coerência interna.....</i>	<i>116</i>
5	CONCLUSÃO.....	118
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS EM GESTÃO	130
	APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS EM AUDIODESCRIÇÃO.....	134
	APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ENTREVISTAS.....	139
	APÊNDICE D - MAPA CONCEITUAL PARA AMBIENTAÇÃO DOS INFORMANTES	141
	APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO	142
	APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA QUESTIONÁRIO	156
	APÊNDICE G - GUIA DE RECOMENDAÇÕES PARA O MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO NA CINEMATECA GUARNICÊ	158

1 INTRODUÇÃO

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD): Pessoas com Deficiência 2022, estimou que 18,6 milhões de pessoas de 2 anos ou mais, ou seja, 8,9% da população dessa faixa etária, corresponde à população com deficiência no Brasil (IBGE, 2022). Das que responderam “ter dificuldade para enxergar”, mesmo com o uso de óculos (ou lentes de contato), foram 3,1% da população, ou 6,49 milhões de pessoas.

A realidade que a estatística apresenta, obriga-nos a refletir de maneira profunda sobre como estão sendo observados os temas da inclusão e da acessibilidade nos diversos setores da sociedade em relação a esta parcela expressiva da população com deficiência, mais especificamente às pessoas com deficiência visual, foco deste estudo.

A deficiência não é uma particularidade do indivíduo, mas o resultado da sua relação com os entraves e obstáculos presentes no meio onde vive (Simões; Bispo, 2006). Neste contexto, adotar a abordagem Design centrado no ser humano (DCH) e o Design inclusivo (DI), que consideram a inclusão pela acessibilidade inserida desde as fases iniciais de projeção de um artefato, evitando, assim, adaptações posteriores, faz sentido para este estudo. Assim, tem-se como objetivo principal propor recomendações a serem consideradas na Cinemateca Virtual Guarnicê, projeto ainda em processo de elaboração.

Essa reflexão nos leva a percepção de que o acervo fílmico da Cinemateca Virtual Guarnicê, se incorporada a tecnologia assistiva audiodescrição (AD) nas obras que o compõem, viabiliza o acesso de pessoas com deficiência visual a um catálogo importante de filmes produzidos no Maranhão e no Brasil. Nas últimas quase cinco décadas, diretores de todo o país, participantes do Festival Guarnicê, utilizaram a linguagem artística para mostrar suas visões particulares sobre uma diversidade temática inestimável. É essa riqueza histórica que está sendo negada a esse grupo de indivíduos.

Considerando que o filme é um produto audiovisual, baseado na percepção visual e auditiva, torna-se evidente que elementos necessários a uma fruição plena da obra fílmica, como arquitetura, figurino, gestos, expressões das personagens e ambientação, não são acessíveis às pessoas com deficiência visual.

Nesse contexto, a tecnologia assistiva da audiodescrição se destaca como a mais adequada para proporcionar condições de uso, percepção, compreensão e aproveitamento pleno do filme. Audiodescrição é um recurso de acessibilidade que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, cujo objetivo é proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliar o entendimento de imagens estáticas ou em movimento, particularmente pessoas cegas ou com baixa visão (ABNT NBR 16452, 2016).

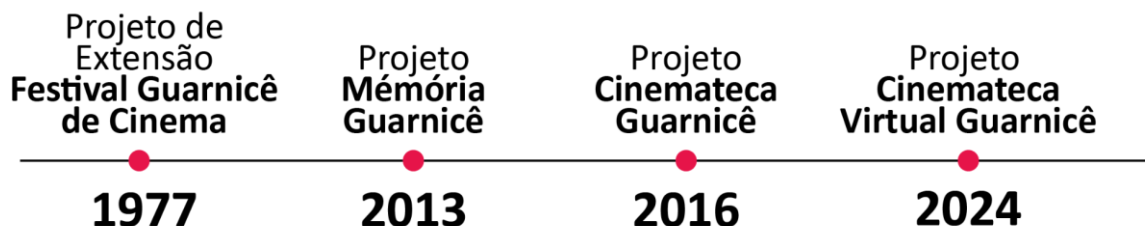
Neste breve prelúdio, evidenciamos os indícios do cenário relacionado à inclusão da pessoa com deficiência visual por meio da acessibilidade no contexto do acervo da Cinemateca Guarnicê. Essa dimensão específica será contextualizada no decorrer deste estudo.

1.1 Contexto, problema e questão da pesquisa

O repositório audiovisual público da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), denominado “Cinemateca Guarnicê” é um dos mais importantes espaços culturais de preservação da memória audiovisual do Brasil e do Maranhão. Detém em seu acervo - recuperado em 2012 pelo projeto Memória Guarnicê - décadas de produção fílmica local e nacional, que fizeram parte do Festival Guarnicê de Cinema (FGC), realizado pela UFMA desde 1977. Implantada em 2016, a Cinemateca Guarnicê é resultado da parceria do Departamento de Assuntos Culturais, hoje, Diretoria (DAC), e da TV Universidade Federal do Maranhão (TV UFMA).

Atualmente sediado no Palacete Gentil Braga, sede administrativa da DAC, situado na rua Grande (Rua Oswaldo Cruz), centro de São Luís, o espaço de conservação de produtos fílmicos encontra-se desativado devido a inadequações estruturais, de equipamentos e operacionais. Estas questões impedem o acesso do público de diferentes perfis e interesses relacionados aos produtos cinematográficos ali presentes, em especial, os filmes. Tais interesses podem ser nos contextos da pesquisa, da educação, do entretenimento e do registro documental, entre tantas outras interações possíveis.

Pela proximidade de algumas terminologias presentes na introdução, e em todo percurso desta pesquisa, desenvolvemos um esquema visual (Figura 1) para melhor distinção de cada um dos termos destacados e sua localização temporal: Projeto de Extensão Festival Guarnicê de Cinema, Projeto Memória Guarnicê, Projeto Cinemateca Guarnicê e Projeto Cinemateca Virtual Guarnicê (em elaboração).

Figura 1 - Esquema de distinção entre as terminologias

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

O Projeto Festival Guarani de Cinema foi concebido no âmbito da Extensão Universitária da UFMA e tem sido executado pela mesma universidade desde o ano de 1977. É o quarto festival de cinema mais antigo do Brasil e o segundo mais antigo promovido por universidades públicas. Em 2024, chegou à sua 47ª Edição, consolidando o formato híbrido: programação presencial e *online*.

Em quase cinco décadas, o festival exibiu milhares de filmes de todos os gêneros e linguagens, servindo como plataforma para as primeiras experimentações de cineastas iniciantes de todo o país, estabelecendo-se como uma referência nacional e polo difusor da arte cinematográfica. Possui um dos mais ricos acervos fílmicos nacionais, contendo registros históricos dos diversos momentos sociais e políticos do Brasil. Toda a programação é oferecida de forma completamente gratuita.

Iniciado em 2013, o Projeto Memória Guarani foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Maranhão (FAPEMA). O projeto tinha como objetivo recuperar e digitalizar parte da memória audiovisual maranhense e nacional, do período em que o Festival Guarani recebia os filmes concorrentes no formato de mídia de vídeo VHS¹.

O projeto de iniciativa da TV UFMA em parceria com a DAC, passou por um processo curatorial, incluindo a catalogação e digitalização dos filmes originalmente em formato de fita de vídeo. Logo, o Projeto Cinemateca Guarani é um desdobramento do “Memória Guarani”, uma iniciativa conjunta da TV UFMA e da DAC, inaugurada em 2016. Esta proposta, viabilizada pela FAPEMA, resultou na criação de um museu dedicado a componentes cinematográficos: filmes, livros, periódicos, catálogos, entre outros produtos, relacionados à linguagem do cinema. Na

¹ O Video Home System (VHS), foi lançado em 1976, pela JVC, com tempo de gravação de 2h/fita. Também utilizava fitas magnéticas de 1/2 polegada. (Abreu; Silva, 2012, p. 6)

sua estrutura, previa-se uma biblioteca especializada em cinema e cabines de pesquisa para acesso local ao acervo fílmico.

Por fim, apresentamos o objeto de estudo deste trabalho: o projeto “Cinemateca Virtual Guarnicê”, em fase de desenvolvimento pela DAC, coordenado por este pesquisador. Na estrutura da Cinemateca Virtual Guarnicê está previsto o acesso ao acervo digital via plataforma de *streaming*, utilizando a mesma tecnologia usada na programação *online* do FGC, desenvolvida na UFMA.

Dada essa proximidade executiva, entendemos que esse projeto em ambiente digital, exige ações que visem mitigar a ausência de acessibilidade, evidenciada ao longo das dezenas de anos de construção do acervo em destaque.

1.2 Justificativa

Não há como atribuir a uma única causa ou um fator específico a ausência de acessibilidade no acervo da cinemateca Guarnicê, na verdade, trata-se de um problema com origem multifatorial, que exige uma análise profunda para sua compreensão. É bastante para justificar este estudo, apontar o aspecto que traz indícios importantes para se entender a configuração contemporânea deste repositório fílmico.

Para inferir a dimensão da ausência de acessibilidade na cinemateca, olhemos para o fator produção cinematográfica nacional. Na margem de filmes que participam do circuito de festivais brasileiros, analisamos um recorte temporal: a edição 44 do FGC, realizada em 2021. Naquele ano, foi inserido um campo no formulário de inscrição do festival, solicitando que os cineastas indicassem se seus filmes continham algum recurso assistivo.

De um total de 1152 obras inscritas de todas as regiões do país, apenas 19 filmes possuíam audiodescrição². Portanto, no contexto demarcado, deduz-se a inexistência do uso do recurso assistivo em uma parcela significativa da produção audiovisual brasileira, que comumente não é exibida em salas de cinema comerciais.

Cabe destacar que a audiodescrição presente nas obras inscritas em 2021, foram “declaradas” pelos produtores no momento da inscrição. Portanto, não há garantia que o recurso assistivo esteja realmente alinhado com as melhores práticas de uma audiodescrição profissional. Observamos, por exemplo, casos de

² Informação fornecida verbalmente pela Assessoria de Imprensa do Festival Guarnicê de Cinema, em agosto de 2023.

interpretação equivocada, onde a narração por uma personagem do filme foi confundida com a audiodescrição.

Por óbvio, sendo a Cinemateca Guarnicê “alimentada” com filmes sem a tecnologia assistiva AD, percebe-se evidente que inexiste a oportunidade da interação satisfatória da pessoa com deficiência visual com os filmes do acervo da cinemateca.

Como complicador, a possibilidade de transição do acervo da Cinemateca Guarnicê, com acesso presencial e sem acessibilidade, para o ambiente virtual, com amplo acesso e sem audiodescrição, pela natureza democrática da internet, potencializaria o problema. Configurou-se, assim, um desafio e uma oportunidade única de enfrentamento ao caminho histórico do não acesso ao acervo da Cinemateca Guarnicê.

Sem entrar nos méritos dos complexos “porquês” que estruturaram a atual conjuntura, este panorama nos causou inquietação. A compreensão da urgência em abordar este assunto, tornou-se motivação para considerar a inclusão pela acessibilidade como um tema de pesquisa científica relevante.

Além disso, a função de coordenador do FGC exige como postura profissional adequada, estimular discussões que resultem na promoção de condições inclusivas necessárias para assegurar o acesso equitativo e igualitário a todos os públicos. Tal postura implica em um movimento significativo no sentido da quebra de barreiras atitudinais³ que existem ao longo da história do festival.

Há de se observar também outra questão orientadora, as diretrizes de acessibilidade, estabelecidas na legislação que normatiza a participação cidadã das pessoas com deficiência no país, enfatizam a necessidade de mais iniciativas inclusivas para este grupo historicamente minorizado⁴. Na mesma esteira, mas direcionando o olhar para o contexto deste estudo, as regulamentações legais⁵ que tratam da obrigatoriedade da audiodescrição em filmes produzidos no Brasil para as pessoas com deficiência visual.

³ Barreiras atitudinais: atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas (Brasil, 2015).

⁴ “Consideramos o uso desse termo apropriado por apontar que o grupo em questão não é necessariamente minoritário em termos numéricos, mas é minorizado socialmente devido à falta de acesso a recursos e ao poder necessário para mudar as condições que poderiam garantir vida digna e cidadania aos seus componentes” (Freires et al., 2022, p. 383).

⁵ Instrução Normativa n.º 116, de dezembro de 2014, que dispõe sobre as normas gerais e critérios básicos de acessibilidade a serem observados por projetos audiovisuais financiados com recursos públicos federais geridos pela Agência Nacional de Cinema (ANCINE).

Assente nos contornos iniciais ora expostos, é possível manifestar o problema de pesquisa que motivou o estudo e que, por óbvio, pretende-se propor uma solução no escopo desta dissertação: “A ausência de audiodescrição de filmes no acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê torna-o inadequado para pessoas com deficiência visual.”

Com a problemática conhecida, entende-se que desenvolver um documento científico no âmbito de mestrado em Design, tendo como linha de pesquisa Design e Ergonomia, responde à questão da pesquisa: “Quais recomendações devem ser consideradas na estruturação de um modelo de implementação de audiodescrição fílmica, orientadas nas abordagens de Design Inclusivo e Design Centrado no Ser Humano, para assegurar o acesso inclusivo de pessoas com deficiência visual ao acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê?”

Na intenção de que a aplicação do modelo proposto configure a Cinemateca Virtual Guarnicê como um ambiente inclusivo, alterando uma realidade histórica de exclusão da pessoa cega (ou baixa visão) em seu acervo, alinhamo-nos com a afirmação de Friedman (2017, p.32) sobre design: “envolve a criação de algo novo ou a transformação de uma situação desagradável em algo mais desejável”.

No mesmo pensamento e considerando a relevância cultural e histórica do acervo da Cinemateca Guarnicê e a sua integração ao ambiente digital, percebe-se imperativo desenvolver um artefato, alicerçado nos processos de Design, que norteie a implementação da audiodescrição eficiente, minimizando, na razoabilidade, a barreira comunicacional presente. Pretende-se, com esta ação, assegurar que as experiências, tanto individuais quanto coletivas, sejam inclusivas e enriquecedoras para todos os públicos.

1.3 Objetivos

1.3.1 Geral

Propor recomendações para a estruturação de um modelo de implementação de audiodescrição fílmica, orientado pelas abordagens de Design Inclusivo e Design Centrado no Ser Humano, visando tornar o acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê mais acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual.

1.3.2 Específicos

Para alcançar o objetivo geral, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- Analisar lacunas e limitações no conhecimento atual sobre audiodescrição fílmica;
- Compreender o problema com base na experiência de especialistas e praticantes na área de audiodescrição fílmica;
- Desenvolver um conjunto de recomendações práticas para a implementação de audiodescrição fílmica na “Cinemateca Virtual Guarnicê”
- Realizar validação do modelo de implementação proposto.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A finalidade do referencial teórico é oferecer um conjunto de conceitos que conduzam de maneira consistente à compreensão e a interpretação eficaz dos fenômenos investigados. Isso viabiliza uma abordagem mais sólida e criteriosa à pesquisa, permitindo uma análise aprofundada sobre o tema em estudo (Friedman, 2017).

Este capítulo apresenta um corpo teórico robusto, capaz de fornecer conhecimento válido e verificável sobre os conceitos de pessoa com deficiência, mais especificamente, às cegas e baixa visão. Da mesma forma, as abordagens de design com o ser humano no centro, as tecnologias assistivas, em particular, a audiodescrição, e as cinematecas, particularizando na Cinemateca Virtual Guarnicê.

Iniciemos compreendendo conceitos e definindo termos relacionados à pessoa com deficiência visual. Para maior amplitude teórica, abordamos as principais leis e diretrizes que cuidam da acessibilidade e inclusão para pessoas com deficiência visual.

2.1 Pessoa com deficiência (PcD)

A demanda prioritária deste estudo é apontar caminhos que visam superar a lacuna, confessa na introdução, da falta de acessibilidade no acervo da Cinemateca Guarnicê, preocupando-se em mitigar a possível amplificação dessa exclusão ao disponibilizar esse acervo na internet, ou seja, na sua versão virtual.

Entretanto, antes de particularizar o olhar para o tema da pessoa cega ou baixa visão, cabe o entendimento do conceito mais amplo que é a pessoa com deficiência, a partir de algumas perspectivas sobre o assunto.

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), pesquisa feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), considera pessoa com deficiência:

O morador de 2 anos ou mais de idade que respondeu ter muita dificuldade ou não conseguir de modo algum realizar as atividades perguntadas em ao menos um dos quesitos investigados, que envolvem dificuldades em domínios funcionais como enxergar, ouvir, andar, funcionamento dos membros superiores, cognição, autocuidado e comunicação (IBGE, 2022).

Consoante a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, conduzida pelas Nações Unidas, promulgada no Decreto nº 6.949, de agosto de 2009, pessoas com deficiência são:

[...] aquelas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas” (Brasil, 2009, n.p).

Simões e Bispo (2006) no capítulo que introduz o seu discurso sobre o entendimento da pessoa com deficiência, define:

[...] aquelas para quem a existência de um meio ambiente inadequado se torna mais problemático, pois se para a generalidade da população esta inadequação é causadora de incômodo e desconforto, ou factor de risco de acidentes, para este sector da população é, na maior parte das vezes, razão de exclusão e impedimento à participação social” (Simões; Bispo, 2006, p. 13).

Em suma, o IBGE (2022) define a deficiência com base nas dificuldades em atividades funcionais, já para a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI) (Brasil, 2015), os “impedimentos de longo prazo” determinam a natureza da deficiência. Simões e Bispo (2006) apontam para os aspectos relacionados ao meio, ou seja, as barreiras presentes no ambiente definem o grau de exclusão e a dificuldade de participação social.

Os afastamentos e aproximações presentes nos diferentes conceitos demonstram a complexidade da temática e a necessidade de se considerar diversos olhares evitando, assim, generalizações, principalmente na construção de conhecimento que tenha uma utilidade para a sociedade e que envolva esforços na promoção da inclusão e da acessibilidade. Construir uma dimensão adequada do conhecimento é essencial para a compreensão do problema e para orientar a criação de projetos inclusivos no campo das Ciências Sociais Aplicadas, onde se enquadra o Design (Santos, 2018).

Segundo Löbach (2001), o design deve priorizar o problema social como o objeto central do projeto e o ponto de partida dos estudos. As soluções são apenas uma maneira de resolver esse problema social, melhorando, assim, as condições de vida de determinados grupos da sociedade.

Isto posto, reconhecendo que a configuração social é decisiva no cerne do problema da inclusão, é importante elucidar essa construção histórica e seus reflexos.

Nesse sentido, são bases importantes para esta investigação os aspectos históricos e legais, incluindo a referência aos principais documentos internacionais e nacionais que regulamentam a questão das pessoas com deficiência.

A pactuação da Convenção Internacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPD) e seu Protocolo Facultativo, adotado na 61ª sessão da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 2006, foram assinados, sem reservas, em 30 de março de 2007, pelo governo brasileiro no sentido de garantir monitoramento e cumprimento das obrigações do Estado.

O Brasil, nos anos de 1980 e 1990, avançou em questões importantes no que se refere a leis no âmbito dos direitos humanos e civis. A Constituição Federal de 1988, consolidou direitos fundamentais para o pleno desenvolvimento da cidadania (Brasil, 1988) enquanto, em 1990, foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que garantiu direitos específicos às crianças e adolescentes (Brasil, 1990).

Alguns grupos da população precisavam de leis mais específicas para garantir a efetivação de seus direitos. Nesse contexto, surgiram as lutas pelos direitos das pessoas com deficiência. No final dos anos 2000, o Estatuto da Pessoa com Deficiência surge como a primeira proposta legislativa no Congresso Nacional a tratar desses direitos. Já a CDPD foi aprovada no Congresso Nacional no ano de 2008 (Brasil, 2010).

Tendo como base a CDPD e as várias discussões que visavam à melhoria do texto da proposta do Estatuto da Pessoa com Deficiência, em julho de 2015, a presidente da república Dilma Rousseff instituiu a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), lei n.º 13.146/2015, que descreve em seu artigo primeiro.

Art. 1º É instituída a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência), destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (Brasil, 2015).

A LBI aspira garantir a participação plena na sociedade das pessoas com deficiência, ou seja, que estes indivíduos possam exercer sua cidadania de forma equitativa com os demais, no meio onde estão inseridas. Naturalmente, não aprofundaremos esse tópico, uma vez que nosso objetivo é fornecer ferramentas para

embasar a pesquisa de forma que se alcance compreensão adequada acerca do contorno teórico que se refere à Pessoa com Deficiência (PcD).

2.2 Modelos de deficiência

Conforme observado no relato histórico anterior, o ativismo das pessoas com deficiência desencadeou o envolvimento de entidades políticas governamentais, tanto em âmbito nacional quanto internacional, na busca por normas e leis que assegurassem o pleno exercício da cidadania para todos, sem restrições.

Com base nesse cenário, torna-se essencial analisar como as atitudes e percepções em relação à deficiência, influenciadas pela religião, ciência e teorias filosóficas, se configuraram ao longo do tempo. Da mesma forma, é interessante verificar como essas mudanças continuam a influenciar as abordagens sobre o papel das pessoas com deficiência na comunidade e na vida social.

Neste sentido, inicialmente, direcionamos nossa atenção para os modelos de análise e definição de deficiência, propostos por Simões e Bispo (2006), assim denominados: modelo moral ou religioso, modelo médico e modelo social. No Modelo Moral ou Religioso, a deficiência é atribuída ao pecado, sendo vista como uma consequência de atos praticados à margem da lei divina e, portanto, passível de punição. Conforme afirmam Simões e Bispo (2006, p. 26), “As pessoas com deficiência eram consideradas impuras e deveriam ser afastadas da sociedade”.

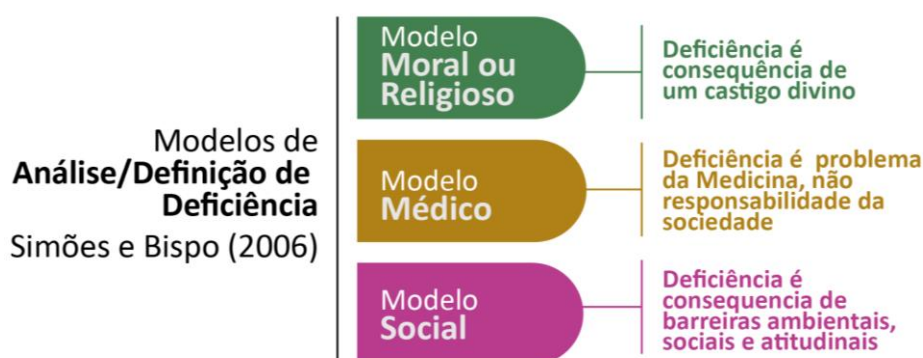
Quanto ao Modelo Médico, Simões e Bispo (2006, p. 26) explicam: “Como muitas das deficiências têm uma origem médica, deveriam ser os médicos a tomar conta desta população, resumindo a questão da deficiência a um problema técnico da medicina”. Ou seja, os problemas relacionados à deficiência são questões do indivíduo, e à medicina caberia a cura, situando a solução em um nível pessoal. “Se o indivíduo fosse curado, estes problemas não existiriam. A sociedade não teria então que se adaptar às necessidades destes indivíduos, visto que eles estariam aguardando a cura” (Simões; Bispo, 2006, p. 26).

A percepção da deficiência como uma doença resultou, segundo Simões e Bispo (2006), na exclusão de um grupo social que poderia estar exercendo sua plena condição de cidadão. Na perspectiva do Modelo Social de Simões e Bispo (2006), legitimam-se as diferenças, não se considerando, sob nenhuma circunstância, que as pessoas com deficiência devam se adequar ao perfil considerado “normal”.

Segundo Simões e Bispo (2006), como resultado da luta de ativistas pelos direitos das pessoas com deficiência, estabelece-se uma cultura de direitos e igualdade de oportunidades. Ou seja, o reconhecimento do direito à diferença e a inclusão efetiva das pessoas com deficiência, em contraponto ao assistencialismo e à caridade presentes nos modelos moral e médico.

A maneira de perceber a deficiência é um processo histórico que tem evoluído ao longo do tempo. Os modelos apresentados (Figura 2), segundo Simões e Bispo (2006), podem coexistir temporalmente, mas sempre haverá um modelo dominante em uma determinada época e região geográfica.

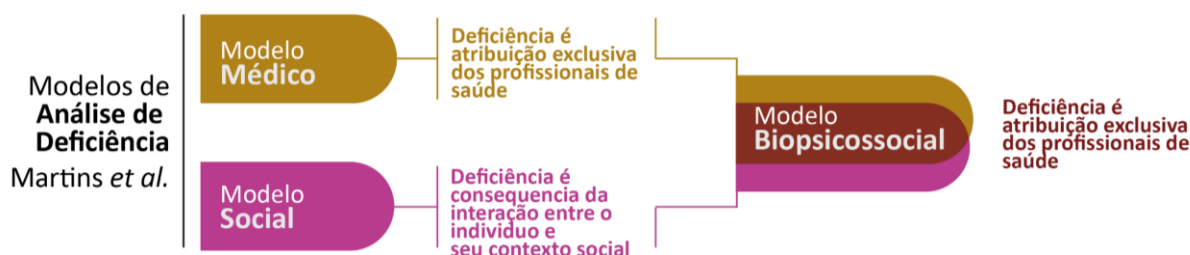
Figura 2 - Modelos de análise de Simões e Bispo (2006)



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

Ainda na incumbência de pontuar olhares e abordagens distintas, divergentes ou não, que ofereçam formulações teóricas sobre os modelos de análise de deficiência, o posicionamento de Martins *et al.* (2012), divide-se em três vertentes: o modelo médico ou individual, o modelo social e um terceiro modelo que tenta conciliar essas duas abordagens, conhecido como modelo biopsicossocial (Figura 3).

Figura 3 - Modelos de análise de Martins *et al.* (2012)



Fonte: elaborado pelo autor (2023).

A abordagem da deficiência como um objeto médico, como descrito por Martins *et al.* (2012), resultou na lógica de que as respostas e decisões sobre a vida

das pessoas com deficiência eram atribuições exclusivas dos profissionais de saúde. Isso levou à medicalização da deficiência, ou seja, a visão reducionista do indivíduo com deficiência à qualidade de paciente, desqualificando-o enquanto ser social.

O modelo médico ou individual adota a perspectiva da deficiência, focada unicamente na percepção das limitações funcionais, em detrimento das habilidades, bem como dos contextos social e cultural do meio onde o indivíduo está inserido. Tal posição equivocada promoveu um cenário de segregação e exclusão.

O conceito do modelo social da deficiência se contrapõe à perspectiva inicial mencionada, ao propor reconceituar a própria deficiência (Martins *et al.*, 2012). Este modelo admite a visão de que as adversidades resultantes da deficiência emergem como desdobramentos da interação entre o indivíduo com deficiência e o contexto social que o cerca, ao invés de estar vinculado às capacidades e funcionalidades do corpo.

Martins *et al.* (2012) evidenciam a emergência de um novo modelo de deficiência. No entendimento dos autores, o modelo biopsicossocial atende à necessidade urgente de coadunar os modelos médico e social (Figura 3), que, em suma, reconhece “a deficiência como resultado da interação entre funções do corpo, estruturas do corpo, atividades e participação, e fatores ambientais” (Martins *et al.* 2012, p. 48).

Finalizando o entendimento das abordagens sobre a definição de deficiência, trazemos o conceito do “modelo social da deficiência”, adotado na esfera das questões jurídicas e normativas relacionadas à deficiência, tanto nacionais quanto internacionais. Neste sentido, trazemos o relato de Nogueira e Riberto (2019, p.27):

O denominado “Modelo social da deficiência” nasce no Reino Unido, enquanto reação ao modelo médico, defendendo a teoria de que a deficiência não deve ser conceitualizada e compreendida enquanto fenômeno e problema individual, mas sim como um problema de toda a sociedade. O Modelo social transfere para a sociedade a responsabilidade pela desvantagem em que se encontram as pessoas com deficiência.

Note-se que o modelo social de Nogueira e Riberto (2019), assemelha-se, conceitualmente, com as proposições defendidas por Simões e Bispo (2006) e Martins *et al.* (2012). Essa concordância reside na compreensão de que a deficiência transcende as características intrínsecas do indivíduo, sendo reflexo do resultado da interação entre a PcD e seu contexto social. Contexto esse, muitas vezes, impregnado de preconceito e exclusão.

A conversão do olhar para a deficiência evidenciou-a como consequência dos arranjos sociais discriminatórios e avessos à diversidade. A resposta a estas barreiras passa por uma ação política efetiva.

Pode-se entender, portanto, que deficiência no bojo do modelo social (Simões; Bispo, 2006; Martins *et al.*, 2012), resulta da soma de condições limitantes do indivíduo atreladas às barreiras presentes no ambiente onde este está inserido. O movimento de mudança deve partir do ambiente para atender às necessidades da pessoa com deficiência e não o contrário.

A mudança na percepção da deficiência foi resultado de uma série de fatores, incluindo o ativismo de grupos minoritários, o desenvolvimento de novas tecnologias e o aumento da conscientização pública em torno de uma sociedade mais inclusiva. O intuito é que as pessoas com deficiência possam exercer sua cidadania plena, incluindo o acesso à educação, ao emprego e à participação igualitária e equitativa na sociedade (Nogueira; Riberto, 2019).

Em comunhão ao já disposto neste trabalho, a LBI, lei fundamentada também no modelo social, define que a deficiência não é uma característica individual, mas sim uma construção social. A LBI complementa o seu argumento afirmando que as barreiras enfrentadas pelas pessoas com deficiência não são atribuídas às suas próprias limitações, mas sim a fatores externos, por exemplo, a ausência de acessibilidade em ambientes virtuais, assunto que problematiza esta pesquisa.

Para Setubal e Fayan (2016), a nova perspectiva social trazida pela LBI em relação à mudança conceitual sobre deficiência é revolucionária no sentido de apontar um olhar para a transformação de valores e conceitos arraigados culturalmente na sociedade:

O novo paradigma do modelo social da deficiência com base nos direitos humanos determina que a deficiência não está na pessoa como um problema a ser curado, e sim na sociedade, que pode, por meio das barreiras que são impostas às pessoas, agravar uma determinada limitação funcional. Essa nova visão, resultante da luta das organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais, significa uma revolução do modo de lidar com as pessoas com deficiência e de suas relações com a sociedade e, em decorrência, com os conceitos anteriormente estabelecidos (Setubal; Fayan, 2016, p.19).

Em conclusão, percebe-se a necessidade de uma mudança significativa no entendimento da deficiência. Essa mudança paradigmática exige a reavaliação de

políticas sociais, focada na eliminação de barreiras e na promoção da igualdade em todos os âmbitos da vida.

Considerando suficiente o que foi até aqui explorado, referente às definições de pessoa com deficiência e modelos de avaliação de deficiência, entendemos ter alcançado o suporte conceitual adequado para continuar a trajetória da pesquisa. Logo, adentramos a etapa onde visamos compreender e aprofundar os conhecimentos sobre o grupo de pessoas com deficiência visual, foco deste estudo.

2.3 Pessoa com deficiência visual

Determinadas as questões terminológicas e conceituais da pessoa com deficiência e dos modelos de análise de deficiência, particularizamos os estudos sobre a pessoa com deficiência visual (cega ou com baixa visão) com o propósito de delimitar o conceito e o termo a serem adotados no estudo. No Brasil, a deficiência visual é definida no Decreto 5.296/04, em um conceito mais alinhado à percepção clínica, nos seguintes termos:

Deficiência visual: cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60.º; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores (Brasil, 2004, n.p.).

De acordo com Conde (2016) o termo deficiência visual não significa, necessariamente, total incapacidade para ver, mas sim, prejuízo dessa aptidão a níveis de não ser possível exercer tarefas rotineiras. A cegueira total ou amaurose pressupõe completa perda de visão, ou seja, visão nula. Clinicamente, também, pode ser denominado de “visão zero”. A forma mais fácil, aceita e utilizada pelas instituições de ensino para identificar uma pessoa com deficiência visual, considerando nesta categoria pessoas cegas ou pessoas com visão reduzida, é assim observada:

Pedagogicamente, define-se como cego aquele que, mesmo possuindo visão subnormal, necessita de instrução em Braille (sistema de escrita por pontos em relevo) e como portador de visão subnormal aquele que lê tipos impressos ampliados ou com o auxílio de potentes recursos ópticos. (Conde, 2016, n.p)

A PNAD, considera pessoa com deficiência visual aquela que tem “dificuldade para enxergar”, mesmo usando óculos ou lentes de contato. 3,1% das pessoas investigadas possuem dificuldades relacionadas a esse domínio funcional (IBGE,

2022, n.p). Complementando, “salienta-se que entre essas pessoas há aquelas que não podem ver nada e há outras que têm percepção de luz ou de vulto, ainda assim são cegas” (Brasil, 2006). Os casos de perda da visão podem ocorrer por diversas condições, várias causas, e em diferentes faixas etárias. A cegueira pode ser caracterizada de duas formas: a congênita e a adquirida (Almeida; Araújo, 2013).

A cegueira congênita se manifesta do nascimento até os cinco anos, faixa etária onde a maturação visual da criança se aperfeiçoa, ou seja, se iguala a do adulto. Já a cegueira adquirida, pode ser de dois tipos: a súbita, normalmente causada por acidentes, e a adquirida, causada por doenças que atingem o aparelho ocular, por exemplo, o glaucoma, a catarata. Também, podem ser associadas a esta última, problemas orgânicos, como diabetes, ou síndromes neurológicas que afetam o nervo óptico. (Almeida; Araújo, 2013).

Segundo o Censo 2010, dos 190.755.799 milhões de habitantes do Brasil, 45.606.048 milhões, ou seja, 24% da população total, afirmaram ter dificuldades em pelo menos uma das habilidades investigadas, como visão, audição, locomoção ou habilidades mentais/intelectuais (Brasil, 2010). Das deficiências investigadas, a visual se configurou como a mais incidente, atingindo 18,8% da população.

É importante ressaltar que os dados referentes ao Censo 2022 ainda não foram divulgados pelo IBGE. No entanto, com base nos dados do Censo 2010, estima-se que aproximadamente 6,7% da população brasileira apresentava algum tipo de deficiência visual. Isso significa que havia cerca de 12,5 milhões de pessoas com deficiência visual no Brasil em 2010 (Brasil, 2010).

Transpor obstáculos é uma realidade cotidiana para pessoas com deficiência visual. Normalmente, elas empreendem esforços excessivos, por exemplo, para acessar informações em páginas da web. Para Gutiérrez (2005), os usuários tendem a se culpar pelos erros e, por isso, rapidamente se acostumam a esforços desnecessários para atingir seus objetivos. Essa situação é frequentemente observada em ambientes digitais mal projetados, que não consideram as necessidades e as características dos usuários com este perfil.

Portanto, faz-se necessário desenvolver soluções de projeto para pessoas com deficiência visual, de forma inclusiva e acessível, alinhadas com a perspectiva de seu uso mais amplo (Gomes; Quaresma, 2017).

A realidade estatística global sobre a deficiência visual, em particular no Brasil, revela a urgência de um olhar mais empático na concepção de projetos para

ambientes digitais, preocupando-se com as reais necessidades desse perfil de usuário. Tais indivíduos frequentemente empreendem esforço adicional para superar obstáculos e garantir acesso a informações, serviços, entretenimento e interação social proporcionados na web.

Sendo pacificada a ideia de que a deficiência não é uma particularidade do indivíduo, mas o resultado da sua relação com os entraves e obstáculos presentes no meio onde vive, é fundamental entender os meandros da interação da pessoa com deficiência com o ambiente ao seu redor. Logo, definir o que são as barreiras é essencial.

[...] qualquer entrave, obstáculo, atitude ou comportamento que limite ou impeça a participação social da pessoa, bem como o gozo, a fruição e o exercício de seus direitos à acessibilidade, à liberdade de movimento e de expressão, à comunicação, ao acesso à informação, à compreensão, à circulação com segurança, entre outros (Brasil, 2015).

As barreiras presentes no ambiente são classificadas, segundo a LBI, em urbanísticas, arquitetônicas, comunicacionais e informacionais, atitudinais e tecnológicas (Brasil, 2015). São motivos de atenção referencial para este trabalho as barreiras atitudinais e as comunicacionais e informacionais. Por definição, barreiras nas comunicações e na informação são quaisquer entraves, obstáculos, atitudes ou comportamentos que dificultem ou impossibilitem a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação (Brasil, 2015).

Alguns exemplos de barreiras comunicacionais e informacionais são as ausências de tecnologias assistivas, como Legenda para Surdos e Ensurdidos (LSE), Audiodescrição e Libras, aproximando ainda mais o olhar para a grande maioria da produção fílmica brasileira. Outro termo de interesse para o estudo, estabelecido na LBI, são as barreiras atitudinais: “atitudes ou comportamentos que impeçam ou prejudiquem a participação social da pessoa com deficiência em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas” (Brasil, 2015).

Isso posto, frisa-se como oportuno destacar o esforço contínuo, em qualquer área, para a remoção das barreiras de comunicação e informação e atitudinais existentes, visando possibilitar a inclusão das pessoas com deficiência. Além disso, é essencial manter um movimento permanente para evitar o surgimento de novas barreiras, ou seja, prevenir-se contra situações que gerem mais exclusão.

Atender às expectativas das pessoas com deficiência visual implica integrar a pessoa cega ou com baixa visão como o elemento central no processo de design. Isso reflete uma questão ética de justiça, igualdade, empatia e compreensão. A postura do designer em relação aos seus projetos, do ponto de vista da inclusão, configura-se como um movimento de superação de barreiras atitudinais. A escolha da abordagem pelo designer que projeta com foco na utilidade social do artefato, define o caminho para uma solução inclusiva.

2.4 Design com o ser humano no centro

Iniciamos demonstrando o contorno conceitual e teórico que permeia toda a construção deste estudo, presente na fala de Krippendorff (2000, p. 92): “Colocar comunidades, invés de usuários individuais, no centro das preocupações do design abre caminho para algo totalmente diferente”.

Para Gall *et al.* (2021), diversas metodologias de design que envolvem interações humanas podem ser agrupadas sob o conceito de design centrado no ser humano. Neste contexto, adotar uma abordagem centrada no humano inserido no processo de design desde a sua gênese, que considera a inclusão pela acessibilidade, evitando, assim, adaptações posteriores, faz sentido para este estudo, cuja finalidade é propor recomendações para que a Cinemateca Virtual Guarnicê, quando em fase de implantação, não necessite de adaptações para atender requisitos de acessibilidade.

No mesmo sentido, esta pesquisa se posiciona, entre outros objetivos, no intuito de antecipar alternativas, a partir de ajustes da proposta inicial das recomendações, na superação da lacuna de quase cinco décadas de acessibilidade. Assim, determinando uma postura responsável e comprometida com a inclusão no Festival Guarnicê de Cinema, principal fomentador do acervo em questão.

Portanto, no contexto do ser humano no centro do projeto e suas possibilidades de estudo, nesta seção, discorreremos sobre as abordagens Design Centrado no Humano e Design Inclusivo, considerando as relações destas com a acessibilidade.

Para Chaves (2019, p. 48), “a atenção para as necessidades do humano está presente há algum tempo no discurso dos teóricos quando tratam e definem a atividade do Design”. A autora traça um percurso entre os conceitos e entendimentos do Design Centrado no Usuário (DCU) e os avanços que culminaram na concepção

da abordagem Design Centrado no Humano (DCH), destacando que o marco na mudança do termo “usuário” para “humano” foi a inserção na ISO 9241: Ergonomia da Interação Humano-Sistema, na parte 210, intitulada: Projeto Centrado no Ser Humano para Sistemas Interativos (Chaves, 2019). A norma ISO 9241-210 (2024, p. vii.) define o projeto centrado no humano da seguinte forma:

O projeto centrado no ser humano é uma abordagem para o desenvolvimento de sistemas interativos que visa tornar os sistemas utilizáveis e úteis, focando nos usuários, em suas necessidades e requisitos, pela aplicação de conhecimentos e técnicas dos fatores humanos/ergonomia e usabilidade. Esta abordagem aumenta a eficácia e a eficiência, melhora o bem-estar do ser humano, a satisfação do usuário, a acessibilidade e a sustentabilidade, e neutraliza possíveis efeitos adversos do uso na saúde, na segurança e no desempenho humanos.

Ainda segundo Chaves (2019), a norma remete a origem do DCU que, consequentemente, também é a origem do DCH. Transcrevemos o que diz a norma:

O termo “projeto centrado no ser humano” é usado em vez de “projeto centrado no usuário” para enfatizar que este documento também aborda os impactos nas demais partes interessadas, não apenas naquelas normalmente consideradas como usuários. No entanto, na prática, esses termos são frequentemente usados como sinônimos (ABNT NBR ISO 9241-210, 2024, p.2).

Stakeholders é um termo comumente utilizado na área de administração, tendo sido adotado por Krippendorf (2000) no contexto e no seu discurso sobre o DCH, ao se referir aos grupos de pessoas que não são exatamente usuários principais, mas que de alguma forma estão envolvidos e interferem na relação do usuário com o produto, serviço ou sistema a ser desenvolvido.

Na ABNT NBR ISO 9241-11 (2021) a abordagem de projeto centrado no ser humano e desenvolvimento de sistema, visa tornar os sistemas interativos mais utilizáveis, focando no uso do sistema; aplicando fatores humanos, ergonomia e, conhecimento e técnicas de usabilidade. No entendimento da norma, “a aplicação do DCH alcança uma ampla gama de resultados e benefícios, incluindo melhorar a usabilidade, acessibilidade e a experiência do usuário, e reduzindo o risco de o produto não atender aos requisitos das partes interessadas” (ABNT NBR ISO 9241-11, 2021, p. 23).

A acessibilidade permite que indivíduos atinjam objetivos específicos em contextos de uso particulares. Isso implica que, para ser acessível, um recurso deve estar adaptado para atender aos mais diversos perfis de usuários, independentemente

de suas limitações físicas, sensoriais ou cognitivas. Neste sentido, o objetivo da acessibilidade é expandir a utilização dos produtos, sistemas, serviços, ambientes e instalações a um público mais amplo, em um cenário mais diverso de uso. A ABNT NBR ISO 9241-11 (2021, p. 25) define assim, acessibilidade:

O objetivo de projetar para acessibilidade é o de permitir que produtos, sistemas, serviços, ambientes e instalações sejam utilizados por pessoas com uma diversidade de necessidades, características e capacidades em diversos contextos de uso. A acessibilidade é incluída como um componente da qualidade centrada no ser humano enfatizando sua importância como parte do projeto centrado no ser humano.

A usabilidade, segundo a norma técnica ISO 9241-210 (2024, p.4), é a extensão na qual “um sistema, produto ou serviço pode ser utilizado por determinados usuários para atingir determinados objetivos com eficácia, eficiência e satisfação em um determinado contexto de uso”. Na mesma esteira, o conceito de acessibilidade se encontra sancionada na Lei n.º 13.146/2015, no qual consta a seguinte definição normativa de acessibilidade:

Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (Brasil, 2015).

A Lei Brasileira de Inclusão, conforme abordado por Setubal e Fayan (2016), estabelece diretrizes para consolidar a acessibilidade como um direito e também como um princípio. Do ponto de vista legal, as pessoas com deficiência têm o direito à acessibilidade reconhecido como um aspecto fundamental de seus direitos humanos. Como um princípio, a observância da aplicação da acessibilidade é essencial para assegurar outros princípios e direitos presentes em iniciativas voltadas à consolidação de uma sociedade mais justa e inclusiva.

Ao abordar a relação entre acessibilidade, usabilidade e inclusão na web, Henry *et al.* (2016) afirmam que estes aspectos estão intimamente ligados, seus objetivos e abordagens se entrelaçam na projeção de ambientes virtuais. Continuam os autores, a acessibilidade concentra-se principalmente nas pessoas com deficiência. No entanto, requisitos de acessibilidade melhoram a usabilidade para todos, especialmente em situações limitantes.

2.5 Design Inclusivo

Alinhado à perspectiva da inclusão tratada por Henry *et al.* (2016), Gomes (2017) pontua que os projetos orientados pela abordagem Design Inclusivo possibilitam a inclusão de pessoas com limitações temporárias ou permanentes.

O DI parte das peculiaridades, das características limitantes de grupos específicos para contribuir com a diversidade; ele reconhece formas específicas de uso colecionando múltiplas formas de utilizar um objeto; ele apresenta soluções específicas para grupos específicos de usuários e soluções mais amplas para uma quantidade maior de usuários. O DI visa causar um impacto benéfico na vida do indivíduo com limitações peculiares, além de causar um impacto benéfico no uso de produtos por um grupo maior de usuários, aumentando a praticidade. O impacto atinge de forma positiva a sociedade com a promoção da autonomia e o aumento de pessoas mais ativas. (Gomes, 2017, p.45).

Gomes (2017, p.44) relaciona as abordagens DI e DCH ao afirmar que o conceito do DI “abraça a diversidade como filosofia e ideal, portanto, pode-se dizer que este é centrado no humano e nas habilidades funcionais que existem no conjunto de usuários que compõem a humanidade”.

Na percepção de Simões e Bispo (2006) Design Inclusivo deve refletir, na prática do projeto, os princípios da democracia, do respeito aos direitos humanos e da promoção da igualdade de oportunidades. Para Krippendorff (2000), os artefatos não existem fora do envolvimento humano. Eles são construídos, compreendidos e reconhecidos quando usados pelas pessoas, que têm objetivos próprios.

Os argumentos dos autores convergem para a centralidade do ser humano no processo de design, portanto, um design inclusivo, comprometido com soluções que não só atendam às necessidades funcionais, mas que promovam a equidade, igualdade e os direitos humanos. Segundo Mont’Alvão (2017), integrar os conceitos Design Universal, Design for All, no caso desta pesquisa, Design Inclusivo, como metodologia no desenvolvimento de projetos, podem e devem ser considerados pelos profissionais de design.

Em artigo, Mont’Alvão (2017), discorre sobre como os designers estão considerando os seres humanos em seus projetos, especialmente no que se refere à relevância da acessibilidade desde o discurso até a aplicação prática dos princípios inclusivos de design. A autora faz um apelo aos profissionais, destacando a importância de, “no mínimo, cumprir as leis” (Mont’Alvão, 2017, p. 33). Nesta

orientação, o Estatuto da Pessoa com Deficiência adota um conceito denominado “adaptação razoável”, descrito nos termos de seu Art. 3º, VI:

Adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que não acarretem ônus desproporcional e indevido, quando requeridos em cada caso, a fim de assegurar que a pessoa com deficiência possa gozar ou exercer, em igualdade de condições e oportunidades com as demais pessoas, todos os direitos e liberdades fundamentais (Brasil, 2015, p.11).

Afastar-se desse entendimento a perspectiva da priorização da solução menor, e sim pela solução adequada e razoável. Partindo do pressuposto de que a solução “ideal” nem sempre é viável, é fundamental considerar a solução razoável, principalmente em projetos de design realizados em instituições de caráter público. Em síntese, parafraseando Mont’Alvão (2017), é essencial que, pelo menos, as leis sejam atendidas.

Concluindo, com base nas discussões apresentadas neste tópico, pudemos corroborar a importância de priorizar, em qualquer contexto, as necessidades dos usuários nas interações entre os seres humanos e sistemas/produtos no processo de design, especialmente no contexto da acessibilidade para pessoas com deficiência.

Essa ideia, resumidamente, está alinhada com a proposta inicial desta seção, que visa estabelecer conexões entre conceitos e definições, abrangendo a abordagem do Design Centrado no Ser Humano em diversos contextos, bem como o Design Inclusivo como um princípio orientador para a acessibilidade, na intenção de fixar uma percepção mais democrática de projetos inclusivos, nos quais os destinatários não se restringem a grupos minorizados, mas sim, alcançam toda a sociedade. Estas questões são fundamentais para a sustentação teórica desta pesquisa.

2.6 Tecnologias assistivas

A acessibilidade nas comunicações, é particularmente relevante para o escopo desta pesquisa, uma vez que o acesso à linguagem cinematográfica se insere como uma oportunidade de inclusão à pessoa com deficiência por meio do recurso assistivo da audiodescrição. Segundo o pensamento de Scheer (2021, p.16):

Acessibilidade nas comunicações: Diz respeito ao acesso à comunicação interpessoal (como língua de sinais), comunicação escrita em livros, apostilas, jornais, revistas e comunicação virtual. Podemos citar como exemplo a presença de intérprete de Libras e a audiodescrição de imagens, sejam elas fotografias, filmes, peças de teatro ou eventos em geral.

Os ativos de uma cinemateca consistem nos produtos fílmicos (cartazes, panfletos, filmes, roteiros, etc.). No contexto deste trabalho, pretende-se que as diretrizes desenvolvidas na pesquisa promovam o acesso da pessoa com deficiência visual especificamente em relação ao produto “filme” ou, segundo a ABNT NBR 16452 (2016), “imagens dinâmicas”, ou ainda, “imagens em movimento”.

O filme é baseado na percepção visual e auditiva: audiovisual, torna-se evidente que características relacionadas à apreensão de informações da obra pela visão, como arquitetura, figurino, gestos e expressões das personagens, ambientação, entre outros elementos do mesmo escopo, fundamentais para uma fruição plena, não são acessíveis a pessoas com deficiência visual.

Evidencia-se, portanto, que a qualidade da interação do deficiente visual é consideravelmente prejudicada no âmbito de atuação, neste caso estudado, das cinematecas virtuais. A afirmação comprova a necessidade de disponibilização de recursos assistivos (ou tecnologias assistivas) no ambiente digital de conservação audiovisual como estratégia para superar essa barreira comunicacional.

Nas políticas públicas brasileiras, o conceito de tecnologia assistiva, também denominada ajuda técnica, baseia-se principalmente na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. Consoante a LBI, para fins de aplicação desta Lei, o conceito compreende:

III – tecnologia assistiva ou ajuda técnica: produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida, visando à sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social (Brasil, 2015).

Segundo o Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG) (Brasil, 2014. p.91), tecnologia assistiva, refere-se:

Ao conjunto de artefatos disponibilizados às pessoas com deficiência, que contribui para prover-lhes uma vida mais independente, com mais qualidade e possibilidades de inclusão social. O propósito das tecnologias assistivas reside em ampliar a comunicação, a mobilidade, o controle do ambiente, as possibilidades de aprendizado, trabalho e integração na vida familiar, com os amigos e na sociedade em geral.

O filme, enquanto produto audiovisual, fundamenta-se na integração de estímulos visuais e auditivos para transmitir narrativas. Nesse contexto, a tecnologia assistiva da audiodescrição torna-se indispensável, no sentido de proporcionar uma

fruição mais efetiva. É sobre a audiodescrição, recurso assistivo que traduz descrições verbais dessas informações visuais, que discutiremos a seguir

2.7 Audiodescrição (AD)

Cabe pontuar que, devido à natureza do objeto desta pesquisa - Cinemateca Virtual Guarnicê - está planejada para ser vinculada a um órgão da esfera pública federal - UFMA - existe uma questão legal a ser considerada. Nesse contexto, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, em seu Capítulo II, Art. 63, que trata do acesso à informação e à comunicação, assim orienta:

Art. 63. É obrigatória a acessibilidade nos sítios da internet mantidos por empresas com sede ou representação comercial no País, ou por órgãos de governo, para uso da pessoa com deficiência, garantindo-lhe acesso às informações disponíveis, conforme as melhores práticas e diretrizes de acessibilidade adotadas internacionalmente (Brasil, 2015).

A tecnologia assistiva da audiodescrição configura-se como a mais apropriada para viabilizar as condições de uso, percepção, compreensão e aproveitamento pleno do filme, assegurando a remoção de quaisquer obstáculos ou barreiras que dificultem ou impeçam a experiência completa da obra cinematográfica.

A representação do símbolo da audiodescrição (Figura 4), para identificação da disponibilidade desse recurso de acessibilidade na comunicação, consiste em um pictograma sobreposto a uma base retangular na horizontal, composto pela abreviatura (AD) e desenho simbólico de três ondas sonoras que se expandem para a direita (ABNT NBR 16452, 2016 p. 4).

Figura 4 - Representação do símbolo da audiodescrição



Fonte: ABNT (2016)

Para a ABNT NBR 16452 (2016, p. 1), a audiodescrição configura-se com a seguinte redação:

Recurso de acessibilidade comunicacional que consiste na tradução de imagens em palavras por meio de técnicas e habilidades, aplicadas com o

objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio, para ampliação do entendimento de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons não contextualizados, especialmente sem o uso da visão.

Considerado um precursor sobre o tema audiodescrição, identificado internacionalmente como o primeiro audiodescritor profissional, e listado como o marco teórico deste estudo, o norte-americano Joel Snyder, define a audiodescrição:

A audiodescrição representa um outro tipo de “tradução” na mídia - das imagens para as palavras, para o benefício daqueles que não têm acesso ao elemento visual. Consequentemente, a audiodescrição foi adotada como um novo campo de estudo em programas acadêmicos que estimula a exploração da tradução audiovisual. Assim, a audiodescrição não pode mais ser considerada como se estivesse na infância, talvez esteja na adolescência, com novas técnicas no horizonte, as inovações estéticas incorporando a audiodescrição dentro do material que suporta, e ampliando o acesso às novas mídias e configurações variadas para um número maior de pessoas cegas ou com baixa visão (Snyder, 2017, p.35).

Segundo Godoi e Almeida (2020, p. 23), “para as pessoas com deficiência, a audiodescrição é uma tecnologia assistiva, um recurso de acessibilidade que permite ouvir o que não pode ser visto, compreender o que não pode ser compreendido sem o uso da visão”. Reconhecida como umas das pioneiras de audiodescrição no Brasil, Lívia Motta, audiodescritora e formadora de audiodescritores, doutora em Linguística Aplicada e Estudos da Linguagem pela PUC de São Paulo, em entrevista, descreve a audiodescrição como:

Um recurso de acessibilidade comunicacional, que amplia o entendimento das pessoas com deficiência visual em todos os tipos de eventos, sejam eles acadêmicos, científicos, sociais ou religiosos, por meio de informação sonora. É também considerada um tipo de tradução intersemiótica que transforma o visual em verbal, abrindo possibilidades maiores de acesso à cultura e à informação, contribuindo para a inclusão cultural, social e escolar. Além das pessoas com deficiência visual, a audiodescrição amplia também o entendimento de pessoas com deficiência intelectual, idosos, pessoas com déficit de atenção, autistas, disléxicos e outros (Santos; Ferreira, 2020, p. 13).

Com base nas considerações feitas até aqui apresentadas sobre a audiodescrição, é possível constatar o quão importante é legitimar a conversão da linguagem visual para a linguagem verbal. Sendo assim, uma oportunidade para expandir o acesso à cultura e à informação não apenas para indivíduos com deficiência visual, mas também para uma ampla variedade de perfis de públicos.

Estimular a participação ativa de pessoas com deficiência visual na sociedade é fundamental. Nesse sentido, é necessário considerar fortemente a disponibilização de produtos e tecnologias que facilitem sua inclusão social. Um ambiente que promove

a acessibilidade para pessoas com deficiência contribui para a eliminação de barreiras de convivência e proporciona oportunidades de participação plena na sociedade.

Para Marx (2019, p.42), a utilização da AD e a ampliação na quantidade de pesquisas que envolvem esse recurso de acessibilidade, se enquadram em um movimento que “já vem causando alguns reflexos sociais, pois já observei na prática que o primeiro contato de uma pessoa com deficiência visual à tecnologia de AD acaba se tornando um divisor de águas para ela.”

Corroborando a mesma percepção de Marx, Barbosa (2020), em seu estudo bibliométrico englobando dissertações e teses disponíveis no Catálogo da Capes, constatou que as pesquisas sobre AD no país saltaram de 2 trabalhos defendidos sobre o tema em 2009 para 18 em 2018.

Barbosa (2020) onduziu uma nova pesquisa com o mesmo objetivo geral, expandindo os resultados desta primeira, na qual foram incluídos os anos de 2019, 2020 e 2021. Os dados levantados apontam que, no escopo da investigação, estão disponíveis 112 trabalhos acadêmicos de pós-graduação no Catálogo da Capes, que versam sobre AD.

Firmada a extensão social da audiodescrição, em seguimento, para a melhor compreensão da linha construtiva desta pesquisa, exploramos questões relacionadas a categorização da tecnologia assistiva AD.

Neste sentido, Scheer (2021) identifica que a disponibilidade do recurso pode ser feita mixada ao áudio original em filmes, distribuída em fones receptores em teatros, acessada por meio de texto pelos softwares leitores de tela, adicionada em livros digitais, disponibilizada em audioguias e em outros formatos.

Na mesma esteira de entendimento, aprofundamos as formas de disponibilização e confecção dos roteiros de audiodescrição que podem ser divididas em três tipos: pré-gravada, ao vivo e, simultânea. Scheer (2021, p. 8) descreve as formas de apresentação assim:

AD pré-gravada: a audiodescrição pré-gravada exige necessariamente um roteiro de descrição detalhado para que seja gravada e mixada em áudio ou veiculada em texto acessível, sendo disponibilizada em um produto que passa a contar permanentemente com o recurso da audiodescrição. Este caso é comum em inúmeros produtos, como: audioguias de museus; filmes e DVDs; comerciais e vídeos; em imagens estáticas, ou seja, imagens contidas em publicações (livros, revistas, álbum, fotografias, gibis, textos, apostilas, manuais), as descrições são escritas e adicionadas a formatos acessíveis, como DAISY ou EPUB. Também é possível encontrar a audiodescrição pré-gravada em imagens inseridas em sites, blogs, e-mails e portais.

AD ao vivo: a audiodescrição ao vivo também é confeccionada com um roteiro prévio das descrições detalhadas sempre com marcação de tempos e indicações ao locutor-audiodescritor. Porém, é realizada somente no momento da exibição do produto e acessada para os presentes em dada apresentação. É sempre dinâmica e única devido à locução do roteiro ser concomitante com a apresentação do produto em determinado, espaço, tempo e contexto. Por essa peculiaridade mais dinâmica, é necessário que o locutor seja também um audiodescritor. Esse formato é usado em espetáculos culturais, como: festivais de cinema, peças de teatro, óperas, espetáculos de dança, concertos, circo e outros. Apesar de o roteiro também ser minucioso e preciso, a audiodescrição pode sofrer alguns improvisos por mudanças visuais identificadas pelo audiodescritor, que deve estar atento à exibição e ao ambiente.

AD simultânea: a audiodescrição simultânea não prevê um roteiro de todo acontecimento e também ocorre ao vivo, dispondo apenas de informações prévias que podem ser fornecidas no início do evento (pré-roteiro). Portanto, não é possível prever o que será falado ou mostrado, como, por exemplo: programas de TV, noticiários ao vivo, eventos comemorativos (desfile de modas, desfile de escola de samba, casamento, premiações), congressos, seminários e encontros. Esse tipo de audiodescrição requer muito preparo e dinamismo imediato, pois se concretiza junto com o evento e devem ser descritas imagens e acontecimentos inéditos em tempo hábil para o público com deficiência visual.

De acordo com Díaz Cintas (2007), de maneira geral, é possível estabelecer três categorias de audiodescrição e suas aplicações mais comuns:

- a) AD gravada de programas audiovisuais com imagens em movimento, como filmes, séries de televisão, documentários, espetáculos, etc., independentemente do suporte em que são distribuídos ou comercializados (televisão, cinema, DVD, Internet).
- b) AD gravada de obras estáticas: como monumentos, museus, galerias de arte, igrejas, palácios, exposições, ambientes naturais e espaços temáticos nos quais não há imagens em movimento e nos quais a experiência tátil, ou novas tecnologias que simulem esse tipo de experiência, têm grande importância.
- c) AD ao vivo: de obras teatrais, musicais, balés, óperas, eventos esportivos e outros espetáculos semelhantes. Também estão incluídos nessa categoria congressos e qualquer evento público, como atos políticos.

Portanto, com base nas categorias anteriormente elencadas, infere-se que a audiodescrição pode ser subdividida em duas formas: gravada e ao vivo, e possível de ser aplicada a produtos divididos entre aqueles que possuem imagens estáticas e imagens dinâmicas (imagens em movimento). A figura 5 representa essas subdivisões de aplicação e os produtos relacionados.

Figura 5 - Formatos e aplicações da Audiodescrição

Fonte: elaborado pelo autor (2023)

As modalidades de disponibilização do recurso assistivo AD, seja a descrição ao vivo ou a descrição gravada em áudio, fornecem detalhes sobre imagens em obras visuais e audiovisuais. Isso, portanto, enriquece a experiência de fruição da obra cinematográfica para pessoas com deficiência visual, tornando-a mais completa e inclusiva.

Permanecendo nas nuances relacionadas às perspectivas de confecção de uma audiodescrição, segundo pontua Cordeiro (2020), dentre as possibilidades de criação deste recurso assistivo, tem-se a audiodescrição produzida por humano. Esta, realizada pelo audiodescritor, profissional em audiodescrição, e a produzida por máquina, processo de geração da AD, pode ser parcial ou totalmente automatizada.

Nos dois métodos de produção citados, alguns fatores devem ser observados por serem essenciais à viabilidade da concretização da AD, o tempo de produção e os custos. No seu estudo, Cordeiro (2020) aponta que o tempo de produção para realizar uma audiodescrição é alto, demanda a execução de várias etapas, portanto, requer um maior aporte financeiro para sua elaboração.

Ainda segundo o mesmo autor, a produção de AD por máquina, ou geração automática de audiodescrição, que podem ser dos tipos: Audiodescrição Automática gerada por Roteiro cinematográfico (AD-AR), ou Audiodescrição Automática gerada pela Identificação de Objetos em cena (AD-AO), surgem como alternativa para aumentar a disponibilidade da tecnologia assistiva AD, reduzindo o tempo e o custo deste processo.

O objetivo desta explanação superficial, por ora adequada, sobre as maneiras de produção automática e a feita por humano, considerando as questões temporais e financeiras, é encaminhar a atenção para um ponto fundamental adotado para este estudo, que está relacionado ao enfoque da segunda possibilidade de produção mencionada anteriormente.

Com o intuito de atender à questão central desta pesquisa, que se concentra na viabilidade da incorporação da audiodescrição na Cinemateca Virtual Guarnicê, e objetivando garantir a acessibilidade e proporcionar a melhor experiência possível para pessoas com deficiência visual ao interagir com o conteúdo audiovisual da cinemateca, é apropriado esclarecer algumas escolhas teóricas.

Neste sentido, trazemos as considerações de Dalla Nora *et al.* (2023, p. 7). Segundo os autores, “foi possível identificar que as tecnologias atuais não dão conta do universo visual necessário, por mais que existam muitas iniciativas a respeito, para descrever imagens em um nível humano e ser aplicável em ambientes da vida real.”

Ponderam Dalla Nora *et al.* (2023), que embora a automação não se configure efetiva em descrever as imagens de maneira assertiva, podendo, por várias vezes, fornecer informações erradas ao usuário com deficiência, ela pode ser considerada uma ferramenta apropriada, em algum nível, de auxílio aos audiodescritores.

Cordeiro (2020, p. 71) afirma, no contexto geral de estudo, os aspectos explorados em relação às três audiodescrições: Audiodescrição Automática gerada por Roteiro cinematográfico (AD-AR); Audiodescrição Automática gerada pela Identificação de Objetos em cena (AD-AO); Audiodescrição gerada por Humano (AD-H), que “não é possível comprovar estatisticamente qual das três ADs possibilita a melhor experiência ao usuário.”

A partir destas reflexões (Cordeiro, 2020; Dalla Nora *et al.*, 2023), especificamente para este estudo, decidimos adotar a audiodescrição gravada, gerada por humano (Figura 6), como a abordagem mais adequada para fundamentar a etapa 3 – Desenvolvimento, do método Design Science, assunto tratado mais adiante, nesta investigação científica.

Figura 6 - Formato da audiodescrição fílmica adotada para este estudo



Fonte: elaborado pelo autor (2023)

2.8 Audiodescritores

A escolha da audiodescrição gerada por humano, entre outros fatores, passa pelo entendimento da importância dos profissionais que a produzem: os audiodescritores. Iniciamos com uma fala esclarecedora de Paulo Romeu, Analista de sistemas, que aos 22 anos sofreu um acidente de carro e perdeu a visão, presente na entrevista de Santos e Ferreira (2020, p.12):

Na questão do cinema, há vários audiodescritores e a ABAD⁶ tem atuado junto à ANCINE pra regulamentar a instrução normativa que tornou obrigatória a Audiodescrição no cinema. (Mas essa é uma questão que ainda está um pouco complicada, existem dificuldades técnicas que precisam ser resolvidas). Então nós pessoas com deficiência visual, estamos contactando os produtores de filmes, peças de teatro e outros solicitando que o recurso da Audiodescrição esteja mais disponível. E este trabalho tem sido realizado inúmeras vezes pela ABAD. Então basicamente a ABAD, os próprios audiodescritores, as próprias pessoas cegas, vem pedindo, vem entrando em contato com os produtores de cinema, de teatro, insistindo para que eles disponibilizem e utilizem a Audiodescrição e isso tem dado muito resultado, tem surtido efeito, consequentemente muitos de nós com deficiência estamos podendo participar de forma efetiva nos eventos culturais. Se vocês entrarem hoje na internet e pesquisar lá “Audiodescrição” você encontra uma quantidade enorme de eventos que tem acontecido.

A primeira percepção que absorvemos como interesse deste estudo é a da dificuldade maior, em termos técnicos, estar relacionada a área do cinema, da exibição de filmes. Outra constatação importante, com a qual nos alinhamos no aspecto social desta investigação, refere-se ao ativismo das pessoas com deficiência visual, fato destacado quando abordamos historicamente os marcos legais que normatizam as iniciativas sociais públicas relacionadas a este grupo minorizado. Retomamos a

⁶ Associação Brasileira de Audiodescrição (ABAD)

contribuição de Livia Motta para ilustrar a dimensão da missão do audiodescritor na interação cotidiana do deficiente visual com as informações culturais:

Quanto mais espetáculos assisto, visitas a museus faço, em sites navego, jornais e revistas leio, mais penso sobre a falta que o acesso ao mundo das imagens faz, sobre o quanto a leitura das imagens estáticas ou dinâmicas pode contribuir para ampliar o entendimento sobre o assistido, visitado ou lido. São inúmeras as possibilidades de aplicação e as oportunidades de aprendizagem que a audiodescrição pode trazer, enriquecendo a vida cultural, alargando horizontes e abrindo janelas (Santos; Ferreira, 2020, p. 14).

A partir dos pontos de vista desses dois pioneiros e destacados especialistas de audiodescrição no Brasil, podemos iniciar a construção do perfil profissional de atuação dos descritores de imagem, obviamente, sem nenhuma pretensão de esgotar o assunto. Desde 2013, encontra-se em processo de tramitação no Congresso Nacional o Projeto de Lei n.º 5.156/2013, que visa reconhecer a profissão de audiodescritor no Brasil, por meio da regulamentação do exercício de sua profissão por lei. O projeto também define, em seu artigo 1º, parágrafo único, a audiodescrição como:

[...] um instrumento tradutório de acessibilidade comunicacional que consiste no conjunto de técnicas e habilidades aplicadas, com objetivo de proporcionar uma narração descritiva em áudio para ampliação do entendimento, de imagens estáticas ou dinâmicas, textos e origem de sons, despercebidos ou incompreensíveis especialmente sem o uso da visão (Brasil, 2013).

No Guia Brasileiro de Ocupações (GBO) essa profissão está classificada no subitem 261430, a qual prevê o audiodescritor como o profissional habilitado para a função, assim como os demais tradutores são aquelas pessoas que:

Traduzem, na forma escrita, textos de qualquer natureza, de um idioma para outro, considerando as variáveis culturais, bem como os aspectos terminológicos e estilísticos, tendo em vista um público-alvo específico. Interpretam oralmente e/ou na língua de sinais, de forma simultânea ou consecutiva, de um idioma para outro, discursos, debates, textos, formas de comunicação eletrônica, respeitando o respectivo contexto e as características culturais das partes. Tratam das características e do desenvolvimento de uma cultura, representados por sua linguagem; fazem a crítica dos textos. Prestam assessoria a clientes (Brasil, 2002).

A ABNT NBR 16452 (2016), divide a profissão de audiodescritor em três classificações:

- Audiodescritor consultor: profissional que realiza a revisão e adequação do roteiro e da narração da audiodescrição com formação técnica adequada. Convém que seja um profissional com deficiência visual.
- Audiodescritor narrador: profissional que realiza a narração do roteiro da audiodescrição.
- Audiodescritor roteirista: profissional que elabora o roteiro da audiodescrição, com formação técnica adequada.

Ainda segundo a mesma norma, são atribuições do audiodescritor:

- a) Pesquisar e analisar previamente o assunto a ser audiodescrito;
- b) Adequar a terminologia e a linguagem, bem como todas as informações relativas à obra e pertinentes à audiodescrição;
- c) Elaborar a nota introdutória;
- d) Elaborar o roteiro.

A urgência na regulamentação da profissão de audiodescritor está ligada à percepção da necessidade deste profissional. Para ilustrar tal dimensão, trazemos a fala da audiodescritora Lívia Motta: “Para exercer as funções de roteirista, narrador ou consultor em audiodescrição, os alunos devem ter preferencialmente graduação nas seguintes áreas: Tradução, Letras, Rádio e TV, Comunicação, Cinema, Locução, Fonoaudiologia, Dublagem e Artes Cênicas.” (Santos; Ferreira, 2020, p. 19). Esta reflexão sobre o perfil formativo do audiodescritor está alinhada com a concepção deste trabalho.

Ao concluirmos a seção sobre audiodescrição e tópicos correlatos, aprofundamos o entendimento da Cinemateca Virtual Guarnicê, objeto de estudo para o qual as recomendações serão direcionadas.

2.9 Cinemateca

O caminho percorrido até esta seção culmina no último aspecto a ser considerado na construção teórica deste estudo. Abordar a cinemateca neste momento da escrita se justifica por ser o tema mais particular de toda a construção teórica, ou seja, o objeto de estudo.

Para compreendermos a importância do projeto “Cinemateca Virtual Guarnicê”, é necessário, inicialmente, conceituar a instituição “cinemateca” e contextualizar brevemente essa instituição, que pode ser pública ou privada, e que

tem em seu cerne a missão de preservar produtos cinematográficos que contam histórias, moldam uma época e registram a memória audiovisual.

Correa (2007, p. 17) define a cinemateca, em suas características conceituais e funcionais, da seguinte maneira: “trata-se de uma mistura de arquivo, museu e escola. Uma cinemateca preserva o patrimônio para difundi-lo, por meio de exposições, cursos, publicações, etc., e não apenas no seu espaço próprio”.

O autor considera cinemateca no aspecto funcional sob várias possibilidades, incluindo a pesquisa de filmes, o armazenamento e a cópia, entre outros. Ele também destaca a importância das funções pedagógicas, educacionais e democráticas da cinemateca. Correa (2007) prossegue apontando que tais finalidades são alcançadas por meio de iniciativas que promovem a divulgação e garantem o acesso amplo aos seus acervos.

No aspecto histórico, Souza (2009), em sua tese sobre a preservação de filmes no Brasil, com enfoque na Cinemateca Brasileira, afirma que a concepção de preservar filmes como documentos remonta às primeiras exposições com ingressos realizados pelos irmãos Lumière em Paris, em dezembro de 1895.

Relata Souza (2009), que Boleslaw Matuszewski, cinegrafista da Lumière, é reconhecido como pioneiro em pensar os produtos fílmicos (filmes, folhetos, cartazes entre outros) como registro documental de fatos da humanidade em seu contexto temporal, portanto, deveriam ser preservados, assim como são conservados livros e fotografias. O cinegrafista polonês propôs anexar, ainda que temporariamente, tais registros cinematográficos à Biblioteca Nacional da França.

Segundo Araújo (2010), na década de 1930, surgem as primeiras cinematecas na Suécia (Svenska Filmsamfundet), Alemanha (Reichfilmarchiv), Inglaterra (National Film Archive), Estados Unidos (Departamento de Cinema do MoMA - Museum of Modern Art) e França (Cinémathèque Française).

Com o advento do cinema sonoro, as cinematecas surgiram como uma reação diante da iminência de serem perdidos os primeiros experimentos audiovisuais no período do cinema mudo, considerado obsoleto na década de 1930.

Correa (2007) explica que, inicialmente, essas instituições se concentraram na difusão de filmes, visando se fazerem conhecidas e reconhecidas pela sociedade como relevantes para a preservação do patrimônio audiovisual. Posteriormente, com

o fomento de órgãos públicos e privados, puderam direcionar suas ações para o que realmente é a sua essência: a preservação de acervos.

No contexto brasileiro, as primeiras cinematecas têm suas raízes intimamente ligadas ao movimento cineclubista. Na década de 1940, surge em São Paulo o Clube de Cinema, pelas mãos de Paulo Emílio Salles Gomes. O Clube teve sua trajetória interrompida durante o Estado Novo, voltando a atividade em 1946. Em 1949, surge a Filмотeca do Museu de Arte Moderna de São Paulo (MAM), passando em 1956 a se chamar Cinemateca Brasileira, sociedade sem fins lucrativos, nome que a acompanha até os dias atuais (Cinemateca Brasileira, 2022).

Em 1955, instala-se o Departamento de Cinema, no Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, com o objetivo da difusão do acervo mediante mostras com filmes clássicos, tendo o festival “A História do Cinema Americano” constituído a primeira edição das Mostras Internacionais de Arte Cinematográfica. As edições seguintes foram dedicadas aos cinemas da Itália, França, Grã-Bretanha e antiga URSS.

A transformação do Departamento de Cinema em uma Cinemateca ocorreu em janeiro de 1958, após a fusão do antigo setor com o Centro de Cultura Cinematográfica. Neste mesmo mês, acontece a transferência da sede administrativa da Cinemateca para o espaço do Museu, sendo conhecida como a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM) (MAM, 2022).

Estes registros, segundo Araújo (2010), apresentam as duas primeiras cinematecas nacionais: Cinemateca Brasileira e Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro. Finalizando, trazemos uma reflexão oportuna sobre cinemateca na concepção destes ambientes como centros de documentação e pesquisa audiovisual (Souza, 2009; Correa, 2010; Araújo, 2010).

Ferreira (2020), explica que, inicialmente, a divulgação dos filmes era concebida exclusivamente sob a perspectiva do entretenimento. No entanto, houve uma ampliação na percepção dos filmes como um documento informativo, que retrata aspectos de uma determinada sociedade, “a atividade de preservação fílmica agrega mais um elemento: além da preservação para a manutenção da difusão, acrescenta-se sua preservação como documento e fonte para a ampliação do conhecimento sobre as sociedades” (Ferreira, 2020, p. 14).

No mesmo nexo de pensamento, os imensos acervos das cinematecas se configuram como fontes inesgotáveis de conhecimento de fonte primária, estas instituições estão credenciadas a investigação de diversos campos de estudo

acadêmicos, nas mais diversas abordagens e tratamentos científicos. Portanto, é fundamental superar barreiras de acesso a estes repositórios mediante iniciativas de demandas oriundas de investigações científicas.

Não é foco deste trabalho minuciar a historicidade nacional e internacional das cinematecas, portanto, vários pontos importantes foram abdicados de nota no texto, mas o que está posto até aqui, contempla a proposta inicial de contextualização breve sobre o tema. Pontuadas estas questões visando traçar uma breve perspectiva histórico-conceitual sobre cinemateca no âmbito internacional e nacional, na mesma esteira, aproximamos nossa atenção ao contexto constitutivo do repositório audiovisual da Universidade Federal do Maranhão, a Cinemateca Guarnicê, na próxima subseção.

2.10 Cinemateca Guarnicê

O Projeto “Memória Guarnicê”, uma iniciativa da TV UFMA em parceria com o Departamento de Assuntos Culturais e financiado pela FAPEMA, foi a primeira ação relacionada ao acervo do Festival Guarnicê de Cinema. Seu objetivo era recuperar e digitalizar os produtos cinematográficos reunidos, à época, ao longo de mais de três décadas pelo FGC. A primeira edição do Festival ocorreu em 1977, sendo um dos 4 mais antigos eventos de audiovisual do Brasil. Nesta edição, foram exibidos 17 filmes maranhenses.

A equipe, coordenada pelo diretor da TV UFMA, professor Silvano Bezerra da Silva, dedicou-se à catalogação, limpeza e armazenamento de 15 lotes em VHS, cada lote contendo 100 filmes, totalizando 1.500 filmes apenas na primeira etapa, das quatro previstas no projeto.

Como resultado dessa iniciativa de restauração e inventário dos filmes, catálogos, cartazes, entre outros materiais, surgiu a necessidade de um espaço para divulgação do acervo audiovisual recuperado. Mais uma vez, a parceria entre a TV UFMA e a DAC, ambos órgãos da UFMA, resultou no projeto “Cinemateca Guarnicê”, nesta feita coordenado pelo Professor Gersino dos Santos Martins, que ocupava o cargo de diretor da DAC, o projeto novamente recebeu financiamento da FAPEMA.

A Cinemateca Guarnicê foi inaugurada em junho de 2016 (Figura 7), instalada no “casarão azul”, localizado na rua Humberto de Campos, 174, Centro Histórico da Cidade de São Luís-MA. Neste local, as atividades da DAC funcionavam provisoriamente, com um acervo composto por aproximadamente quatro mil filmes

que retratam uma parcela importante da história do audiovisual do Maranhão e do país (UFMA, 2014).

Figura 7 - Inauguração da Cinemateca Guarnicê



Fonte: Acervo fotográfico da Diretoria de Assuntos Culturais (2016)

É oportuno salientar que a quantidade de filmes mencionada anteriormente representa apenas uma parcela reduzida do acervo total do Festival Guarnicê de Cinema. Segundo Silva (2017), ao utilizar como critério apenas “filmes exibidos”, a partir da análise das informações contidas nos catálogos oficiais do festival, contabilizou-se a exibição de 6857 filmes, distribuídos ao longo de 39 edições, que correspondem ao período de 1977 ao ano 2016.

É relevante ressaltar que, com exceção do estudo de Silva (2017), até o momento, não existe um levantamento preciso, nem mesmo uma estimativa aproximada, da quantidade de itens que compõem o acervo da Cinemateca Guarnicê, incluindo filmografia, documentos, catálogos, entre outros.

É fundamental enfatizar que a Cinemateca Guarnicê tem uma relevância ímpar no cenário audiovisual brasileiro, sendo robusta em termos de conteúdo, uma fonte de preservação dos produtos fílmicos das últimas quatro décadas do Estado, configurando-se, portanto, como um patrimônio cultural do povo maranhense.

Dentro deste contexto, percebe-se a justificável preocupação dos responsáveis pelo projeto Cinemateca Guarnicê, como pode ser observado no trecho do projeto aqui reproduzido:

O conjunto de produções especificado não faz parte de nenhum acervo ou circuito de exibição em cinematecas, ou cineclubes. Este fato demonstra a significativa perda de material rico em produção e conteúdo fora do alcance da maior parte dos maranhenses como fonte de pesquisa e conhecimento. (Martins, 2014, p. 2).

O “Cinemateca Guarnicê” objetivava salvaguardar a memória fílmica do Festival Guarnicê de Cinema, mas não se restringiria apenas a esse aspecto. A proposta incluía a criação de um centro de pesquisa e documentação audiovisual e a manutenção de uma programação de difusão, com a exibição dos filmes na programação da TV UFMA. Na visão dos idealizadores do projeto, tal iniciativa teria um impacto considerável na democratização do acesso à produção cinematográfica local, vistos a seguir:

O material que será preservado não ficará limitado aos muros da TV UFMA o seu reconhecimento, inevitavelmente, o levará a criar um padrão de cinemateca e assim, servir a comunidade e fazer parte de outras redes de distribuição. A exemplo a própria Cinemateca Brasileira, que é referencial para este tipo de trabalho a ser iniciado pela TV UFMA em parceria com o DAC na criação de um sistema organizado de recuperação, exibição e distribuição de filmes (Martins, 2014, p. 5).

Alinhado ao conceito de cinemateca de Correa (2007), no entendimento do filme como documento, o Cinemateca Guarnicê trazia no seu escopo a mesma compreensão sobre preservação fílmica, ao pontuar como sua atribuição:

Pesquisa e a documentação, a formação e a difusão do cinema maranhense e brasileiro. A Cinemateca terá uma sala de projeção para os filmes; um espaço de museu com materiais e componentes cinematográficos, equipamentos antigos de cinema, câmeras e projetores utilizados ao longo das 35 edições do Festival ficarão em exposição permanente neste espaço; uma biblioteca especializada em cinema, constituída por livros, periódicos, catálogos, textos acadêmicos, folhetos, cartazes de filmes que fizeram parte do Festival Guarnicê de Cinema, bem como, roteiros, e outros documentos ligados à história do Festival. Também fará parte do acervo, fotografias de filmes maranhenses e brasileiros, de personalidades e de eventos ligados ao cinema; todo esse material será disponibilizado para pesquisas, consultas e visitas do público em geral (Martins, 2014, p. 1).

A principal meta a ser alcançada com a recuperação do acervo audiovisual do Maranhão referente aos últimos 35 anos de produção é permitir a manutenção da

memória e disponibilização pública desse material, para que se tenha acesso ao passado enriquecedor que o cinema maranhense guarda.

No entanto, na matéria veiculada no portal de notícias da UFMA sobre a inauguração da Cinemateca Guarnicê, a qual transcrevemos: “Para ter acesso ao acervo fílmico, o visitante precisará se cadastrar no sistema da cinemateca. Após o cadastro, ele poderá assistir aos filmes catalogados, em cabines individuais.” (UFMA, 2014), ou seja, o usuário precisaria estar presente no local para a consulta ao acervo. Essa condição, por si só, limita significativamente o acesso da grande maioria da população à produção audiovisual.

Outrossim, entre os objetivos específicos do projeto Cinemateca Guarnicê, incluía-se a criação de um site, cuja finalidade era atender apenas os aspectos informacionais do acervo. Descrevemos o objetivo: “Criar um canal de comunicação (site) com informações do acervo, dos horários de visitação, agendamento, etc. O site também facilitará o acesso às atividades que serão realizadas na Cinemateca, e servirá para os interessados em colaborar com o projeto” (Martins, 2014, p. 3).

Confirma-se, assim, que a tecnologia para o processo de plataformação da Cinemateca (Poell; Nierbog; Van Dijck, 2020) já estava em consideração, embora não sob a perspectiva de ampliar o alcance e a abrangência do repositório audiovisual como um espaço de fruição de filmes. Essa meta seria alcançada por outros meios, como nas mostras permanentes e nos filmes a serem exibidos na programação da TV UFMA.

2.10.1 Cinemateca Guarnicê: virtualizar com acessibilidade

É pertinente louvar a intenção dos mentores do projeto Cinemateca Guarnicê em dar visibilidade à extensa cinematografia maranhense, a qual é o maior ativo da Cinemateca da UFMA. Essa perspectiva se assemelha à de cinematecas similares já mencionadas. As produções locais capacitam o público como agentes ativos de uma cultura própria e revelam o sentimento de pertencimento. Os registros audiovisuais regionais fortalecem e apresentam os modos de vida dessa sociedade, suas peculiaridades e sua cultura popular.

Neste sentido, a presença da Cinemateca Guarnicê no ambiente virtual: “Cinemateca Virtual Guarnicê”, particularmente em relação ao seu alcance, assume um papel fundamental ao contribuir efetivamente para a construção dessa identidade. Essa ideia é validada por Ferreira (2020), ao versar sobre a contribuição da

antropologia no alargamento da compreensão do filme como documento e fonte de informação sobre as sociedades e grupos em processos investigativos.

Na mesma lógica, considerando a possibilidade da implantação da Cinemateca Virtual Guarnicê, identificamos como oportuno contribuir para superar a barreira do “acesso limitado” ao repositório audiovisual da UFMA, propondo um estudo científico norteado pelas abordagens de Design - Design Inclusivo e Design Centrado no Ser Humano - campo científico que se insere na esfera de conhecimento das ciências sociais.

Reconhecemos que existem várias camadas passíveis de investigação no âmbito da Cinemateca Guarnicê. Inicialmente, focamos na limitação de acesso, que está restrito ao presencial, para este repositório audiovisual. Porém, o objetivo desta pesquisa vai além desta primeira perspectiva, concentrando-se especificamente no que diz respeito à acessibilidade de pessoas com deficiência visual, por meio do recurso assistivo da audiodescrição, aos filmes do acervo da Cinemateca na possibilidade de estes serem disponibilizados na “Cinemateca Virtual Guarnicê”. Este é o cerne deste estudo.

É conveniente contextualizar que a “Cinemateca Virtual Guarnicê”, objeto deste estudo, é um projeto extensionista da área cultural, atualmente em fase de elaboração, sendo coordenado pelo autor desta pesquisa, e está inserido na estrutura da Diretoria de Assuntos Culturais, da Pró-Reitora de Extensão e Cultura da Universidade Federal do Maranhão (PROEC/UFMA).

Permitimo-nos traçar, resumidamente, a linha que nos conduziu até o problema desta pesquisa, já mencionado na introdução deste estudo. Em abril de 2020, a imposição do isolamento social devido à pandemia de Coronavírus exigiu a adaptação da edição 42 do Festival Guarnicê de Cinema, que historicamente era realizado presencialmente. A solução veio com a criação de um formato híbrido, combinando eventos com a presença do público, como o drive-in, e a exibição virtual dos filmes em plataforma de transmissão própria da UFMA - Portal Guarnicê.

Os resultados da transição de exibição das mostras do formato presencial para o virtual foram altamente positivos (UFMA, 2021). No ano seguinte, em 2021, o portal Guarnicê foi integrado ao sistema EDUPLAY da Rede Nacional de Ensino e Pesquisa (RNP), proporcionando maior segurança e estabilidade nas transmissões previstas na programação do festival.

A experiência exitosa das edições 42 e 43 do Festival Guarnicê evidencia o potencial inovador da solução tecnológica desenvolvida pela Superintendência de Tecnologia da Informação (STI) da UFMA, que inclusive possui patente na qual figuramos como um dos criadores. Entretanto, nesse cenário, uma questão importante emerge: O que foi pensado, em termos de acessibilidade, para esta plataforma?

Por estar envolvido diretamente no planejamento destas duas edições do Festival Guarnicê de Cinema, podemos afirmar que não foram consideradas quaisquer medidas nesse sentido. Longe de ser uma justificativa, algumas variáveis como o tempo e a inexperience dos atores envolvidos na solução circunstancial para aquelas edições influenciaram sobremaneira as decisões relativas à projeção da plataforma mencionada.

A iniciativa da UFMA, inquestionavelmente, tem seus méritos e deve ser considerada. Porém, revela uma incoerência conceitual e procedimental com as normas previstas para ambientes virtuais no âmbito do governo federal, presentes no Modelo de Acessibilidade em Governo Eletrônico (eMAG). Sobre o aspecto da garantia de acesso amplo em sites de instituições governamentais federais, em sua introdução o eMAG anuncia que:

Uma das principais atribuições do Governo Federal é promover a inclusão social, com distribuição de renda e diminuição das desigualdades. Entre as diversas iniciativas que visam atingir esse objetivo, o governo investe no uso adequado e coordenado da tecnologia porque compreende a inclusão digital como caminho para a inclusão social (Brasil, 2014, p.7).

Neste sentido, a inclusão digital na perspectiva do eMAG é garantir a participação plena do usuário, independentemente de suas habilidades e limitações, nos ambientes virtuais do governo. Concluindo o relato, enfatizamos que o acesso sem restrições à cultura, à saúde, à educação, em ambientes físicos ou virtuais, e de maneira equitativa, é um direito de todos os cidadãos. No campo da cultura, o acesso às manifestações artístico-culturais se apresenta como essencial na formação do indivíduo e, além disso, é um direito humano básico (Brasil, 2015).

As cinematecas, espaços de preservação da memória e do patrimônio cinematográfico, têm um potencial significativo de impacto sociocultural ao democratizar o acesso à cultura e à história de um povo, de um lugar, de uma época. Entretanto, esses locais de memória audiovisual, onde se insere a Cinemateca Guarnicê, seja em sua estrutura física ou virtual, à margem do que recomendam as

leis e normas nacionais e internacionais de acessibilidade, ainda limitam, em grande medida, o acesso de usuários com alguma deficiência ou limitação visual, auditiva, física ou intelectual, temporária ou permanente.

Neste cenário, a inclusão e a acessibilidade no ambiente virtual configuram-se como questões centrais e urgentes das pesquisas no campo do design. Para propor alternativas que visem assegurar a inclusão por meio da acessibilidade, iniciamos a compreensão do ecossistema onde está inserida a Cinemateca Virtual Guarnicê. Neste intuito, analisamos como se configuram as principais instituições que possuem estruturas “similares” de preservação de produtos audiovisuais à Cinemateca da UFMA, no contexto do uso da audiodescrição. Sobre esse assunto, discutiremos na próxima subseção.

2.11 Audiodescrição em acervos virtuais similares (relatos)

Embora não exista um registro formal da quantidade de cinematecas no Brasil, selecionamos seis instituições (Quadro 1) consideradas relevantes para o contexto desta pesquisa. As instituições destacadas foram definidas pela aproximação à proposta da Cinemateca Guarnicê, considerando a implantação da Cinemateca Virtual Guarnicê, por possuírem acervos disponíveis, em alguma medida, com acesso na internet.

Quadro 1 - Cinematecas Brasileiras

Nomenclatura	Origem	Endereço eletrônico
Cinemateca Brasileira	São Paulo-SP	https://www.cinemateca.org.br/a-cinemateca/historia/
Cinemateca do Museu de Arte Moderna (MAM)	Rio de Janeiro-RJ	https://mam.rio/cinemateca/
Cinemateca Capitólio	Porto Alegre-RS	https://www.capitolio.org.br/
Cinemateca Pernambucana	Recife-PE	https://cinematecapernambucana.com.br/
Cinemateca da Bahia	Salvador-BA	http://www.dimas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=76
Cinemateca do Museu Guido Viaro	Curitiba-PR	http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/espacos-culturais/cinemateca-de-curitiba/

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Contextualizando-as no cenário nacional e, em seguimento, relatamos como as cinematecas se configuram em relação à integração de audiodescrição de filmes em seus acervos. As duas primeiras, a Cinemateca Brasileira e a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro (MAM), já contextualizadas na subseção “Cinemateca”, são as mais proeminentes. As quatro últimas, por sua vez, concentram-se no regionalismo curatorial de seus acervos, ou seja, dedicam-se à produção audiovisual local de seus respectivos estados, como veremos em seguida.

A Cinemateca Brasileira possui um sistema de informação que integra diversas bases de dados para controle e acesso ao seu acervo. Estas bases públicas constituem instrumentos de pesquisa, facilitando o acesso por parte de pesquisadores e outros usuários (Cinemateca Brasileira, 2022). O site da Cinemateca inclui seções como Home, A Cinemateca, Programação, Acervo, Notícias, Atendimento, Transparência e Apoie. No entanto, ao analisar estas páginas, não há nenhuma menção ou indicação do uso de audiodescrição.

Utilizando o sistema de busca do site da Cinemateca Brasileira na seção “Acervo” com o termo “audiodescrição”, foram encontrados apenas sessenta resultados na base de dados da Filmografia Brasileira. Esta base contém aproximadamente 52 mil títulos de todos os períodos da cinematografia nacional e da produção audiovisual contemporânea, incluindo curtas, médias e longas-metragens; cinejornais; filmes publicitários, institucionais ou domésticos; e obras seriadas para internet e televisão (Cinemateca Brasileira, 2022).

Entre os sessenta filmes investigados, apenas duas referências incluíam o termo audiodescrição nas fichas técnicas de catalogação. Portanto, não é possível determinar se os sessenta registros correspondem efetivamente a filmes que possuem o recurso assistivo para pessoas cegas ou com baixa visão.

A segunda cinemateca analisada é a Cinemateca do Museu de Arte Moderna do Rio de Janeiro, destacada no portal do Museu de Arte Moderna (MAM). Esta instituição, a segunda mais antiga em atividade no país, define-se como “um centro de patrimônio e memória audiovisual relacionado à expressão por imagens e sons em movimento, não importando o suporte de registro, intenção de uso ou valoração sociocultural” (MAM, 2022, n.p.).

Na seção dedicada à Cinemateca, especificamente na aba Cinemateca *Online*, onde são disponibilizados filmes para visualização virtual, não foi encontrado

o termo audiodescrição. Na página do acervo, há uma orientação que merece destaque: “A disponibilização das bases de consulta em versão simplificada visa uma interface amigável com o usuário e não elimina a possibilidade de arguição direta em função de demandas e especificidades que ultrapassem as informações aqui consolidadas” (MAM, 2022).

Essa simplificação das bases de consulta pode ter influenciado os resultados obtidos na pesquisa. A arguição direta poderia proporcionar novas perspectivas e dados mais detalhados sobre filmes com audiodescrição naquele acervo. No entanto, não houve tempo hábil para a execução desse procedimento.

A terceira instituição analisada é a Cinemateca Capitólio, localizada no Rio Grande do Sul. É um centro cultural dedicado exclusivamente ao audiovisual. Fundada em 2003, por meio de uma parceria entre a Prefeitura de Porto Alegre, a Fundação Cinema RS (FUNDACINE) e a Associação dos Amigos do Cinema Capitólio (AAMICA). Seu objetivo é restaurar o antigo Cine-Theatro Capitólio e transformá-lo em uma cinemateca, responsável pela preservação, armazenamento e difusão da memória do cinema e do audiovisual do Rio Grande do Sul. As obras de restauração foram concluídas em 2010, segundo informações do próprio site da instituição (Cinemateca Capitólio, 2023).

No portal da Cinemateca Capitólio, estão disponíveis as seguintes abas: Quem Somos, Programação, Sala de Cinema, Galeria de Exposições, Acervo, Sala Multimídia, Preservação e Memória, Alfabetização Audiovisual e Contato. Na página inicial, não há referência ao termo audiodescrição. Além disso, o portal não possui um mecanismo de busca que facilitaria a procura pelo termo. Como alternativa, a pesquisa foi realizada manualmente nas seções Programação, Sala de Cinema, Galeria de Exposições, Acervo, Sala Multimídia, Preservação e Memória, mas em nenhuma delas houve retorno do termo audiodescrição.

A Cinemateca Capitólio não disponibiliza filmes sob demanda nem possui registros indicando que os filmes em seu acervo sejam audiodescritos. As exhibições, segundo o portal, acontecem presencialmente, tanto na Sala Multimídia Décio Andriotti, equipada para oficinas, cursos, palestras e exhibições de filmes com um projetor digital de alta definição e capacidade para 40 pessoas, quanto na sala de exibição da Cinemateca Capitólio, localizada no antigo Cine-Theatro Capitólio. O acervo também dispõe de um espaço equipado para atender à pesquisa de filmes em vídeo.

A Cinemateca Pernambucana, quarta instituição analisada, foi inaugurada em 25 de março de 2018 e está localizada na sede da Fundação Joaquim Nabuco, em Casa Forte, bairro da cidade do Recife-PE. Ela está vinculada à Coordenação de Cinema e Cinemateca Pernambucana, visando reunir um acervo de filmes realizados em Pernambuco, independentemente da época, diretor ou empresa produtora, além de obras de cineastas pernambucanos (Cinemateca Pernambucana, 2023).

O portal da Cinemateca Pernambucana apresenta as seguintes seções: Cinemateca, Acervo, Pesquisa, Acessibilidade, Mostras, Destaques e Contato. Embora a palavra “audiodescrição” não esteja explícita, a aba “Acessibilidade” indica uma preocupação dos responsáveis com a inclusão de pessoas com deficiência. Nesta seção, está mencionado que parte do acervo de filmes possui acesso sob demanda e com acessibilidade, oferecendo recursos assistivos de acessibilidade comunicacional, como legendagem para surdos e ensurdecidos e audiodescrição.

A Cinemateca da Bahia, assim como as outras mencionadas, concentra-se na preservação de filmes locais, especificamente na memória do audiovisual baiano. Seu propósito é salvaguardar bens materiais e imateriais, estimular a pesquisa e facilitar o acesso público à história da produção fílmica baiana e aos registros históricos do estado por meio de imagens em movimento (Dimas, 2023). O termo “audiodescrição” não apareceu na aba inicial. A página “Acervo de Filmes” se limita a detalhar a composição e outras informações sobre o acervo, sem disponibilizar filmes para acesso *online*.

Por fim, a Cinemateca do Museu Guido Viaro, em Curitiba, foi criada em abril de 1975 (Enciclopédia Latino América, 2022). Em 1998, a cinemateca foi transferida para uma nova sede, e em 2007, o prédio passou por uma restauração com a aquisição de novos equipamentos. A instituição é responsável por preservar a memória cinematográfica do Paraná, trabalhando na prospecção e preservação do cinema paranaense desde a fase pioneira até a atual, além de promover novos cineastas (Fundação Cultural de Curitiba, 2023). Seguindo a mesma dinâmica da maioria das cinematecas que possuem portais na internet, não há informações sobre o uso da audiodescrição, e o acervo não disponibiliza filmes sob demanda.

Obviamente, este relato não determina que não existam iniciativas de acessibilidade relacionadas à audiodescrição de filmes nessas instituições. Trata-se apenas de que essas informações não estão aparentes nos sites visitados das cinematecas analisadas.

É possível concluir que a não observância da acessibilidade nas cinematecas citadas, ou seja, a carência de recursos inclusivos nestes espaços, apesar das normas legais existentes, continua muito aquém do razoável. Por óbvio, o mérito das questões circunstanciais que contribuíram para este cenário, não nos cabe aqui comentar, nosso propósito foi apenas ilustrar a conjuntura estudada. Isso posto, se direcionarmos nossa atenção para a pessoa com deficiência visual na interação com as imagens em movimento (o filme), cujo recurso assistivo é a audiodescrição, torna-se incalculável a extensão do atraso inclusivo para este perfil de usuário nestes repositórios audiovisuais.

O indicativo é ainda mais relevante quando consideramos o contexto descrito na pesquisa da Disability Rights Commission (DRC). O estudo aponta que participantes cegos apresentaram maior nível de dificuldade, se comparados a outros grupos de pessoas com deficiências, na realização de tarefas ou na obtenção de informações na web (DRC, 2004). As pessoas cegas conseguiram êxito em apenas 53% das tarefas, enquanto a média dos outros grupos de deficiência foi de 82%.

O quadro retratado anteriormente evidencia a necessidade urgente de uma resposta fundamentada na ciência que atenda ao problema de pesquisa relacionado à falta de acessibilidade para pessoas com deficiência visual no projeto Cinemateca Virtual Guarnicê, com enfoque na audiodescrição de filmes. A implementação efetiva de práticas inclusivas para os cegos e baixa visão são extremamente necessárias, mas a solução projetual precisa ser construída objetivando a inclusão dos mais diversos perfis de usuários (Simões; Bispo, 2006). Nesse sentido, soluções de design para o projeto da Cinemateca Virtual Guarnicê exigem que o designer/pesquisador detenha conhecimento suficiente do contexto ao qual o artefato se destina.

Para concluir, considerando a construção estruturada a partir dos diálogos com os teóricos que fundamentaram esta seção, e dentro do contexto de promover um acesso amplo e equitativo à cultura e à informação audiovisual para pessoas com deficiência visual, entendemos que atingimos a demanda desejada na jornada teórica. Por intermédio do recurso assistivo da audiodescrição, no vasto acervo de filmes disponíveis online a partir da efetiva implantação da Cinemateca Virtual Guarnicê e, pelo exposto, cabe-nos direcionar a atenção para os procedimentos metodológicos, etapa na qual descreveremos detalhadamente a metodologia adotada nesta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

No domínio da produção científica, é essencial, conforme ressaltado por Gil (2008), identificar os métodos e técnicas que viabilizam a verificação do conhecimento científico. O percurso metodológico garante validade e confiabilidade aos resultados obtidos, proporcionando uma fundamentação sólida para a estruturação do saber no âmbito das ciências.

Neste sentido, compreendemos que a estrutura procedimental, margeada pelo método Design Science (DS), aplicada na condução deste estudo, possibilite responder à questão da pesquisa, que rememoramos: “Quais recomendações devem ser consideradas na estruturação de um modelo de implementação de audiodescrição fílmica, orientadas pelas abordagens de Design Inclusivo e Design Centrado no Ser Humano, para assegurar o acesso inclusivo de pessoas com deficiência visual ao acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê?”

3.1 Caracterização da pesquisa

Antes de detalharmos o escopo metodológico elaborado para o trabalho investigativo, compete-nos categorizar a pesquisa. Este estudo se caracteriza como de natureza aplicada, adotando uma abordagem qualitativa e, em consonância com seus objetivos, classificado como exploratório (Figura 8).

Figura 8 - Caracterização da pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

A pesquisa social, segundo Gil (2008), é o procedimento que, utilizando a metodologia científica, permite a obtenção de novos conhecimentos no campo da realidade social. No mesmo alinhamento, Santos (2018) indica que os desafios do Design exigem do pesquisador maior proximidade com o mundo real, visando uma melhor compreensão do problema e, consequentemente, uma resposta mais

adequada e eficaz que culmine na solução de um obstáculo envolvendo um grupo de pessoas.

Seguindo no mesmo pensamento, Santos (2018), afirma que a disciplina Design se localiza na esfera do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas. Nesta perspectiva, esta pesquisa é de natureza aplicada por ter, em concordância com o que Gil (2008, p. 27) professa, “como característica fundamental o interesse na aplicação, utilização e consequências práticas dos conhecimentos”.

Enquanto abordagem, o estudo ora desenvolvido, conforma-se de caráter qualitativo. O universo das investigações qualitativas, para Minayo (2014, p. 24), “é o cotidiano e as experiências do senso comum, interpretadas e reinterpretadas pelos sujeitos que as vivenciam”. Nesta abordagem, ratifica a autora, os pesquisadores sociais se concentram na compreensão e na interpretação das experiências vividas pelos indivíduos.

O método qualitativo se configura adequado em estudos que focam em grupos específicos, estuda suas histórias, relações, representações, crenças, percepções e opiniões nos contextos em que estes fenômenos sociais ocorrem (Minayo, 2014). Continua a autora, “além de permitir desvelar processos sociais ainda pouco conhecidos referentes a grupos particulares, propicia a construção de novas abordagens, revisão e criação de novos conceitos e categorias durante a investigação” (Minayo, 2014, p. 57).

Fundamentada na definição dos objetivos, essa pesquisa se enquadra como uma pesquisa do tipo exploratória. Este tipo de pesquisa, muitas vezes sendo a primeira etapa de uma investigação mais profunda (Gil, 2008), visa prover compreensão sobre um tema ou assunto do qual o pesquisador ainda não disponha de entendimento suficiente na formulação do problema de seu trabalho.

Como destaca Gil (2008), as pesquisas exploratórias pretendem desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, visando a obtenção de informações que podem ser úteis na formulação de problemas mais precisos, ou hipóteses pesquisáveis para estudos subsequentes. Em outra declaração, Gil (2002, p. 41), simplifica o entendimento: “Estas pesquisas pretendem proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses”.

Ampliando a apreensão sobre o assunto, Gil (2008) afirma que entre os vários tipos de pesquisa, a exploratória é a que apresenta menor rigidez no planejamento,

pois o contexto pode demandar ajustes na estrutura pensada inicialmente, o que não compromete o rigor científico desse modelo de investigação. Concluindo, Gil (2008, p. 27) aponta que “o produto final deste processo passa a ser um problema mais esclarecido, passível de investigação mediante procedimentos mais sistematizados”.

3.2 O Método Design Science (DS)

Após tipificar os aspectos relacionados à abordagem, natureza e tipo de pesquisa, para darmos seguimento a construção das etapas procedimentais da metodologia, é necessário adotar um método de pesquisa que garanta o reconhecimento e a relevância de qualquer trabalho científico. Por isso, o método que conduzirá a investigação deve ser robusto na medida que garante um desfecho positivo para o estudo e, conseqüentemente, para a ciência e a sociedade.

Desta forma, elegemos o método de pesquisa Design Science (DS) para guiar este trabalho, por entendermos que este possui os protocolos, ferramentas e critérios capazes de atender o nível de conhecimento exigido na resolução do problema. Como definição do método Design Science, admitimos a redação formulada por Santos (2018, p.72):

Design Science” é um método de pesquisa onde são desenvolvidas e avaliadas a eficiência e eficácia de um artefato na solução de uma categoria de problema. Sua característica construtiva e prospectiva, buscando estabelecer o “como deveria ser” contrasta com a característica analítica de outros métodos que buscam entender “como é” o mundo real.

A escolha do método Design Science foi baseada em critérios que o condicionam como caminho adequado à obtenção das respostas e resultados pretendidos neste estudo. Primeiramente, quando observamos como os dados coletados são tratados e analisados, as semelhanças com o processo utilizado por profissionais da área de Design são evidentes, como destaca Santos (2018).

De forma geral, o objetivo deste trabalho é propor um conjunto de recomendações para um artefato com a tipologia “modelo” (March; Smith, 1995), conforme explicaremos mais adiante. Por esta razão, a adoção do Design Science como caminho metodológico para o estudo, encontra sustentação nas palavras de Lacerda *et al.* (2013, p. 754) quando definem os objetivos do Design Science: “Desenvolver artefatos que permitam soluções satisfatórias aos problemas práticos” e “Prescrever e Projetar”. Em concordância, Santos (2018, p. 73) pontua: “a mudança pretendida na Design Science é de natureza prescritiva”.

O Design Science objetiva prescrever ou planejar mudanças para um mundo real usando a lógica abdutiva, a qual é um tipo de raciocínio que ajuda a criar soluções antes mesmo de aplicá-las. A abordagem “prescritiva” do Design Science concentra-se em propor e avaliar de maneira iterativa soluções para esses problemas (Lacerda *et al.* 2013).

A busca por solucionar questões no mundo real deve ser incessante, porém, é oportuno trazer o que pensa Simon (1996) quanto ao dimensionamento e as expectativas que se devem perseguir no contexto das soluções de design em situações reais. Para o autor, o importante é considerar as soluções “boas o suficiente” em vez de se buscar uma solução “ótima”. Isto porque, existem circunstâncias, por exemplo, em que a complexidade do problema torna inviável a otimização da solução.

Tal percepção encontra lastro nos termos do Art. 3º, VI, do Estatuto da Pessoa com Deficiência, que trata das “adaptações razoáveis”, as quais são as adaptações, modificações e ajustes necessários e adequados que, ao serem implementados, não acarretem ônus desproporcional e indevido, considerando as particularidades de cada caso.

Em outras palavras, o entendimento trazido pelo autor discute a busca por soluções “boas o suficiente” em contraposição à busca pela solução “perfeita” ou “ótima”. Ele argumenta que isso se dá, por vezes, porque em situações reais de design, não é viável ou eficaz procurar a melhor solução possível, devido à complexidade do problema a ser resolvido. Nestes casos, segundo Simon (1996), optar por soluções satisfatórias pode ser uma abordagem mais realista.

Conforme Santos (2018), o resultado considerado “satisfatório” pode ocorrer por meio do entendimento das partes envolvidas no problema ou pelo progresso da solução atual em comparação com as soluções produzidas por artefatos anteriores. Os critérios utilizados para estabelecer o que é uma solução “satisfatória” devem ser claramente definidos, devidamente fundamentados e justificados, como indicado por Lacerda *et al.* (2013).

Concluindo a argumentação no que se refere à pertinência da escolha do método, observando que os objetivos da pesquisa proposta se caracterizam como do tipo prescritivo, segundo Lacerda *et al.* (2013, p. 755), “Para esse objetivo, a Design Science é a abordagem metodológica adequada”.

O conhecimento gerado em Design Science é pragmático e deve ser aplicado não apenas ao problema específico do estudo, mas também a problemas similares

em diferentes contextos ou questões mais abrangentes que possam se beneficiar dos resultados da pesquisa. Isso requer uma reflexão por parte do pesquisador sobre a relevância e aplicabilidade de seus resultados em um âmbito mais amplo.

É necessário sinalizar que os estudos que desenvolvem artefatos para a solução de uma determinada categoria de problemas, e que permitam que estes artefatos sejam avaliados, são pautas do Design Science (Lacerda *et al.* 2013). Neste contexto, classificar o artefato contribui com o delineamento das etapas de aplicação do processo metodológico, em especial, no momento da avaliação. Portanto, o artefato a ser desenvolvido neste trabalho, a partir da caracterização dos seus objetivos, enquadra-se na modalidade/tipo de artefato denominado “Modelo” (March; Smith, 1995; Lacerda *et al.* 2013; Santos, 2018).

Na definição de March e Smith (1995, p. 256), “O ‘modelo’ é um conjunto de proposições ou declarações que expressam relações entre constructos. Nas atividades de design, os modelos representam situações como declarações de problemas e soluções”. Conforme a redação de Santos (2018, p. 73) sobre a mesma definição, “quando o que se pretende avaliar proposições ou declarações quanto a relações entre constructos de forma a permitir a representação útil da realidade, o ‘modelo’ destas relações pode ser o artefato da pesquisa.”

No mesmo entendimento, citamos o trecho onde Lacerda *et al.* (2013), com apontamentos extraídos de March e Smith (1995), caracterizam os artefatos da tipologia “modelos”:

Um modelo é um conjunto de proposições ou declarações que expressam as relações entre os constructos. Em atividades de design, modelos representam situações como problema e solução. Ele pode ser visto como uma descrição, ou seja, como uma representação de como as coisas são. Cientistas naturais muitas vezes usam o termo ‘modelo’ como sinônimo de ‘teoria’, ou ‘modelos’ como as teorias ainda incipientes (Lacerda *et al.* 2013, p. 749).

Um modelo no Design Science vai além da mera ação de descrever ou representar a realidade. O foco principal está na utilidade desses modelos, não na precisão de sua representação da verdade. No entanto, mesmo que esses modelos possam ser menos precisos em detalhes, eles ainda devem capturar a estrutura fundamental da realidade para serem considerados úteis (Lacerda *et al.*, 2013).

Os modelos devem ser avaliados em termos de sua fidelidade com os fenômenos reais, completude, nível de detalhe, robustez e consistência interna

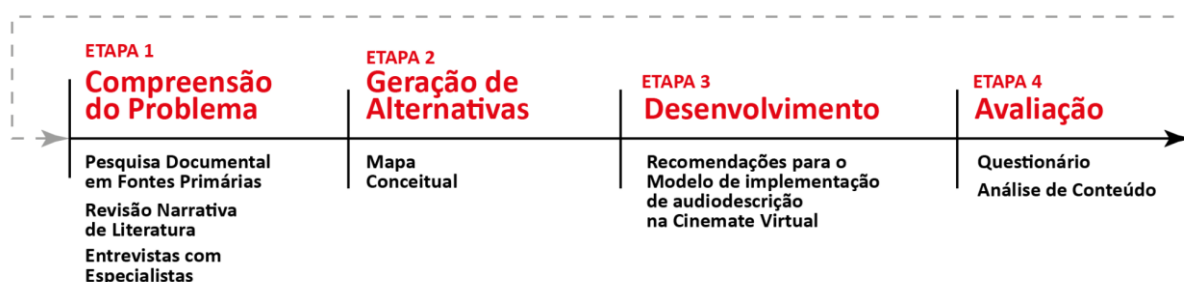
(March; Smith, 1995). Após a definição e outras observações sobre o método de pesquisa Design Science, nesta seção, serão apresentadas as etapas de operacionalização do método: Compreensão do Problema; Geração de Alternativas; Desenvolvimento e Avaliação.

É oportuno destacar que cada etapa do método aqui adotado, será ampliada e contextualizada considerando as relações entre o Design Centrado no Humano (DCH), o Design Inclusivo (DI), a ergonomia e a acessibilidade. Objetivando-se, na perspectiva de apontar uma diretriz de design mais eficaz e inclusiva, atender às necessidades de uma ampla gama de usuários. Estes conceitos foram abordados na conceituação teórica do trabalho.

3.3 Etapas da pesquisa

O desenvolvimento cíclico das etapas do Método Design Science, proposto e orientado por Santos (2018), será realizado com base nas especificidades do problema e dos objetivos da pesquisa. Elaboramos uma representação gráfica (Figura 9) detalhando o esquema construído para o desenvolvimento do estudo assente nas etapas do método DS, e seus procedimentos respectivos, a saber: Compreensão do Problema; Geração de Alternativas; Desenvolvimento e Avaliação.

Figura 9 - Etapas do Design Science como método de pesquisa



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No contexto do método Design Science, para atender sua primeira etapa: Compreensão do Problema, utilizamos as técnicas de coleta de informações: Pesquisa Documental, Revisão Narrativa de Literatura e entrevista semiestruturada. Na mesma esteira, consubstanciamos os três procedimentos investigativos citados com suas fundamentações teóricas, para aprofundar e garantir uma abordagem sólida, na qual os dados informacionais considerados sejam avaliados de maneira

rigorosa, afastando, assim, uma percepção simplista ou reducionista sobre o problema investigado.

Santos (2018) afirma ser possível incluir diferentes métodos ou abordagens com o propósito de aprofundar a compreensão do problema. Esses procedimentos podem fornecer descobertas valiosas, dados específicos ou perspectivas diferentes que, quando combinados, contribuem para uma compreensão mais densa e abrangente sobre o problema aqui presente na etapa inicial do método Design Science: “Compreensão do Problema”, detalhada em seguida.

3.4 Etapa 1 - Compreensão do Problema

A representação precisa dos problemas é uma atividade central na pesquisa em Design (March; Storey, 2008). Assim sendo, as três fases de coletas de dados (Figura 10), foram fundamentais para uma compreensão mais aprofundada do problema, fornecendo informações essenciais sobre os aspectos que compõem tanto o problema quanto a pergunta de pesquisa. Por exemplo, compreender a estrutura organizacional atual do acervo da Cinemateca Guarnicê e quantas obras fílmicas estão disponíveis ao público. Além disso, dimensionar qual é a proporção do acervo que possui audiodescrição em termos percentuais.

Figura 10 - Fases de coleta de informações



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Para obter essas informações, utilizamos, inicialmente, as fontes primárias que se relacionam com o objeto da pesquisa, por exemplo: o projeto de elaboração da Cinemateca Guarnicê, catálogos de todas as 46 edições do Festival Guarnicê de Cinema, entre outros documentos relevantes que constam no arquivo da DAC.

Além disso, na Revisão Narrativa de Literatura, aprofundamos a percepção sobre questões teóricas e de natureza legal no que se refere à acessibilidade digital

para pessoas com deficiência visual. Também, estudamos o conceito e a estrutura de uma cinemateca.

Junte-se a isso, a entrevista semiestruturada com profissionais da área de gestão cultural, no âmbito universitário, e com especialistas em audiodescrição, que forneceram informações valiosas para as recomendações para o modelo a ser aplicado na “Cinemateca Virtual Guarnicê”. A fase um da coleta será abordada a seguir.

3.4.1 Pesquisa documental de fontes primárias

Iniciamos o processo de investigação com a coleta de informações documentais em fontes primárias, uma etapa que visa “reunir dados preliminares sobre o campo de interesse”, conforme sugerido por Marconi e Lakatos (2017, p. 202). Neste sentido, “a pesquisa ou análise documental possui como definição a construção do conhecimento a partir de documentos oficiais ou não, não tratados, podendo ser fotos, atas, teses, depoimentos e, etc” (Cardoso; Batista, 2024, p.30).

Para isso, examinamos a documentação que fundamentou e instituiu a Cinemateca Guarnicê, visando identificar as premissas apresentadas no projeto inicial, compreendendo o que funcionou ou não ao longo do percurso do repositório até os dias atuais. Além disso, investigamos os dados e eventos históricos relacionados às iniciativas de formação do acervo e às ações de preservação da memória audiovisual, tanto ao nível nacional quanto local. A análise da documentação revelou alinhamentos com as motivações que fundamentam o estudo em questão.

É importante frisar que na técnica de análise documental, os documentos de qualquer natureza, não poderão ter recebido nenhum tipo de tratamento, ficando a cargo do pesquisador essa demanda (Cardoso; Batista, 2024). Em seguimento à investigação da criação da Cinemateca Guarnicê, examinamos a documentação referente ao acervo propriamente dito. Esse procedimento inclui fichas de inscrição, catálogos oficiais do Festival Guarnicê de Cinema e outros registros históricos.

Essa análise nos permitiu avaliar a extensão da falta de acessibilidade nos produtos cinematográficos do repositório da UFMA, sobretudo no que se refere aos filmes em relação ao recurso assistivo de audiodescrição. Com este cenário emoldurado, entendemos que a análise rigorosa das informações advindas desta fase inicial de coleta de dados, inserido nos balizamentos científicos, auxilia de forma eficaz e eficiente a etapa primeira do método definido para o trabalho proposto.

3.4.2 Revisão Narrativa de Literatura

Em continuidade, definimos a revisão de literatura como estratégia de coleta de dados, uma etapa fundamental em qualquer pesquisa científica, por permitir aprofundar o conhecimento sobre os principais conceitos necessários em diversos estudos, fornecendo um contexto teórico relevante, por exemplo, para a compreensão do problema.

Na fase inicial da pesquisa é fundamental acessar as fontes bibliográficas, seja para evitar esforços desnecessários, ou para não agregar um lugar-comum ao estudo pretendido. Marconi e Lakatos (2017, p. 256) frisam que “Pesquisa alguma parte da estaca zero. Mesmo que exploratória”. E continuam, “em um dado local, alguém ou um grupo, em algum lugar, já deve ter feito pesquisas iguais ou semelhantes, ou mesmo complementares de certos aspectos da pesquisa pretendida.”

Outra observação importante, no que se refere à compreensão da revisão de literatura no esteio das produções científicas, Marconi e Lakatos (2017, p.184) enfatizam que “O estudo da literatura pertinente pode ajudar a planificar o trabalho, a evitar determinadas publicações e certos erros, e representa uma fonte indispensável de informações, podendo até orientar as indagações.”

Isso posto, visando a obtenção de um corpus documental consistente para este trabalho científico, realizamos por meio da Revisão Narrativa de Literatura (RNL), uma extensa verificação de periódicos, artigos, dissertações e teses e outras literaturas acadêmicas no intuito de arregimentar contribuições que permitam a melhor compreensão, entre outras questões, do problema da pesquisa.

Casarin *et al.* (2020) explicam que a Revisão Narrativa é um método de revisão de literatura não sistematizado, utilizado para obter atualizações sobre um determinado tema em um curto período. Além disso, ela pode ser útil para descrever o estado atual do conhecimento em uma área específica, tanto do ponto de vista teórico quanto contextual.

Para Rother (2007), os artigos de revisão narrativa são publicações amplas que descrevem o desenvolvimento ou o "estado da arte" de um assunto sob um ponto de vista teórico ou contextual. Essa categoria de artigos permite ao pesquisador atualizar de maneira ágil seu conhecimento sobre um tópico específico. Ainda, segundo Rother (2007), na revisão de literatura do tipo narrativa não é um

procedimento necessário fornecer as fontes de informação, metodologia de busca de referências ou critérios de seleção de trabalhos, ou seja, não se explicita como as informações foram obtidas.

No mesmo entendimento, Casarin *et al.* (2020, p. 1) afirmam que “na RNL não há obrigatoriedade de que os autores informem com detalhes os procedimentos ou critérios usados para selecionar e avaliar as referências incluídas na análise, pois a forma de seleção é variável e arbitrária”. Conclui Rother (2007) em seu artigo, que a RNL se constitui, basicamente, de análise da literatura publicada em livros, artigos de revistas impressas e/ou eletrônicas na interpretação e análise crítica pessoal do autor.

Com estas considerações, dentro do que estabelece a Revisão Narrativa de Literatura, para esta dissertação, recorreremos a fontes confiáveis e relevantes de informações, como procedimento necessário à obtenção de um arcabouço teórico robusto e validado. Sendo assim, definimos as bases de dados: Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Scientific Electronic Library Online (SciELO), Google Acadêmico e Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), como fonte para as referências bibliográficas.

É importante ressaltar que existem outras bases de dados de alta relevância acadêmica, contudo, as bases escolhidas são amplamente reconhecidas e utilizadas no meio acadêmico. Podemos citar, por exemplo, a revisão por pares, procedimento que atesta o perfil relevante das produções ali disponíveis, e são repositórios com conteúdo atualizado permanentemente.

Deste modo, procedemos uma extensa revisão de periódicos, artigos, dissertações, teses e outras literaturas acadêmicas visando reunir contribuições que permitissem uma melhor compreensão sobre acessibilidade, inclusão, deficiência visual, recursos assistivos, design inclusivo e design centrado no humano e cinemateca.

3.4.3 Entrevista semiestruturada

Delineadas as etapas da metodologia que versam sobre as pesquisas bibliográfica e documental, estabelecemos que, consoante a natureza exploratória do estudo, foi adotada a entrevista do tipo semiestruturada como técnica de coleta de dados de documentação direta (Marconi; Lakatos, 2017).

Minayo (2014, p. 261) descreve a entrevista semiestruturada como a “que combina perguntas fechadas e abertas, em que o entrevistado tem a possibilidade de discorrer sobre o tema em questão sem se prender à indagação formulada”. Ampliando a ideia de Minayo (2014), a entrevista semiestruturada possui um roteiro pré-definido de perguntas, mas permite uma maior flexibilidade no roteiro previamente estabelecido, possibilitando explorar e aprofundar aspectos importantes emergentes durante a conversa, aumentando a compreensão sobre as experiências e percepções do informante.

Nesse aspecto, a possibilidade de realizar questionamentos complementares sobre pontos de interesse, inclusive encorajando o entrevistado a citar exemplos reais, é ponto de enriquecimento na obtenção de informações privilegiadas para a compreensão do tema estudado.

Contribuindo com a discussão, do ponto de vista da sua dinâmica de coleta, de acordo com Marconi e Lakatos (2017, p. 224), a entrevista “é um encontro entre duas pessoas, a fim de que uma delas, mediante conversação, obtenha informações a respeito de determinado assunto”. Ou seja, é uma conversa frente a frente, entre o investigador e o entrevistado, onde o primeiro, utilizando-se de um método, tem em vista obter informações sobre um determinado assunto.

Em concordância, Gil (2008) considera a entrevista como uma relação de caráter social em forma de diálogo, onde uma parte visa angariar dados, o pesquisador, e a outra, o entrevistado, fornecer informações que interessam à investigação. Por fim, Minayo (2014) resume: entrevistas são conversas com finalidade. Moldada a técnica de coleta em pauta, detalhamos as fases do procedimento.

Objetivando atender a este estudo, os participantes especialistas foram selecionados a partir de três requisitos: (i) atuação no mercado local, (ii) vínculo com o quadro da UFMA, podendo ser docente, técnico administrativo ou colaborador, e (iii) atuação restrita à “Gestão”, no âmbito universitário, e a “Técnica” referente à prática da produção de audiodescrição. Para este último, não havendo a necessidade de ser do quadro da UFMA.

Para as entrevistas, elaboramos dois roteiros, um direcionado ao informante gestor (Apêndice A) e o outro, ao profissional de audiodescrição (Apêndice B). Os roteiros foram divididos em dois blocos de perguntas abertas: (i) sobre o perfil social

e profissional do(a) entrevistado(a), e (ii) acerca de questões destinadas a identificar aspectos relativos a cada área investigada.

Na área técnica, as perguntas intencionaram descobrir aspectos da produção de AD fílmica (roteirização, narração e revisão/consultoria), relacionando-as a questões técnicas, tecnológicas, formativas e de mercado, elementos que contribuiriam com o aprimoramento do modelo de implementação de audiodescrição fílmica.

As perguntas relacionadas à gestão, buscaram identificar aspectos da infraestrutura, seleção e capacitação de recursos humanos, viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade do modelo de implementação da AD fílmica. Como estratégia, abordamos também algumas questões relativas à produção de AD, apenas para identificar o conhecimento do entrevistado sobre o assunto.

A argumentação de Krippendorff (2000), alinhada com as abordagens Centradas no Ser Humano e no Design Inclusivo, estabelece que, ao projetar e avaliar artefatos, devem ser consideradas as necessidades, objetivos e experiências das pessoas. Segundo ressalta o autor, os artefatos não têm existência própria, ou seja, dependem do envolvimento humano para serem percebidos efetivamente como um produto, um sistema ou um serviço.

Na mesma esteira, Minayo (2014, p. 197) aponta que se deve “privilegiar os sujeitos sociais que detêm os atributos que o investigador pretende conhecer”, ou seja, aqueles que são alvo da questão central da pesquisa. Concentrar neles o enfoque das entrevistas.

Portanto, no que diz respeito à seleção e aos critérios de perfis dos participantes das entrevistas, foram convidadas sete pessoas com experiência no processo de audiodescrição, porém apenas duas se voluntariaram para participar. A partir desta informação, é necessário fazer uma contextualização esclarecedora do ponto de vista dos objetivos desta pesquisa.

Primeiramente, a escassez de profissionais especializados em audiodescrição foi revelada no momento de elaboração da lista inicial de convidados. Além disso, observamos uma resistência em participar das entrevistas. Podemos atribuir que essa resistência está relacionada à tendência de que a audiodescrição é realizada como uma atividade secundária à ocupação principal deste grupo, e que a AD predominante é a com imagens estáticas. Essa observação, embora baseada em

percepções pessoais, é respaldada pelas respostas recebidas, incluindo uma aceitação inicial que seria declinada no dia seguinte.

Em termos mais claros, a participação como informantes em um estudo científico parecia estar além da experiência habitual desses profissionais. Isso pode ter contribuído para a hesitação em se voluntariar, uma vez que muitos podem ter sentido que não poderiam fornecer informações relevantes ou que a participação exigiria um nível de envolvimento acadêmico-científico com o qual não estavam familiarizados.

Corroborando essa percepção, um dos convidados, especialista com experiência na área, que aceitou participar entrou em contato via WhatsApp, confessando nervosismo por temer, talvez, não atender às expectativas do entrevistador. Tal preocupação foi prontamente descartada, ao afirmarmos a este informante que nós, na verdade, éramos os “leigos no assunto”. Convém destacar que, no TCLE, já antecipávamos esse cenário, buscando tranquilizar e confortar os participantes, destacando no termo: “Não há respostas certas ou erradas, suas respostas serão sempre consideradas eficazes”.

Essa contextualização é esclarecedora para apontar os desafios enfrentados na coleta de dados e a necessidade de considerar a formação dos profissionais de audiodescrição ao planejar pesquisas futuras na área. Isso posto, a primeira entrevistada foi a informante audiodescritora consultora (IAC), a qual é cega e atua como revisora de Braille em uma instituição de ensino federal pública. A segunda, foi a informante audiodescritora roteirista (IAR), atualmente aposentada, mas atuante em diversos projetos em AD. Na área da gestão, na última entrevista, conversamos com uma professora universitária que tem bastante experiência em gestão cultural (IGC).

A aproximação com os potenciais entrevistados foi feita, de início, utilizando o aplicativo de mensagens WhatsApp, onde foram convidados a participar da entrevista. Após dado o aceite, solicitou-se um endereço de e-mail para o envio da documentação necessária: Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) (Apêndice C), onde constava o detalhamento sobre a pesquisa, seus objetivos e as questões éticas envolvidas no estudo, e um Mapa Conceitual preliminar (Apêndice D) para ambientação dos informantes quanto às proposições do modelo de implementação.

O mapa tinha a função de facilitar o entendimento do processo de construção do modelo, considerando diversas variáveis e um conjunto de elementos analisados

para sua estruturação. No corpo do e-mail, agradecemos pela disponibilidade de participar da entrevista, indicamos a existência dos anexos e sugerimos três datas para o encontro, permitindo a possibilidade de adequação à agenda do convidado. Especificamos também que a reunião ocorreria em um ambiente virtual, na plataforma *Google Meet*, e que a gravação seria consentida verbalmente pelo entrevistado.

O roteiro foi estruturado contendo 27 perguntas contextualizadas e com seus objetivos definidos, obviamente, nem todas foram feitas. As respostas dos entrevistados, determinavam a necessidade da pergunta seguinte, ou mesmo, alterações na lista de perguntas da entrevista seguinte. Esta última afirmação, encontra amparo na perspectiva de que “o roteiro de investigação qualitativa pode e deve ser modificado durante o processo interativo, quando o investigador percebe que determinados temas, não previstos, estão sendo colocados por seus interlocutores, apresentando-se como de elevada significância para eles” (Minayo, 2014, p. 192).

Em relação à área técnica, a primeira entrevista foi agendada inicialmente para o dia 26 de abril de 2024. No entanto, devido a um contratempo com a entrevistada, ela foi realizada finalmente no dia 2 de maio de 2024, uma quinta-feira, às 15h, na plataforma *Google Meet*. Toda a conversa foi gravada com autorização prévia verbalizada, tendo uma duração aproximada de uma hora e dez minutos. A informante atua na etapa de consultoria de audiodescrição.

A segunda entrevista, também focada na audiodescrição, foi realizada no dia 8 de maio de 2024, uma quarta-feira, às 10h, na mesma plataforma e seguindo o mesmo protocolo. Esta entrevistada tem suas atividades mais voltadas para a roteirização de audiodescrição, embora esporadicamente atue na etapa de narração do processo produtivo de audiodescrição.

No dia 11 de maio de 2024, às 20h, entrevistamos uma informante sobre aspectos da gestão. A entrevista durou 55 minutos. As informações colhidas trouxeram novas luzes sobre questões e ajustes nas proposições constantes no Mapa Conceitual utilizado para ambientação, dada a grande experiência e a longa atuação da informante na área de gestão de projetos acadêmicos e em funções administrativas no âmbito da UFMA.

Nossa intenção era investigar o assunto “gestão” com mais profissionais. No entanto, embora ninguém tenha declinado do convite, houve dificuldades em alinhar as agendas para viabilizar os encontros. Portanto, não foi possível efetivar uma maior participação desses especialistas.

Todas as sessões de entrevistas foram gravadas em áudio e vídeo, e transcritas utilizando o software Adobe Premiere Pro. Posteriormente, foram realizadas correções pontuais nos textos transcritos. Neste sentido, seguimos a orientação de Bardin (2016, p. 93), ao se referir sobre o tratamento analítico das entrevistas: “devem ser registradas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador)”. Após a transcrição dos dados, ato contínuo, iniciamos a análise das informações coletadas.

3.4.4 Análise dos dados

No presente estudo, foi adotado o procedimento metodológico de análise de conteúdo, seguindo as diretrizes de Bardin (2016), para explorar as respostas fornecidas pelos informantes. O método compreende três etapas: (i) pré-análise, (ii) exploração do material, (iii) interpretação (Quadro 2).

Quadro 2 - Etapas do método de análise de conteúdo

Etapas	Resumos dos procedimentos
Pré-análise	Leitura flutuante; escolha dos documentos; Formulação de hipóteses e objetivos; Constituição do corpus com base na exaustividade, representatividade, homogeneidade e pertinência; Preparação do material
Exploração do material	Envolve a codificação e categorização do material
Tratamento dos resultados, inferência e interpretação	Deve ser baseada na teoria e nos objetivos da pesquisa

Fonte: elaborado pelo autor com base em Bardin (2016)

A fase de pré-análise consistiu na leitura flutuante de todos os elementos coletados para a compreensão inicial dos relatos e identificação de informações que eram pertinentes para o objetivo da análise. A partir desse procedimento inicial, foi selecionado o corpus de dados a ser analisado, aplicando a regra da exaustividade, ou seja, esgotar a totalidade do “texto” (Bardin, 2016).

Em seguida, procedemos à exploração do material por meio da codificação, identificando unidades de registro relevantes e atribuindo códigos aos diferentes aspectos abordados pelos informantes. Esse passo considerou o apontamento sobre análise de conteúdo: “O conteúdo ‘oculto’ das mensagens e de suas entrelinhas, é o que nos encaminha, para além do que pode ser identificado, quantificado e

classificado, para o que pode ser decifrado mediante códigos especiais e simbólicos” (Franco, 2005, p. 25).

A intenção desse método de análise é “a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou, eventualmente) inferência esta que recorre a indicadores (quantitativos ou não)” (Bardin, 2016, p. 44). Neste sentido, na fase seguinte classificamos os códigos em categorias temáticas, agrupando-os conforme os temas emergentes.

As categorias temáticas foram refinadas durante o tratamento dos resultados, onde os dados foram quantificados e analisados para inferir padrões e tendências comuns entre as respostas dos informantes. Esse procedimento encontra lastro no princípio da pertinência, que considera que as “categorias” devem estar alinhadas ao material de análise escolhido, isto é, adaptadas ao conteúdo e ao objetivo (Bardin, 2016).

As categorias podem ser definidas *a priori* ou emergirem do conteúdo das respostas, da fala ou do discurso. Embora, como aponta Maia (2020), ao elaborar um roteiro de entrevista, ele acaba direcionando as respostas e, por vezes, as categorias. Nesse sentido, cabe destacar que a etapa de definição das categorias foi na modalidade *a posteriori*, ou seja, sendo criadas à medida que surgem nas respostas dos informantes, para depois serem interpretadas à luz das teorias explicativas (Franco, 2005, p. 60). As categorias emergentes da análise foram: Formação e Prática em AD, Recursos e Infraestrutura, Mercado de AD, Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade.

Por fim, os resultados foram interpretados em relação aos objetivos definidos para o estudo, permitindo a extração de observações pertinentes e robustas para a formulação de recomendações destinadas a estruturar um modelo de implementação de audiodescrição fílmica na cinemateca em questão. Compreendemos que o protocolo metodológico aqui detalhado permitiu uma compreensão aprofundada das questões elucidadoras relativas ao objetivo da etapa de problematização.

3.5 Etapa 2 - Geração de Alternativas

A etapa de Geração de Alternativas envolve um processo de alto grau de criatividade, podendo ser realizado pelo pesquisador, preferencialmente, envolvendo a participação dos *stakeholders* (Santos, 2018). Devido à presença evidente de uma carga de subjetividade elevada, não se deve perder de vista o rigor metodológico

necessário aos estudos científicos. Desta forma, Lacerda *et al.* (2013) alertam para a necessidade de o pesquisador garantir a instrumentalização seguindo o princípio da rastreabilidade dos dados.

Corroborando a necessidade de uma investigação robusta nos dados obtidos na etapa de compreensão do problema, Löbach (2001, p. 150) aponta que a etapa de geração de alternativas, “é a fase da produção de idéias baseando-se nas análises realizadas”. Löbach (2001, p.153) afirma que “Gerar idéias é a produção das diversas alternativas possíveis para solucionar o problema em questão.” Na mesma esteira, Santos (2018) afirma que para atender consistentemente à etapa de geração de alternativas, a solução proposta deve se pautar pelas análises das informações provenientes da fase de compreensão do problema.

O design é uma atividade de caráter multidisciplinar que envolve uma interação entre métodos de diversas disciplinas. Cada integração envolve um conjunto de processos implícitos, incluindo princípios teóricos, práticas, métodos e técnicas. Essa abordagem multidisciplinar é fundamental para o sucesso do design, e do designer/pesquisador, que segundo Pazmino (2015, p. 118), “deve ser formado com a noção de que faz parte de um processo onde tem que se relacionar com uma série de especialistas e com uma série de conhecimentos.”

A natureza multidisciplinar do design resulta na possibilidade de uso de uma variedade de ferramentas e técnicas com potencial para auxiliar as decisões tomadas nos processos de design. Por esta razão, para atender a fase de ideação do artefato, decidiu-se se apropriar da ferramenta Mapa Conceitual. Os mapas conceituais são representações gráficas que organizam visualmente, em forma de diagrama, a relação entre conceitos, ou palavras usadas para representar conceitos. “Essa ferramenta não tem o objetivo de classificar conceitos, mas sim de relacioná-los e hierarquizá-los” (Moreira, 2013, p.1).

Isso posto, elaboramos um mapa conceitual segundo a natureza de sua aplicação e a partir das considerações resultantes da primeira etapa metodológica, a compreensão do problema. No mapa, o modelo se organiza em quatro categorias estruturantes e onze questões balizadoras: (i) formação e prática em AD, divide-se nas questões balizadoras: capacitação inicial, qualificação contínua e experiência prática. Na segunda categoria: (ii) recursos de infraestrutura da UFMA (utilização de espaços e recursos tecnológicos), e integração de mão de obra discente.

A categoria (iii) mercado de AD, observou questões relacionadas ao cenário do mercado de AD: demanda pelo profissional em AD fílmica, carência de audiodescritores qualificados e do uso de mão de obra sem qualificação, por último, possibilidades e oportunidades de ampliação do modelo nesta conjuntura.

Por fim, como última categoria estruturante, (iv) viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade, apontou aspectos necessários para garantir que o modelo seja viável a longo prazo, sustentável em termos de recursos, humanos e infraestrutura, e replicável, com adequações, em outros contextos. Com as condições conceituais e estruturais necessárias postas, passamos a etapa de desenvolvimento do artefato propriamente dito. Os resultados encontrados na aplicação da técnica Mapa Conceitual, serviram para embasar essa etapa. Este processo será detalhado na próxima subseção.

3.6 Etapa 3 - Desenvolvimento

Com base no mapa conceitual, durante a etapa de desenvolvimento do método DS, detalhamos como foi confeccionado o modelo de implementação da audiodescrição de filmes na Cinemateca Virtual Guarnicê, baseado no conjunto de diretrizes alicerçadas na abordagem do DI e DCH.

De acordo com Gomes (2017), DI, assim como DCH, são abordagens que colocam as pessoas no centro do processo de design, reconhecendo suas diferenças e habilidades individuais. As soluções desenvolvidas, embora sejam específicas e para um grupo direcionado de usuários, podem ser acessíveis ao maior número de pessoas possível.

Retomando o método, a sua terceira etapa se ocupa com o desenvolvimento do próprio artefato, um processo que requer uma compreensão profunda tanto da solução a ser criada quanto da preparação das condições necessárias para sua avaliação. As diretrizes previamente definidas nas etapas anteriores começaram a tomar forma de um artefato tangível.

Neste sentido, assente no mapa conceitual, onde estão dispostas as quatro categorias estruturantes e as onze questões balizadoras, originaram-se as 46 recomendações para o modelo de implementação de audiodescrição fílmica. Estas recomendações foram reunidas e organizadas em um guia.

É acertado comentar que o modelo está projetado prevendo a sua utilização em diferentes contextos, porém, o objetivo das recomendações sumarizadas para

este estudo são direcionadas ao âmbito do acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê, fato reiterado algumas vezes.

O guia ofereceu uma maneira objetiva e visual de comunicar as informações, facilitando a compreensão e tornando o conteúdo mais acessível para todos os envolvidos na quarta e última etapa da metodologia adotada nesta pesquisa: a Avaliação do artefato, próximo assunto a ser discutido.

3.7 Etapa 4 - Avaliação

Para se chegar ao objetivo principal do trabalho, conforma-se capital que o artefato proposto seja submetido a um processo avaliativo sistêmico. Conforme Lacerda *et al.* (2013, p. 750), a “Avaliação é definida como o processo rigoroso de verificar o comportamento do artefato no ambiente para o qual foi projetado, em relação às soluções que se propôs alcançar.” No entendimento de Dresch *et al.* (2015, p.1126), “Todo artefato deve ser avaliado a fim de verificar se ele atende às especificações pré-determinadas (utilidade e viabilidade)”.

Devido à natureza iterativa do método, também busca-se efetuar as alterações, ajustes e refinamentos indicados pela equipe de avaliação em relação à proposta inicial (Lacerda *et al.*, 2013). Para Santos (2008, p. 76), a “abordagem 'prescritiva' do Design Science enfatiza a proposição e avaliação iterativa de soluções”. Dessa forma, a fase de reformulação e reavaliação da solução proposta se configura como fundamental para aperfeiçoamento do artefato. No que diz respeito ao artefato, investe-se, neste percurso, no refinamento dos requisitos elencados para a “solução” desejada, aprimorando os seus resultados (Lacerda *et al.*, 2013).

A partir das afirmações, como parte da etapa quatro do método Design Science, que envolve a avaliação do modelo e implementação de audiodescrição, optamos por utilizar a ferramenta “questionário”, da maneira que será detalhada em seguida. “O questionário é um conjunto de questões submetidas a pessoas com o propósito de obter informações sobre conhecimentos, crenças, sentimentos, valores, interesses, expectativas, aspirações, temores, comportamento presente ou passado, etc.” (Gil, 2008, p.121). Usualmente, os questionários são aplicados por escrito aos respondentes e denominados questionários autoaplicados.

A elaboração correta do questionário como procedimento técnico-científico necessita da observância de algumas preocupações prévias, tais como: “constatação de sua eficácia para verificação dos objetivos; determinação da forma e do conteúdo

das questões; quantidade e ordenação das questões; construção das alternativas; apresentação do questionário e pré-teste do questionário” (Gil, 2008, p.121).

Para este estudo, optamos por utilizar a ferramenta com questões fechadas, onde os respondentes escolheram uma alternativa dentre as que lhes foram propostas. No sentido de garantir a maior relevância das perguntas e das alternativas, Gil (2008) recomenda realizar entrevistas preliminares para auxiliar nesta construção. Assim, o questionário aplicado na fase de avaliação se conforma às informações coletadas nas entrevistas da fase de problematização deste estudo.

Neste alinhamento, quanto aos respondentes, retornamos ao corpo de entrevistados que forneceram os dados que estruturaram o conjunto de recomendações para o modelo de implementação de AD, consoante o que Maia (2020) aponta: a necessidade de considerar, na formulação do questionário, o alinhamento das questões ao perfil da amostra respondente.

Nesta etapa avaliativa, denominamos o corpo de entrevistados como “equipe de avaliação”, composta pelos seguintes especialistas: informante audiodescritora Consultora (IAC), informante audiodescritora roteirista (IAR), informante com experiência em gestão cultural (IGC), informante com experiência em educação/informação e documentação (ID) e informante produtor cultural e ativista social (IPC).

Diferentemente da entrevista, o questionário foi aplicado indiretamente (Maia, 2020), ou seja, o pesquisador não participou presencialmente da coleta de dados. Para esse fim, foi utilizado um formulário do *Google Forms* (Apêndice E). Cabe uma observação: o termo “formulário” aqui se refere estritamente a uma funcionalidade do *Google Forms* e não guarda relação conceitual com “formulário” que designa uma “coleção de questões que são perguntadas e anotadas por um entrevistador, numa situação face-a-face com o entrevistado (ficha de dados)” (Maia, 2020, p.18).

Em seguida, iniciamos a etapa de pré-testes do questionário. “O pré-teste não visa captar qualquer dos aspectos que constituem os objetivos do levantamento. [...] Ele está centrado na avaliação dos instrumentos enquanto tais, visando garantir que meçam exatamente o que pretendem medir” (Gil, 2002, p. 119). O pré-teste foi realizado com dois participantes que apresentavam características semelhantes aos respondentes da pesquisa, e considerou os seguintes aspectos: clareza e precisão dos termos, quantidade, forma e ordem das perguntas, além da melhor formulação da introdução (Gil, 2002).

No mesmo entendimento, Maia (2020) orienta que após a aplicação do procedimento piloto, deve-se ouvir o participante para extrair dúvidas de preenchimento e os erros de interpretação registrados para identificar quais questões precisam ser alteradas ou substituídas. Com as respostas do pré-teste, enviamos o formulário e a documentação protocolar (Apêndice F) aos respondentes finais por *e-mail*, e sugerimos um prazo de uma semana para o preenchimento e envio das respostas. No mesmo contato, no corpo do *e-mail*, explicamos a natureza da pesquisa, sua importância e a necessidade das respostas, para despertar o interesse do participante em preencher e devolver o questionário no prazo estimado (Marconi; Lakatos, 2017).

No corpo do questionário, constavam 25 questões divididas em 5 seções, sendo a primeira referente às informações pessoais e características profissionais dos membros da equipe de avaliação. As quatro seções seguintes corresponderam à avaliação das categorias estruturantes e seu conjunto de recomendações correspondente, detalhadas no Guia (Apêndice G), disponível no *link* no topo do questionário.

A utilidade, qualidade e eficácia do artefato devem ser rigorosamente demonstradas por meio de métodos de avaliação bem executados, observando fatores estruturantes do modelo: “sua fidelidade com os fenômenos do mundo real, completude, nível de detalhe, robustez e consistência interna” (Lacerda *et al.*, 2013, p. 752). Com base nessa afirmação, utilizamos os fatores estruturantes (Lacerda *et al.*, 2013, p. 752) para referência na definição dos “critérios de avaliação” do modelo e suas redações, como descrito:

- **Proximidade com a Realidade:** Avaliação baseada em quão próximo o artefato está da realidade.
- **Consideração de Variáveis Relevantes:** Verificação se o artefato considera variáveis e fatores significativos em sua modelagem.
- **Nível de Detalhamento:** Análise do grau de detalhe incluído no artefato.
- **Capacidade de Adaptação:** Avaliação da facilidade do artefato em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho.
- **Coerência Interna:** Exame da consistência entre as diversas partes do artefato.

Utilizando os critérios definidos e contextualizados, a equipe de avaliadores se debruçou sobre cada seção do questionário, estruturado por escala de Likert com as seguintes ~variáveis qualitativas ordinais~ (Reis; Reis, 2002, p.12): Nada Relevante (NR), Pouco Relevante (PR), Relevante (R), Muito Relevante (MR) e Extremamente Relevante (ER). Essas questões se enquadram na definição de “escala” do tipo “avaliação” (Maia, 2020, p.22).

Segundo Capp e Nienov (2020), as variáveis qualitativas podem ser divididas em nominais (aquelas em que não existe ordenação entre as categorias) ou ordinais (aquelas em que existe uma ordenação entre as categorias). Concluindo, além das questões fechadas, em cada seção do questionário constou uma questão aberta de resposta voluntária, permitindo que o avaliador fizesse considerações e sugestões para aprimoramento do modelo.

A etapa de organização das informações coletadas foi fundamental na construção dos gráficos ilustrativos que explicitaram os indicadores e que facilitaram os procedimentos do método de análise adotado que viriam logo após essa etapa inicial. Neste sentido, a partir das respostas obtidas, foram atribuídos valores numéricos absolutos a cada resposta qualitativa ordinal, permitindo medir a intensidade da relevância atribuída a cada variável pelos respondentes, com o intuito de elaborar os gráficos ilustrativos, utilizando o software de planilhas Google Sheets.

Em complemento, outro ponto necessário foi definir o que cada nível de relevância das variáveis qualitativas da escala representa. Estas definições permitiram a interpretação consistente e rigorosa dos dados, garantindo a objetividade e a validade dos resultados. Abaixo estão os valores atribuídos às variáveis e suas definições (Quadro 3).

Quadro 3 - Variáveis qualitativas ordinais, definições e atribuições de valores numéricos quantitativos

Variável qualitativa ordinal	Valor numérico atribuído	Definição	Ação
Nada Relevante	1	O critério avaliado não possui nenhuma relevância sobre a Categoria Estruturante em avaliação	A classificação consistente dessa variável indica que as recomendações associadas a Categoria Estruturante em avaliação podem ser excluídas ou totalmente reavaliadas por não contribuir para a eficácia do modelo

Variável qualitativa ordinal	Valor numérico atribuído	Definição	Ação
Pouco Relevante	2	O critério avaliado tem relevância mínima, embora signifique ter algum impacto na Categoria Estruturante em avaliação.	A classificação consistente dessa variável indica que as recomendações associadas a categoria estruturante em avaliação devem ser consideradas para revisão e aperfeiçoamento por ter contribuição limitada na eficácia do modelo
Relevante	3	O critério avaliado tem relevância positiva perceptível na Categoria Estruturante em avaliação.	A classificação consistente dessa variável indica que as recomendações associadas a categoria estruturante em avaliação devem ser mantidas e otimizadas para aumentar o impacto positivo na eficácia do modelo
Muito Relevante	4	O critério avaliado tem uma alta relevância na Categoria Estruturante em avaliação.	A classificação consistente dessa variável indica que as recomendações associadas a categoria estruturante em avaliação devem ser implementadas como prioridade por garantir a eficácia do modelo
Extremamente Relevante	5	O critério avaliado tem relevância crítica e indispensável na Categoria Estruturante em avaliação.	A classificação consistente dessa variável indica que as recomendações associadas a categoria estruturante em avaliação devem receber a máxima atenção para sua implementação, sob pena de sua ausência comprometer severamente a eficácia do modelo

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Os gráficos ilustrativos de barras gerados foram analisados para identificar padrões e tendências nas respostas dos participantes. Essa abordagem possibilitou a interpretação e a compreensão das percepções dos avaliadores sobre os critérios definidos. Dessa forma, enfatizou a compreensão contextualizada das respostas, enquanto os gráficos permitiram a comunicação dos resultados de forma clara e objetiva. Os dados coletados e analisados são apresentados na seção de resultados deste estudo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Compreensão do problema

A representação precisa dos problemas é uma atividade central na pesquisa em Design (March; Storey, 2008). Neste sentido, as três fases da coleta de dados utilizados na compreensão do problema forneceram informações robustas para a presente pesquisa. A pesquisa documental em fontes primárias aprofundou o conhecimento sobre os aspectos motivadores e as etapas construtivas da cinemateca objeto deste estudo.

A Revisão Narrativa de Literatura alicerçou um arcabouço teórico eficiente, que deu sustentação científica aos resultados aqui apresentados. Por último, a entrevista semiestruturada, com um roteiro de perguntas destinadas a identificar aspectos relativos a cada área investigada. A análise das respostas dos informantes às nove perguntas selecionadas da roteirização inicial, permitiu identificar questões balizadoras para a formulação das recomendações, condensadas em quatro categorias estruturantes para o modelo.

A categorização apontou aspectos relevantes que vão desde a formação e qualificação de audiodescritores, a utilização oportuna dos recursos humanos e materiais já existentes, o olhar para o cenário profissional, incluindo as demandas e as carências deste mercado, e finaliza versando sobre a viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade do modelo. Os resultados encontrados serão apresentados em seguida.

4.1.1 Formação e Prática em AD

Pretendeu-se com as perguntas direcionadas à formação e experiência profissional dos informantes, obter uma visão geral sobre a atividade de audiodescritor. A partir dos relatos, captar aspectos relativos às suas motivações iniciais, construir um roteiro de como aprimoraram habilidades e competências na audiodescrição. Também, a partir das percepções emergentes, considerar as contribuições advindas das falas dos respondentes, na formulação do modelo proposto.

A falta de acesso à tecnologia assistiva no curso que IAC ingressou, reflete uma lacuna de ações inclusivas na estrutura da UFMA. Tal conjuntura impede a autonomia da pessoa com deficiência visual, por não ter acesso ao recurso assistivo

cujo propósito é “ampliar a comunicação, a mobilidade, o controle do ambiente, as possibilidades de aprendizado, trabalho e integração na vida familiar, com os amigos e na sociedade em geral” (Brasil, 2014. p.91).

No mesmo quadro, a importância da formação contínua encontra respaldo na fala da IAR: “Então, assim que eu fui entrando na audiodescrição e hoje eu estou fazendo uma especialização na PUC e pretendo ainda o mestrado, que eu já tentei, mas ainda não consegui”. Portanto, associada à formação, a prática constante aparece imprescindível no desenvolvimento das habilidades necessárias a AD.

Essas reflexões encontram contexto benéfico nas recomendações para o modelo de implementação de audiodescrição, ao apontar a formação contínua e a experiência prática como pontos fundamentais quando se intenta chegar à ampliação do uso desta ferramenta assistiva, mas, também, reverberam no campo social ao provocar e promover o engajamento institucional nas questões de acessibilidade e inclusão.

Ainda referente ao primeiro tópico, formação e experiência prática, um ponto comum presente nas falas dos informantes se conecta ao tema da formação inicial da equipe, nesta proposta, composta por discentes da UFMA. Todos os informantes percebem a integração dos estudantes no processo de audiodescrição positivamente, pontuando vários ganhos, seja no espectro da formação individual, seja no engajamento pauta inclusiva, seja nas perspectivas de carreira futura escolhida pelos alunos.

Neste sentido, do ponto de vista da gestão no que se refere à formação dos discentes, IGC nos apresentou um cenário importante: “Hoje a UFMA, tem um grande aparato para trabalhar em EaD. Ela tem um núcleo, que nem chama Núcleo, tem outro nome, mas que é muito forte, e que oferece cursos para o Brasil inteiro, milhões de pessoas alcançadas anualmente pelos cursos oferecidos pela UFMA por meio da EaD. Então, eu acho que é um caminho totalmente possível, um caminho que acho que pode ser percorrido inclusive, e nem vejo como sendo algo difícil de ser oferecido, sabe? Eu acho totalmente possível, enquanto gestora, pensar que é muito, muito, o caminho relativamente simples dentro da universidade para que isso possa acontecer.”

Finalizando essa categoria, cabe uma orientação comum destacada entre os informantes. A integração de estudantes deve ser acompanhada por orientação profissional adequada, a fim de garantir o aprendizado teórico e prático necessário ao

desenvolvimento das competências exigidas na produção de audiodescrição por este público em graduação. Esse entendimento foi explicitado por IAR: “É assim desde que, desde que tenha uma pessoa com habilidades profissionais para estar direcionando esse trabalho, porque a gente sabe que é difícil, certo?”.

4.1.2 Recursos e Infraestrutura

A categoria estruturante “Recursos e infraestrutura” se configura fundamental para a consolidação das recomendações de implementação de audiodescrição na Cinemateca. O escopo dessa categoria abrangeu aspectos como a qualificação adequada e permanente de recursos humanos, o aproveitamento de espaços físicos adequados e o suporte tecnológico necessário à produção de AD, já existentes na UFMA.

A segunda questão balizadora aborda a iniciativa de integração de mão de obra discente supervisionada por profissionais, priorizando a inclusão de alunos com deficiência na produção de AD. Durante o tratamento dos dados, as falas dos informantes direcionaram a fase de interpretação para as suas visões sobre as vantagens, necessidades e impacto dessa iniciativa.

A informante IGC acha “[...] super válido e necessário, inclusive. Pensar no envolvimento dos alunos, no engajamento de alunos em projetos como esses, é necessário, é urgente a universidade, ela precisa, digamos assim, trabalhar políticas, políticas que possam garantir a inclusão, cada vez mais.”

Entende-se que IGC compactua com a participação dos estudantes na produção de AD, mas chama a atenção para a necessidade iminente de se agilizar a implementação de políticas de inclusão: “pensar uma política de inclusão, de acessibilidade, dentro da universidade, passa necessariamente por incluir os alunos nesses projetos.”

Essa preocupação de IGC está intimamente relacionada ao que Sassaki (2009, p.10) explica como inclusão: “[...] um paradigma de sociedade, é o processo pelo qual os sistemas sociais comuns são tornados adequados para toda a diversidade humana [...] com a participação das próprias pessoas na formulação e execução dessas adequações.”

Aceitando a perspectiva na qual a instituição já possui uma infraestrutura estabelecida, como salas administrativas, cabines de áudio, computadores, softwares de edição, e outros meios tecnológicos, tais recursos podem e devem ser aproveitados

para atender às necessidades demandadas no modelo, facilitando o processo de produção de AD. Esta questão influencia diretamente a qualidade das audiodescrições.

Quanto as questões que tratam dos espaços físicos e recursos tecnológicos, como relatado, foram analisadas pelos informantes como imprescindíveis. Ao apontarem as oportunidades que se apresentam ao propor a implementação de AD em uma organização de ensino pública federal, detentora de uma infraestrutura própria, inclusive com dotação orçamentária para bolsas de extensão e pesquisa, se faz indubitavelmente pertinente.

Embora perceba que a UFMA tem condições de abrigar o modelo, IGC traz outra perspectiva como alternativa: “Mas eu acho que funciona melhor quando a gente busca um recurso externo e o apoio da universidade com o espaço físico e bolsistas para direcionar, para tocar o projeto, e os professores, evidentemente, os técnicos que vão ser envolvidos.”

Concluindo a análise da categoria estruturante abordada neste tópico, os resultados apresentados e discutidos à luz das teorias selecionadas sugerem uma conjuntura favorável em termos de recursos humanos e materiais. A combinação desses fatores demonstra que a implementação do modelo proposto tem potencial para impactar significativamente em diversas dimensões, incluindo a inclusão sociocultural, a formação acadêmico-científica e o mercado de trabalho para profissionais em audiodescrição. Mercado este que será detalhado e discutido na próxima seção.

4.1.3 Mercado de AD

Uma crescente demanda por serviço de audiodescritores impulsionada por legislações de acessibilidade exigidas em editais de fomento cultural, mas também uma significativa carência de profissionais qualificados, compõem a primeira impressão revelada na análise de dados das entrevistas. IAR menciona: “A carência de profissionais existe, certo? A demanda é muito grande, principalmente nos teatros e cinemas daqui que não têm... cabines para audiodescrição.”

Em outra perspectiva relativa à falta de profissionais, IAC relata que “Aqui mesmo em São Luís, a procura aumentou bastante, porque a lei está obrigando. E aí eu acho que os projetos também, vem um recurso para a parte de acessibilidade.”

A procura maior por audiodescritores profissionais, resultou em um revés preocupante. Vejamos a angústia relativa a esse panorama presente na fala de IAC: “Pessoas que não tem nenhuma qualificação, estão se metendo no mercado para fazer audiodescrição de qualquer jeito.” Continua ela: “Isso aí é um perigo, porque aí também não é só pela questão mesmo do valor financeiro, já, já vi alguns trabalhos que foram feitos por pessoas que não tinham nenhum conhecimento dessa área, trabalham com outra área, mas estavam envolvidos”.

A atuação de pessoas sem qualificação não só compromete a qualidade da AD, mas também representa um risco para iniciativas sérias de acessibilidade, o que desestrutura um mercado ainda em processo de reconhecimento em âmbito nacional, como pontua IAC: “O coletivo de audiodescritores, eles estão já com um projeto de lei para ser aprovado, quem de fato poderá ser considerado profissional. Só que ainda não foi aprovado. Mas estava tramitando com a vereadora para ver se eles conseguem a aprovação”.

Alternativas como o modelo sugerido neste estudo, que visa, entre outras recomendações, a formação de mão de obra qualificada, podem garantir que a AD não seja disponibilizada apenas para cumprir requisitos legais, mas uma prática efetiva de inclusão pela acessibilidade. Para IAR: “Eu acho que um projeto desse vai favorecer demais essa área.”

A formação de audiodescritores no modelo proposto permite atender à demanda crescente, melhorar o processo de produção e a qualidade da AD e abrir novas oportunidades de mercado para os profissionais com experiência prática.

Por fim, cabe pontuar que a compreensão da demanda e da carência de audiodescritores, percebida nas falas dos respondentes, confirmou-se como imperativa. Para orientar escolhas acertadas no desenvolvimento do modelo, no intuito de que esse possa atender às necessidades reais do mercado e, consequentemente, seja viável, sustentável e replicável em contextos diversos, discutiremos tais categorias na próxima seção.

4.1.4 Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade

Este tópico visa analisar os aspectos necessários para garantir que o modelo de implementação de audiodescrição seja viável a longo prazo, sustentável em termos de recursos e replicável em outras instituições ou contextos.

Para além da estratégia de se apropriar dos recursos da UFMA para viabilizar o modelo de forma perene e sustentável, atendendo duas das questões balizadoras desta categoria estruturante, outros meios podem ser utilizados. Isso inclui captação de recursos externos via editais de fomento e parcerias com outras instituições e setores da sociedade.

Como especialista e com ampla vivência em gestão cultural, IGC demonstra um caminho alternativo para a longevidade e a sustentabilidade do modelo, no sentido de garantir um desenvolvimento contínuo e duradouro: “eu sempre vejo projetos como esse, sendo financiado por editais que são apoiados pela universidade.”

Outro balizador importante é a replicabilidade, ou seja, o modelo deve ser flexível permitindo sua adaptação a diferentes contextos. Isso inclui a possibilidade, por exemplo, de ajustar o método de implantação da área extensionista para a área da pesquisa. A replicabilidade é um viés capaz de oportunizar os resultados do modelo a um público mais amplo, ampliando o potencial impacto social.

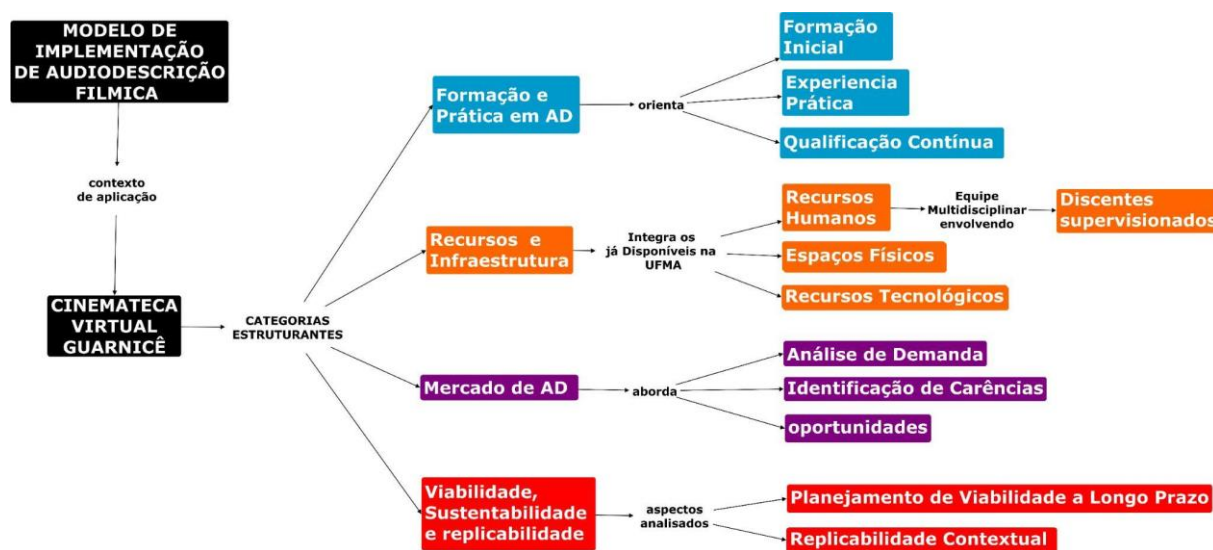
A modalidade de audiodescrição aqui tratada é a gravada a partir de imagens em movimento, ou seja, fílmica, e com aplicação em uma cinemateca. Dito isso, considerando algumas diferenças nos procedimentos relativos à AD gravada, o audiodescritor possui habilidades e competência para atuar em outras modalidades de AD: simultânea, ao vivo, ou de imagens estáticas.

Tal ponderação encontra lastro nas palavras IAR: “[...] por exemplo, vai ser uma ampliação para outras áreas, não só para o filme, porque você vai estar, vai estar trabalhando com audiodescrição e de repente, nesse trabalho, você vai encontrar pessoas que se identificam, que melhoram a outra área, no teatro, certo? No turismo, né, e em todas áreas.” Esse último ponto é esclarecedor e fornece clareza no sentido de que uma implementação bem-sucedida pode ser uma referência para outras iniciativas de acessibilidade.

4.2 Geração de Alternativas

A elaboração esquemática do mapa conceitual (Figura 11) balizou, a partir dos resultados emergentes na análise dos dados, a formulação de recomendações estruturantes para um modelo de implementação de audiodescrição fílmica, no contexto da Cinemateca Virtual Guarnicê.

Figura 11 - Estrutura Conceitual do modelo de Implementação de Audiodescrição aplicado à Cinemateca Virtual Guarnicê



Fonte: elaborado pelo autor (2024)

No mapa, o modelo se organiza em quatro categorias estruturantes: (i) formação e prática em AD, onde se apontou a necessidade de capacitação inicial e qualificação contínua dos discentes, a experiência pela prática reiterada, como caminhos para desenvolver competências e habilidades necessárias à produção de audiodescrição.

A segunda categoria: (ii) recursos e infraestrutura, identificou como oportuno o uso dos recursos já existentes na estrutura da UFMA, abrangendo a infraestrutura física e tecnológica (salas, computadores, cabines de gravação de áudio, entre outros). A possibilidade de integrar a mão de obra discente, formando equipes em uma perspectiva multidisciplinar, sob supervisão adequada, também é considerada.

Percebe-se promissora a utilização dos recursos presentes no âmbito da instituição de ensino superior, na fala de IAC: “Aí os recursos são os que já contém na [...], inclusive, tem uma cabine de audiodescrição na UFMA, mas que não está sendo aproveitada lá no RH. (risos)

A categoria (iii) mercado de AD, observou o cenário atual e as lacunas existentes no mercado de audiodescritores. Tal observação foi do ponto de vista tanto da demanda pelo profissional em AD fílmica devido às exigências legais e acessibilidade, como da carência de audiodescritores qualificados e do consequente uso de mão de obra sem qualificação. Essa conjuntura revela as oportunidades de ampliação do modelo neste setor, como bem descreve IAR: “Então, a carência é

demais e a demanda, né, a carência de profissionais é grande e a demanda é muito, certo. Eu acho que um projeto desse vai favorecer demais essa área.”

Por fim, trazemos a percepção de IGC: “[...] e sim é um modelo totalmente sustentável, se pensado, se colocado em prática da forma como ele está pensado, totalmente viável, retroalimentado e sustentável. Portanto, sim, totalmente possível.” A categoria (iv) viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade, analisou os aspectos necessários para garantir que o modelo de implementação audiodescritiva de imagens em movimento, seja viável a longo prazo, portanto, sustentável em termos de recursos, humanos e infraestrutura, e replicável, com adequações, em outros contextos.

Concluindo a fase de alternativas, buscou-se apresentar no mapa conceitual como foi idealizada e organizada a proposta do modelo de implementação de audiodescrição fílmica, priorizando o pensamento projetual alinhado com questões socioculturais relevantes da atualidade.

Tal escolha encontra contexto ao acolher a concepção “que é necessário desenvolver uma abordagem projetual que enfrente os problemas que estão postos na mesa, dispondo-os em um sistema de sentido mais amplo, capaz de produzir narrações e metanarrações positivas e socialmente compartilhadas” (Manzini, 2017, p.14).

Alinhada a esta abordagem projetual, o modelo se apresenta como inovador e contextualizado a uma realidade social presente, contemporânea, como podemos ver quando IAR diz: [...] “é uma ideia excelente. Eu não sei se em outro lugar existe, eu não sei, tá. É a primeira vez que eu estou vendo.” Corroborando com essa opinião, IGC pontua: “Primeiro, essa ideia é completamente inovadora, completamente inovadora. E eu já falei que se podia patentear essa ideia, porque é uma ideia sua, eu não vi em lugar nenhum.” Com estas considerações, passamos à etapa de desenvolvimento do artefato.

4.3 Desenvolvimento

A construção do artefato em estado funcional é a principal meta da fase de desenvolvimento. Nessa etapa, várias abordagens podem ser empregadas, incluindo algoritmos computacionais, representações gráficas, protótipos físicos e maquetes em escala, entre outras técnicas (Lacerda et al., 2013).

De acordo com Norman (1993), as representações nos permitem lidar com conceitos e eventos que podem estar ausentes no espaço e no tempo, ou até mesmo serem puramente imaginários.

As representações são artefatos cognitivos, que nos ajudam especialmente em um espaço de trabalho compartilhado com outras pessoas (Norman, 1993). A utilização de representação amplia significativamente a capacidade de uma pessoa descrever um evento, facilitando o entendimento para os outros e contribuindo na análise de possíveis ações alternativas.

Além disso, a representação reforça e aprimora a memória do indivíduo, conferindo-lhe maior precisão e capacidade de retenção das informações relevantes (Norman, 1993). Portanto, é essencial que a representação seja simples de entender, facilitando o desenvolvimento e a comunicação eficaz durante o processo de design.

Com essa perspectiva, as recomendações para o modelo de implementação de audiodescrição foram organizadas em quadros, facilitando a compreensão das quatro categorias estruturantes (Quadro 4).

Quadro 4 - Recomendações para o modelo - Definição das categorias estruturantes

Categoria Estruturante	Definição	Questões Balizadoras
Formação e prática em AD	Envolve a formação inicial (aspectos teóricos e práticos), bem como a capacitação e prática contínuas em audiodescrição para desenvolver habilidades específicas em AD, visando fornecer uma base sólida de conhecimentos e habilidades para a produção de AD fílmica.	Formação Inicial (FI)
		Experiência Prática (EP)
		Qualificação Contínua (QC)
Recursos e Infraestrutura	Trata dos recursos humanos (discentes, preferencialmente com deficiência visual), físicos e tecnológicos já existentes no patrimônio da UFMA, necessários para a produção eficiente de audiodescrição. Envolve equipes multidisciplinares, adequação e manutenção de espaços físicos e atualização constante dos recursos tecnológicos.	Recursos Humanos (RH)
		Espaços Físicos (EF)
		Recursos Tecnológicos (RT)
Mercado de AD	Enfoca nas questões relacionadas ao mercado de AD. Analisa e identifica demandas, carências e oportunidades do mercado de AD como estratégia permanente para alinhar a formação e os serviços de AD do modelo às necessidades emergentes em audiodescrição.	Análise de Demanda (AD)
		Identificação de Carências (IC)
		Oportunidades (OP)
Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	Aborda a viabilidade, a sustentabilidade e a replicabilidade do modelo de implementação de AD. Envolve elaborar estratégias para: captação de financiamentos e apoios mediante parcerias institucionais; documentação detalhada do processo de implementação do modelo para a adaptação e	Planejamento de Viabilidade a Longo Prazo (VLP)
		Replicabilidade Contextual (RC)

	replicação em diferentes contextos de uso.	
--	--	--

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

No Quadro 5 podem ser percebidas as onze questões balizadoras, suas definições e seus códigos, conforme suas definições.

Quadro 5 - Recomendações para o modelo - Definição das questões balizadoras

Questões Balizadoras	Definição
Formação Inicial (FI)	Desenvolvimento de um programa formativo inicial em AD com carga horária definida, abrangendo teorias essenciais e práticas necessárias.
Experiência Prática (EP)	Promoção de práticas em ambientes reais de produção de AD, com parcerias e estágios para alunos, além de participação em eventos acessíveis.
Qualificação Contínua (QC)	Implementação de programas de formação contínua para manter a equipe atualizada com melhores práticas e novas tecnologias em AD, incentivando também a participação em eventos e publicações científicas.
Recursos Humanos (RH)	Garantia de uma equipe multidisciplinar, incluindo políticas de inclusão e supervisão especializada para integrar estudantes na produção de AD.
Espaços Físicos (EF)	Utilização e adequação de salas e estúdios de gravação para produção de AD, garantindo condições ideais de funcionamento, acessibilidade e manutenção regular.
Recursos Tecnológicos (RT)	Disponibilização e atualização constante de equipamentos e softwares específicos para AD, além de suporte técnico contínuo e investimento em tecnologias emergentes.
Análise de Demanda (AD)	Realização de estudos de mercado para identificar necessidades emergentes e ajustar a formação da equipe de AD de acordo com essas demandas.
Identificação de Carências (IC)	Mapeamento da falta de profissionais qualificados no mercado de AD e facilitação da transição de profissionais de áreas relacionadas.
Oportunidades (OP)	Desenvolvimento de estratégias para inserir AD em eventos e festivais, promover estágios, incentivar o empreendedorismo e reconhecer a carreira de audiodescritor como viável.
Planejamento de Viabilidade a Longo Prazo (VLP)	Desenvolvimento de estratégias para captação de recursos financeiros externos e estabelecimento de parcerias que garantam a manutenção e atualização dos recursos necessários para a produção de AD.
Replicabilidade Contextual (RC)	Documentação detalhada e divulgação das melhores práticas e resultados do modelo de AD, oferecendo consultoria e estabelecendo redes de colaboração para facilitar a replicação em diferentes contextos.

Fonte: elaborado pelo autor (2024)

Cada categoria estrutural (Quadro 4) e suas questões balizadoras (Quadro 5) foram elaboradas visando a maior abrangência possível, no intuito de atender aos aspectos essenciais para o desenvolvimento do modelo. Nesse contexto, as quatro categorias estruturantes, as onze questões balizadoras e as 46 recomendações para o modelo de implementação de audiodescrição fílmica foram reunidas e organizadas

em forma de tópicos em um guia, apresentado a seguir.

4.3.1 Recomendações para o Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê

Contexto Introdutório

As recomendações do recurso assistivo de audiodescrição para filmes na modalidade gravada, foram elaboradas a partir das análises das informações coletadas utilizando a Pesquisa Documental, Revisão Narrativa de Literatura e Entrevista Semiestruturada.

O modelo se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos e de infraestrutura já disponíveis na UFMA, para viabilizar a inserção do recurso audiodescritivo no acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê.

São quarenta e seis recomendações organizadas em onze questões balizadoras a partir de quatro categorias estruturantes.

Contexto de Uso

O modelo foi elaborado com possibilidade de utilização em diferentes contextos, este guia exemplifica a sua aplicação ao acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê, projeto da área de Extensão da UFMA, visando demonstrar a aplicabilidade do modelo em seu estado prático.

Recomendação Inicial de Contexto

Recomenda-se que o modelo seja incorporado à área da Extensão Universitária, na modalidade “Projeto”. Este deve ser submetido aos trâmites de institucionalização da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFMA, ambientado na estrutura da Diretoria de Assuntos Culturais.

I. FORMAÇÃO E PRÁTICA EM AD

a. Formação Inicial (FI)

- FI 1 - Desenvolver um programa de capacitação inicial, com carga horária de 120h, com a possibilidade de uso do aparato da EaD da UFMA, com conteúdo programático que aborde questões teóricas e práticas essenciais à produção de audiodescrição fílmica (modalidade gravada).

- FI 1.1 - Incluir módulos sobre a importância da acessibilidade e a história da audiodescrição.
- FI 1.2: - Incorporar conteúdo sobre as diretrizes e normas legais referentes à acessibilidade em produções audiovisuais.
- FI 2 - Promover atividades interdisciplinares da equipe com cursos que tenham em sua grade curricular disciplinas que possuam alinhamento com processo de produção de audiodescrição (roteiro, narração e consultoria) para enriquecer a formação dos alunos.

b. Experiência Prática (EP)

- EP 1 - Promover a prática reiterada em contextos reais de produção de audiodescrição fílmica.
- EP 2 - Propor parcerias com estúdios de cinema e produtoras para oportunidades de prática real de audiodescrição fílmica.
- EP 3 - Promover a participação dos alunos em estágios e colaborações com profissionais da área.
- EP 4 - Facilitar a participação dos alunos em festivais e mostras de cinema acessível.
- EP 5 - Implementar um sistema com avaliações regulares de desempenho.

c. Qualificação Contínua (QC)

- QC 1 - Implementar um programa de formação continuada para manter a equipe atualizada com as melhores práticas em audiodescrição e novas tecnologias.
- QC 2 - Incentivar a participação dos discentes em conferências e seminários relacionados à audiodescrição.
- QC 3 - Estabelecer um sistema de certificação para as formações complementares concluídas pelos discentes.
- QC 4 - Incentivar a publicação de pesquisas e artigos científicos relativos à acessibilidade, audiodescrição e temáticas afins.

II. RECURSOS E INFRAESTRUTURA

a. Recursos Humanos (RH)

- RH 1 - Garantir uma equipe multidisciplinar para contemplar diferentes aspectos da produção de audiodescrição.
- RH 2 - Integrar a mão de obra discente, supervisionada por um especialista em gestão e um especialista em audiodescrição.
- RH 3 - Implementar uma política de inclusão que incentive a participação de pessoas com deficiência na equipe.
- RH 4 - Assegurar a continuidade da equipe mediante programas de incentivo e reconhecimento, considerando a disponibilização de bolsas de extensão.
- RH 5 - Assegurar um fluxo contínuo de novos discentes através de editais de seleção.

b. Espaços Físicos (EF)

- EF 1 - Utilizar as salas, estúdios de gravação e cabines de áudio da UFMA.
- EF 2 - Adequar os espaços físicos para atender às necessidades específicas da produção de audiodescrição.
- EF 3 - Criar ambientes de trabalho colaborativos e inclusivos, com acessibilidade a todos os membros da equipe.
- EF 4 - Manter a infraestrutura física em condições ideais de funcionamento e de acessibilidade.
- EF 5 - Garantir a manutenção regular dos espaços físicos utilizados para as atividades de audiodescrição.

c. Recursos Tecnológicos (RT)

- RT 1 - Disponibilizar equipamentos e licenças dos softwares utilizados em audiodescrição.
- RT 2 - Manter um suporte técnico contínuo para solucionar eventuais problemas tecnológicos.

- RT 3 - Investir em tecnologias emergentes que melhorem a qualidade da audiodescrição.
- RT 4 - Estabelecer um cronograma de atualização constante dos recursos tecnológicos disponíveis.

III. Mercado de AD

a. Análise de Demanda (AD)

- AD 1: Realizar estudos de mercado para identificar e ajustar a formação da equipe às necessidades emergentes.
- AD 2 - Monitorar as tendências e exigências da legislação sobre acessibilidade em diferentes cenários, em particular, em acervos fílmicos.
- AD 3 - Avaliar a receptividade do público-alvo em relação à audiodescrição fílmica produzida a partir do modelo.
- AD 4 - Estabelecer parcerias com empresas e instituições que necessitem de serviços de audiodescrição fílmica, por exemplo, produtoras e distribuidoras de filmes.

b. Identificação de Carências (IC)

- IC 1 - Mapear a falta de profissionais qualificados em audiodescrição fílmica no mercado atual.
- IC 2 - Facilitar a transição de profissionais não qualificados de outras áreas relacionadas a audiodescrição fílmica, disponibilizando engajamento na formação como ouvinte convidado.

c. Oportunidades (OP)

- OP 1 - Estimular a inserção prévia de audiodescrição em filmes de festivais e mostras de cinema.
- OP 2 - Estimular a inserção dos discentes no mercado de trabalho por meio de parcerias e estágios, após o término de sua participação como bolsista no projeto de implementação do modelo.

- OP 3 - Desenvolver iniciativas de empreendedorismo (startups e pequenas empresas) na área de audiodescrição para os discentes membros da equipe, após o término de sua participação como bolsista no projeto de implementação do modelo.
- OP 4 - Reconhecer e promover a carreira de audiodescritor como uma possibilidade profissional viável e necessária.

IV. Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade

a. Planejamento de Viabilidade a Longo Prazo (VLP)

- VLP 1 - Desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros externos via editais de fomento para dar maior perenidade à viabilidade do projeto.
- VLP 2 - Estabelecer parcerias com instituições e organizações de apoio na modalidade de cessão de serviços ou doações, que assegurem a manutenção e atualização dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura, entre outras demandas.

b. Replicabilidade Contextual (RC)

- RC 1 - Documentar detalhadamente o processo de implementação para facilitar a adequação/adaptação a diferentes contextos.
- RC 2 - Compartilhar e divulgar amplamente as melhores práticas e resultados emergentes do processo de implementação do modelo.
- RC 3 - Oferecer consultoria para a implementação do modelo para iniciativas de acessibilidade similares.
- RC 4 - Estabelecer redes de colaboração entre instituições para a troca de conhecimentos e práticas.
- RC 5 - Flexibilizar o modelo no intuito de servir como referência para outras iniciativas de acessibilidade que adotem diferentes tipos de audiodescrição (simultânea, ao vivo, imagens estáticas).
- RC 6 - Criar e disponibilizar gratuitamente na internet, uma peça gráfica (Guia) com as recomendações de implementação do modelo para possibilitar sua replicabilidade.

4.4 Avaliação

Nesta subseção, apresentamos os resultados da última etapa metodológica com base no Design Science, iniciando com as informações do pré-teste, ou piloto, do questionário referente a esta etapa. Conforme Egidio (2024, p. 105), “para garantir maior segurança em relação à análise dos dados, o piloto é essencial para testar os instrumentos previamente e efetuar possíveis ajustes, antes da geração de dados final.”

Neste sentido, o pré-teste foi aplicado a dois participantes selecionados por possuírem características semelhantes aos membros da equipe de avaliação: PT1 (produtor cultural e distribuidor de filmes) e PT2 (responsável por acervo fílmico e gestora). Essa etapa teve como objetivo avaliar a clareza dos termos usados, a quantidade e a ordem das perguntas, bem como a formulação da introdução e das instruções do questionário (Maia, 2020).

Quanto à clareza, segundo as respostas recebidas, ficou evidenciado que os termos utilizados no questionário eram compreensíveis. Acreditamos que tal leitura se deva ao fato de que os termos, no formulário, estavam acompanhados de textos explicativos de suas definições. Em relação à quantidade de perguntas, os participantes indicaram que o questionário estava bem dimensionado. O texto introdutório estava de fácil entendimento e autoexplicativo. Apenas na parte referente às orientações o informante PT1, de início, não entendeu se os requisitos seriam aplicados.

Assim, as orientações foram reformuladas com pequenos ajustes para propiciar mais fluidez e entendimento. Portanto, ao final da verificação das sugestões resultantes do pré-teste, o instrumento de coleta de dados se apresentou com as características adequadas de uso pelos avaliadores, garantindo que as questões fossem interpretadas de maneira uniforme pelos respondentes envolvidos.

Desta forma, a partir das respostas resultantes do questionário de avaliação, foram organizados dois quadros, sendo o primeiro com os dados qualitativos e o segundo com a substituição dos níveis de relevância pelos valores numéricos correspondentes.

Apresentamos a organização das respostas qualitativas ordinais (Quadro 6) fornecidas pelos avaliadores IAR, IGC, ID, IPC e IAC. As categorias estruturantes avaliadas incluem “Formação e Prática em AD”, “Recursos e Infraestrutura”, “Mercado

de Audiodescrição” e “Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade”. Os critérios de avaliação considerados foram “Proximidade com a Realidade”, “Consideração de Variáveis Relevantes”, “Nível de Detalhamento”, “Capacidade de Adaptação” e “Coerência Interna”. As respostas foram categorizadas em cinco níveis: Nada Relevante (NR), Pouco Relevante (PR), Relevante (R), Muito Relevante (MR) e Extremamente Relevante (ER)

Quadro 6 - Organização das respostas da equipe de avaliação: dados qualitativos ordinais

Avaliador	Categoria Estruturante	Critérios de Avaliação				
		Proximidade com a Realidade	Consideração de Variáveis Relevantes	Nível de Detalhamento	Capacidade de Adaptação	Coerência Interna
IAR	Formação e Prática em AD	ER	ER	ER	ER	ER
	Recursos e Infraestrutura	ER	ER	ER	ER	ER
	Mercado de Audiodescrição	ER	ER	ER	ER	ER
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	ER	ER	ER	ER	ER
IGC	Formação e Prática em AD	ER	MR	MR	MR	MR
	Recursos e Infraestrutura	MR	MR	R	R	R
	Mercado de Audiodescrição	MR	MR	R	R	R
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	MR	MR	MR	MR	MR
ID	Formação e Prática em AD	R	R	R	R	R
	Recursos e Infraestrutura	R	R	R	R	R
	Mercado de Audiodescrição	R	MR	MR	MR	MR
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	MR	R	MR	MR	MR
IPC	Formação e Prática em AD	ER	MR	MR	MR	MR
	Recursos e Infraestrutura	MR	ER	MR	ER	MR
	Mercado de Audiodescrição	ER	R	MR	ER	MR
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	MR	ER	MR	MR	MR

IAC	Formação e Prática em AD	ER	ER	MR	ER	MR
	Recursos e Infraestrutura	ER	ER	ER	ER	ER
	Mercado de Audiodescrição	ER	ER	ER	ER	MR
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	MR	ER	ER	ER	ER

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

Este quadro forneceu uma visão qualitativa das percepções dos avaliadores sobre cada critério e categoria. Em seguida, apresentamos as atribuições correspondentes aos dados qualitativos convertidos em valores numéricos (Quadro 7) utilizados para estruturar a representação em gráficos ilustrativos.

Quadro 7 - Resumo das respostas da equipe de avaliação: atribuições numéricas aos dados qualitativos ordinais

Avaliador	Categoria Estruturante	Critérios de Avaliação				
		Proximidade com a Realidade	Consideração de Variáveis Relevantes	Nível de Detalhamento	Capacidade de Adaptação	Coerência Interna
IAR	Formação e Prática em AD	5	5	5	5	5
	Recursos e Infraestrutura	5	5	5	5	5
	Mercado de Audiodescrição	5	5	5	5	5
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	5	5	5	5	5
IGC	Formação e Prática em AD	5	4	4	4	4
	Recursos e Infraestrutura	4	4	3	3	3
	Mercado de Audiodescrição	4	4	3	3	3
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	4	4	4	4	4
ID	Formação e Prática em AD	3	3	3	3	3
	Recursos e Infraestrutura	3	3	3	3	3
	Mercado de Audiodescrição	3	4	4	4	4
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	4	3	4	4	4

Avaliador	Categoria Estruturante	Critérios de Avaliação				
		Proximidade com a Realidade	Consideração de Variáveis Relevantes	Nível de Detalhamento	Capacidade de Adaptação	Coerência Interna
IPC	Formação e Prática em AD	5	4	4	4	4
	Recursos e Infraestrutura	4	5	4	5	4
	Mercado de Audiodescrição	5	3	4	5	4
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	4	5	4	4	4
IAC	Formação e Prática em AD	5	5	4	5	4
	Recursos e Infraestrutura	5	5	5	5	5
	Mercado de Audiodescrição	5	5	5	5	5
	Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade	4	5	5	5	5

Fonte: elaborado pelo autor (2024).

O interesse deste estudo também foi a mensuração das frequências com que as diferentes variáveis ordenadas se manifestaram nas percepções de cada respondente. Dessa forma, no intuito de revelar padrões ou tendências que ainda não estavam perceptíveis, elaboramos o quadro 7, convertendo os níveis de relevância em valores numéricos.

Assim, para cada nível de relevância, foi atribuído um valor absoluto específico: Nada Relevante (1), Pouco Relevante (2), Relevante (3), Muito Relevante (4) e Extremamente Relevante (5). Esta atribuição numérica permitiu a criação de gráficos ilustrativos, proporcionando uma compreensão mais detalhada das perspectivas dos avaliadores. Isso enriqueceu a interpretação dos resultados e proporcionou uma visão efetiva sobre a eficácia e a utilidade das recomendações para o modelo de implementação de AD.

Para a análise dos gráficos ilustrativos, adotamos o seguinte procedimento sistemático: cada gráfico foi examinado em relação aos critérios de avaliação, mensurando a relevância atribuída por cada membro da equipe de avaliadores, destacando convergências e divergências nas suas respostas. Essa estrutura ofereceu uma compreensão pertinente sobre cada conjunto de recomendações que compuseram cada categoria. Este procedimento foi aplicado uniformemente a todos

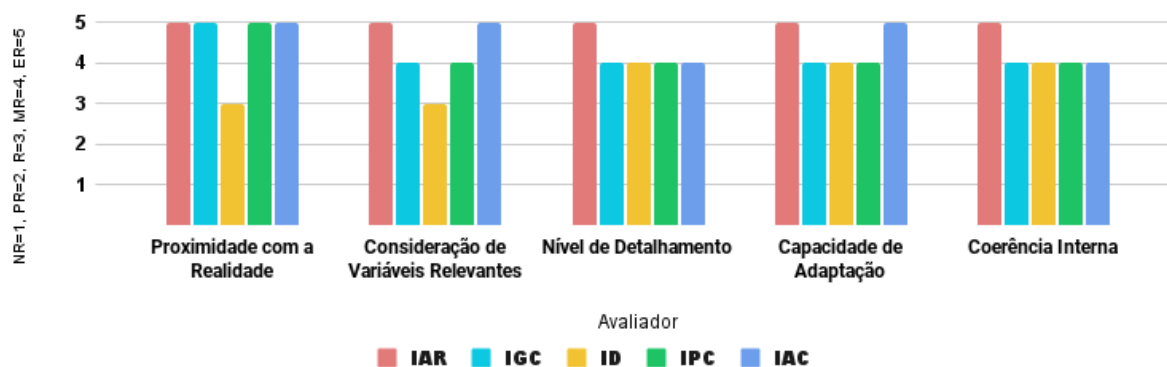
os gráficos subsequentes, assegurando, assim, um processo analítico consistente e rigoroso.

Com estas considerações e os dados postos, a seguir apresentamos o primeiro gráfico, que ilustra a relevância da “categoria estruturante 1 - Formação e Prática em AD” nas óticas de cada avaliador. Seguindo a orientação de Franco (2005), após a apresentação dos gráficos, foram redigidas análises preliminares de seus respectivos conteúdos. Esse procedimento auxilia em uma posterior análise contextualizada e na síntese conclusiva, onde se consolida a adequação dos dados em relação aos objetivos da pesquisa.

4.4.1 Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 1 - “Formação e Prática em AD” por avaliador e critérios de avaliação

No gráfico seguinte (Gráfico 1), apresentamos as percepções individuais da equipe de avaliadores à categoria “Formação e Prática em AD” e seu conjunto de recomendações em relação aos critérios de avaliação definidos. Os avaliadores são identificados pelas siglas IAR, IGC, ID, IPC e IAC.

Gráfico 1 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 1 - Formação e Prática em AD por Avaliador e Critérios de Avaliação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.4.1.1 Critério de avaliação: Proximidade com a Realidade

A relevância atribuída ao critério “Proximidade com a Realidade” nesta categoria apresentou-se como alta, revelando um forte consenso entre os avaliadores. A maioria classificou-o como extremamente relevante (5) ou muito relevante (4), com exceção de ID, que classificou como relevante (3). Essa convergência de opiniões sugere que, na visão da maioria, a formação e prática em AD está bem alinhada com

a validade teórica e a aplicabilidade prática do modelo de implementação de AD, assegurando-o como um artefato de suma importância na sua atuação no mundo real.

Considerando o exposto, a avaliação de ID pode indicar uma perspectiva individual mais crítica ou um ponto de vista mais conservador sobre a aplicabilidade prática do conjunto de recomendações analisadas, no que tange à formação inicial e à prática contínua no desenvolvimento de habilidades específicas para a produção de audiodescrição (AD). Neste sentido, a aparente divergência abre espaço para a possibilidade posterior de uma análise aprofundada da avaliação de ID, no intuito de fornecer novas percepções pertinentes ao aprimoramento da construção de uma base sólida de conhecimentos em audiodescrição para o modelo de implementação.

4.4.1.2 Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes

Os avaliadores IAR, IAC, IGC e IPC atribuíram alta relevância (5 e 4, respectivamente) a este critério em relação ao seu impacto no modelo de implementação de AD, enquanto ID indicou uma importância menor (3). Esta variação, já percebida no requisito de avaliação anterior pelo mesmo respondente, pode refletir que o avaliador ID tem um entendimento diferente sobre quais variáveis são consideradas essenciais na formação em AD.

Infere-se, portanto, que a categoria que trata da formação e prática aborda com importância alta os fatores críticos que têm impacto significativo no sucesso ou falha do modelo, a saber: aspectos financeiros, alinhamento com as normas e regulamentações legais, etc., na visão de IAR, IAC, IGC e IPC, enquanto, na ótica de ID, há possíveis lacunas ou áreas de melhoria.

Cabe uma reflexão interpretativa para ampliar o entendimento da constância do distanciamento da avaliação de ID em relação à visão do restante da equipe de avaliadores. Uma razão plausível pode estar relacionada a experiências profissionais distintas de atuação e às categorias que balizaram o roteiro de entrevistas semiestruturadas: audiodescrição e gestão. IAR e IAC atuam efetivamente com audiodescrição, enquanto IGP e IPC exercem funções mais direcionadas à área da gestão cultural. ID, mesmo com alguma experiência como gestora, tem formação em Documentação e atuação profissional direcionadas à educação e informação.

É importante considerar a compreensão das lacunas apontadas por ID. Essa iteratividade, além de necessária (Santos, 2018; Dresch *et al.*, 2015; Lacerda *et al.*,

2013), pode revelar outras variáveis ainda não consideradas ou não suficientemente estruturadas que potencializem o Modelo.

4.4.1.3 Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.

A análise do critério “Nível de Detalhamento” na formação em audiodescrição (AD) revela uma significativa convergência entre os avaliadores, com IAC, ID, IGP e IPC atribuindo valores altos (4) e IAR classificando como “Extremamente Relevante” (5). Essa consistência em avaliações positivas, ainda que não máximas, indica que o detalhamento das recomendações da categoria “Formação e Prática” do modelo é considerado muito satisfatório pela maioria dos especialistas.

As diferentes expectativas e necessidades da maioria dos respondentes oferecem um panorama de oportunidade de avanço na potencialização das recomendações, ou seja, ainda se tem uma margem para essas serem melhoradas na aplicação do modelo de implementação de AD.

4.4.1.4 Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.

As recomendações da primeira categoria estruturante, quando avaliadas utilizando o critério “Capacidade de Adaptação”, apresentaram flexibilidade e capacidade para se adaptar a diferentes condições e necessidades de contextos de aplicação do modelo, na concepção dos avaliadores, recebendo notas altas, embora com pequena intercorrência entre as variáveis mais relevantes. IGC, ID e IPC avaliaram este critério como muito relevante (4), enquanto IAR e IAC consideraram extremamente relevante (5).

Esta uniformidade avaliativa muito positiva sugere que a capacidade de adaptação das formações em AD é um ponto forte reconhecido pela equipe avaliadora. A diferença mínima entre IAR e IAC e os outros pode refletir uma visão ligeiramente mais otimista destes dois últimos, possivelmente relacionada às suas áreas de atuação no mercado de audiodescritores com larga experiência profissional.

4.4.1.5 Critério de avaliação: Coerência interna.

A “Coerência Interna” foi avaliada de forma relativamente consistente, com quatro respostas pontuadas como “Muito Relevantes” (4) e uma como “Extremamente Relevante” (5), conforme ilustrado no gráfico. Sugere-se, assim, que os avaliadores consideraram que as recomendações que compuseram a categoria de formação e

prática em audiodescrição possuem uma boa integração e alinhamento entre seus componentes. Esta categoria estruturante tem em vista desenvolver habilidades específicas necessárias para a produção de AD fílmica.

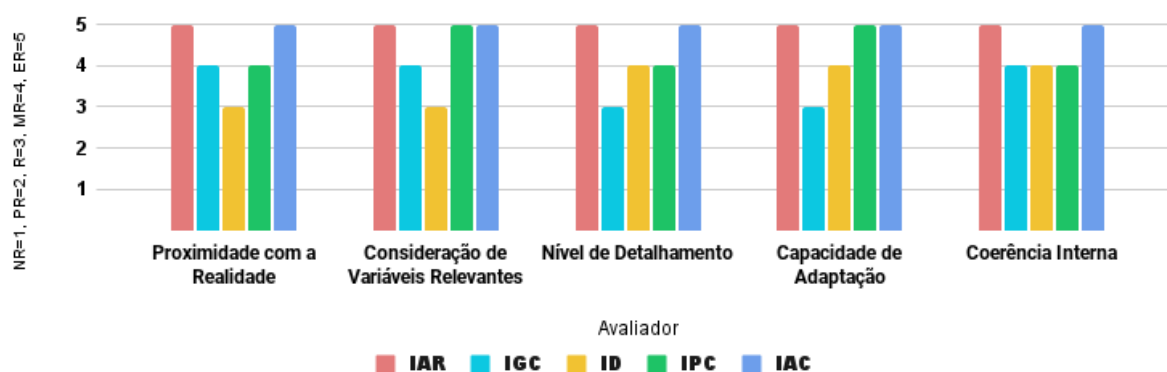
A análise dos dados qualitativos sugeriu que a Categoria Estruturante “Formação e Prática em Audiodescrição” é considerada, em sua maioria, relevante e aplicável. No entanto, a variabilidade nas avaliações indica haver espaço para melhorias, especialmente em relação ao nível de detalhamento e à coerência interna.

A proximidade com a realidade é um ponto forte, mas a consideração de variáveis relevantes e a capacidade de adaptação precisam ser constantemente revisadas para garantir a eficácia do modelo em diferentes contextos. Concluindo, os dados fornecidos pelos respondentes ofereceram uma visão abrangente, destacando tanto os pontos fortes quanto as áreas que requerem atenção.

4.4.2 Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura por avaliador e critérios de avaliação

Utilizando a mesma estrutura adotada anteriormente, prosseguimos relatando os resultados coletados nas avaliações. Nesta perspectiva, examinamos o nível de relevância da Categoria Estruturante (Gráfico 2), que trata dos recursos humanos, físicos e tecnológicos já existentes no patrimônio da UFMA, necessários para a produção eficiente de audiodescrição fílmica.

Gráfico 2 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura por Avaliador e Critérios de Avaliação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.4.2.1 Critério de avaliação: Proximidade com a realidade

O gráfico 2, na visão dos avaliadores, apresenta consistentemente uma alta relevância na avaliação da “Proximidade com a Realidade”. A maioria dos avaliadores classificou este critério como extremamente relevante (5) ou muito relevante (4), exceto ID, que atribuiu a classificação relevante (3). Essa convergência positiva indica que os avaliadores, predominantemente, reconhecem a aplicabilidade prática e validade teórica presente nas recomendações como significativas para o Modelo.

A divergência apresentada por ID pode sugerir uma perspectiva individual, mas também a interpretação de que, embora a categoria esteja em bases sólidas, no grupo de recomendações relacionadas aos recursos e à infraestrutura, há algumas que necessitam de aprimoramento. Em suma, cabe considerar que a alta confluência na valoração desta categoria pode indicar que a possibilidade de uso dos recursos humanos, físicos e tecnológicos disponíveis na UFMA está alinhada com as condições adequadas para a implementação de audiodescrição na Cinemateca Virtual Guarnicê.

4.4.2.2 Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes

Mantendo uma tendência nas apresentações dos resultados até aqui explicitados, o critério “Consideração de Variáveis Relevantes” apresenta uma coesão de notas positivas, com quase a totalidade dos avaliadores (IAR, IGC, IAC e IPC) atribuindo notas altas, respectivamente (4 e 5). Coerentemente com suas percepções anteriores, ID indicou uma importância menor (3).

Esta variação pode indicar diferenças na percepção sobre quais variáveis são realmente críticas para o sucesso do modelo. A alta avaliação sugere que o Modelo considera fatores importantes como viabilidade financeira e alinhamento com as normas legais vigentes. Entretanto, o distanciamento da visão de ID indica que podem existir variáveis importantes que ainda não foram suficientemente exploradas e aprimoradas. Aprofundar essas percepções pode ser um caminho para potencializar o modelo.

4.4.2.3 Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.

O “Nível de Detalhamento” do conjunto de recomendações que compõem a categoria estruturante em análise foi avaliado com convergência entre os avaliadores, com ID e IPC atribuindo valores altos (4) e IAR e IAC classificando como “Extremamente Relevante” (5). Esta consistência nas avaliações positivas sugere que

o detalhamento das recomendações da categoria é considerado ótimo pela maioria dos especialistas.

Destoando das demais notas, IGC considerou as recomendações como relevantes (3). Isso sugere que, na visão mais alinhada com a área da gestão, há margem para melhorias, o que pode indicar a necessidade de aprimorar o nível de detalhamento em certos aspectos do Modelo para garantir sua eficácia e relevância no momento da implementação.

4.4.2.4 Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação.

As recomendações da categoria estruturante foram avaliadas quanto à “Capacidade de Adaptação”, apresentando a facilidade do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho, sendo reconhecidamente positiva pelos avaliadores. IAR, IPC e IAC atribuíram as notas mais altas (5), enquanto ID indicou o nível de relevância (4). IGC, com atribuição (3) considerou que a flexibilidade de adaptação na proposta de recomendações para o Modelo precisa de ajustes pontuais.

A predominância de notas altas é um indício de que o modelo possui uma forte capacidade de adaptação. A ligeira diferença entre IAR e IAC e os outros pode refletir uma visão mais otimista dos dois avaliadores, possivelmente devido às suas experiências práticas no mercado de audiodescritores.

4.4.2.5 Critério de avaliação: Coerência interna.

A “Coerência Interna” foi avaliada de forma relativamente consistente, com dois avaliadores atribuindo valores extremamente relevantes (5) e três avaliadores classificando como muito relevantes (4). Esta convergência sugere que os avaliadores consideram que as recomendações da categoria estruturante possuem uma boa integração e alinhamento entre seus componentes. A estabilidade nas avaliações reforça a percepção de que o modelo é bem estruturado e logicamente organizado, garantindo que todas as partes funcionem de maneira interligada e sem áreas conflitantes.

Em conclusão, a Categoria Estruturante “Recursos e Infraestrutura” foi considerada, em sua maioria, relevante e aplicável em relação aos critérios de avaliação. Os critérios que consideram as variáveis relevantes, a coerência interna e o que mensura a capacidade de adaptação mereceram destaque para a maioria dos

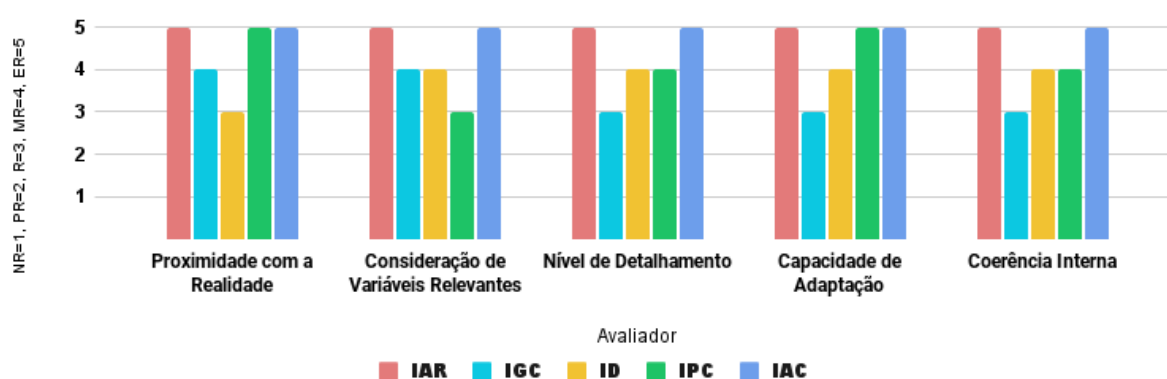
avaliadores. No entanto, a variabilidade nas avaliações entre a equipe julgadora, especialmente em relação ao nível de detalhamento e à proximidade com a realidade, indica haver espaço para melhorias. Cabe pontuar que as divergências presentes também oferecerem retornos valiosos para aprimorar o Modelo.

Por fim, a consistência nas avaliações positivas indica que as recomendações que envolvem os recursos e infraestrutura da UFMA atendem às expectativas dos especialistas e, conseqüentemente, foram consideradas adequadas para a eficiência do modelo de implementação de AD. A ausência de notas baixas nas percepções dos avaliadores também é outro indicador animador sobre a possibilidade de uso dos recursos humanos, físicos e tecnológicos disponíveis na UFMA para a produção eficiente de audiodescrição.

4.4.3 Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 3 - Mercado de AD por avaliador e critérios de avaliação

A análise da Categoria Estruturante “Mercado de AD”, usando como referência o conteúdo das respostas dos avaliadores, tem em vista evidenciar a necessidade de uma permanente formação e prática em audiodescrição alinhadas às necessidades emergentes do mercado (Gráfico 3).

Gráfico 3 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 3 - Mercado de AD por Avaliador e Critérios de Avaliação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.4.3.1 Critério de avaliação: Proximidade com a realidade

Quanto ao conjunto de recomendações da terceira categoria do modelo, na avaliação do critério “Proximidade com a Realidade”, apresentou uma convergência na mais alta valoração (5) na visão de três especialistas. O valor alto aplicado indicou

que o acompanhamento constante das demandas, carências e oportunidades do mercado de AD como estratégia de aperfeiçoamento do modelo possui grande aderência com a realidade.

Essa estratégia atendeu majoritariamente as expectativas dos avaliadores, entretanto, a variação percebida nas respostas de ID (3) e IGC (4), sugere haver algumas dúvidas sobre a relevância no mundo real da categoria avaliada. Isso, possibilitou interpretar que, principalmente na visão de ID, o aspecto da proximidade com a realidade pode ser ainda mais otimizado para garantir uma maior aplicabilidade do modelo, na prática.

4.4.3.2 Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes

As avaliações neste critério não apresentaram notas baixas; elas variaram de relevante (3), que possui relevância positiva, mas carece de otimização no intuito de aumentar o impacto positivo na eficácia do modelo, à extremamente relevante (5), que tem prioridade na sua implementação e cuja ausência pode comprometer a eficácia do modelo. Essa variação permitiu observar que os avaliadores reconheceram a importância da consideração de variáveis críticas no conjunto de recomendações da categoria três, mas também identificam áreas onde o modelo pode melhorar neste sentido.

A diferenciação nas respostas destacou a necessidade de se considerar uma atualização constante e abrangente dos fatores críticos que compõem e impactam a viabilidade do modelo, por exemplo, as novas exigências legais vigentes sobre a obrigatoriedade do recurso assistivo audiodescrição em eventos artístico-culturais patrocinados pelas leis de incentivo à cultura.

4.4.3.3 Critério de avaliação: Nível de Detalhamento.

As informações referentes ao mercado de AD contidas no conjunto de recomendações para o Modelo na categoria aqui tratada foram, em geral, bem julgadas pela equipe de avaliadores, mesmo não apresentando uma homogeneidade nos critérios mais altos. Isso provocou a percepção de que o modelo está detalhado, mas pode ser beneficiado ao buscar uma maior especificidade e profundidade nas informações ali contidas sobre as demandas, carências e oportunidades do mercado de AD.

A diferença nas avaliações de IGC (3) em comparação com IAR e IAC (5) pode indicar que esses avaliadores têm experiências ou expectativas diferentes em relação ao mercado de audiodescrição. Isso talvez encontre explicação ao reconhecer seus respectivos domínios de conhecimento. IGC está mais próxima da área de atuação de gestão, enquanto as outras duas avaliadoras têm suas experiências práticas no campo da audiodescrição.

4.4.3.4 Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação

O critério “Capacidade de Adaptação” apresenta um agrupamento de avaliações positivas, com IAR, IPC e IAC atribuindo notas muito altas: “Extremamente Relevante” (5) e ID classificando-o como “Muito Relevante” (4). A convergência das respostas indica que a característica do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho está consoante com as expectativas da maioria dos respondentes julgadores. A divergência aberta por IGC, ao adotar como Relevante (3), encaminha a necessidade de ajustes neste conjunto de recomendações.

4.4.3.5 Critério de avaliação: Coerência interna

A consistência entre as diversas partes do Modelo, garantindo seu funcionamento de maneira integrada e sem áreas conflitantes, foi avaliada como positiva, mas sem a predominância mais alta de valoração. As avaliações foram relativamente consistentes, com todos os avaliadores atribuindo Muito Relevante (4) ou Extremamente Relevante (5), exceto IGC, que considerou Relevante (3). Isso apresenta indícios de que o Modelo está bem integrado e logicamente organizado, embora IGC tenha percebido alguma necessidade de melhoria na congruência interna.

Em suma, a análise da Categoria Estruturante “Mercado de AD” sugere que, embora haja uma percepção geral de relevância, existem áreas com espaço para serem reformuladas. A variabilidade nas avaliações, especialmente em relação ao nível de detalhamento, consideração de variáveis relevantes e à coerência interna, indicou a necessidade de retornar às fontes para um aprofundamento na compreensão das demandas, carências e oportunidades do mercado de audiodescrição.

Concluindo, o modelo é visto como bem integrado e sem áreas conflitantes significativas. Todavia, para garantir a eficácia do modelo, a divergência entre os

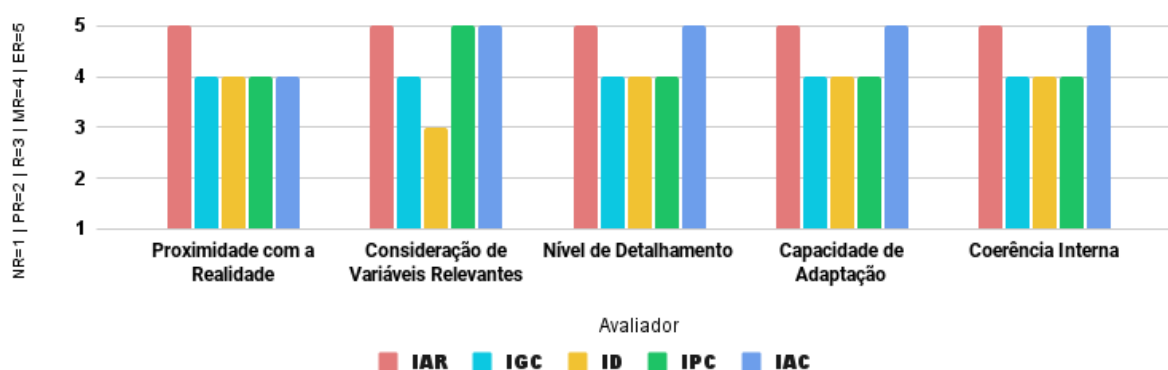
avaliadores aponta que é preciso adotar a estratégia de constante revisão de suas recomendações para manter a relação da formação e da prática em AD consoante com as necessidades emergentes deste mercado.

4.4.4 Análise do nível de relevância da Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade por avaliador e critérios de avaliação

O nível de relevância da Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade foi conduzido mantendo os mesmos procedimentos de análise descritos na metodologia aplicados aos dados dos respondentes (Gráfico 4).

Essa categoria envolve, entre outras demandas, elaborar estratégias para captação de financiamentos e apoios mediante parcerias institucionais e a elaboração de uma documentação detalhada do processo de implementação para auxiliar na disseminação do modelo. Buscou-se compreender a visão dos especialistas sobre o que o torna viável, sustentável e replicável em diferentes contextos. Revelaram-se resultados importantes sobre a eficácia do modelo de implementação de audiodescrição, descritos a seguir.

Gráfico 4 - Nível de Relevância da Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade por Avaliador e Critérios de Avaliação



Fonte: elaborado pelo autor (2024).

4.4.4.1 Critério de avaliação: Proximidade com a realidade

A avaliação de proximidade com a realidade foi considerada Extremamente Relevante (5) pelo avaliador IAR e Muito Relevante (4) por IAC, IGC, ID e IPC. Essa convergência indicou que os avaliadores compartilham uma visão semelhante sobre a eficácia dessa categoria estruturante para o Modelo.

Essa convergência indicou que as estratégias de captação de financiamentos e apoios, a preocupação com a documentação detalhada do processo de implementação e a atenção com a replicabilidade do Modelo estão alinhadas com necessidades reais e contemporâneas da audiodescrição. A flagrante aderência à realidade garantiu que as estratégias são eficazes e contribuem para que a implementação sustentável das recomendações seja efetivamente aplicada na prática.

4.4.4.2 Critério de avaliação: Consideração de Variáveis Relevantes

As avaliações cambiantes aparentes na consideração das variáveis críticas indicaram que, embora majoritariamente os respondentes reconheçam em um nível muito alto a importância desse critério, há espaço para melhorias. Esse aspecto materializado, na avaliação de ID, pontua o requisito como “Relevante”, o que levou a sugestão de que alguns fatores críticos podem não estar sendo suficientemente abordados no modelo.

Mesmo sendo um voto de valoração minoritária, tal aspecto aponta como proveitosa uma iniciativa que vise o aprofundamento do conhecimento sobre os fatores que impactam a viabilidade e a sustentabilidade do modelo, por exemplo, a viabilização financeira e as demandas de conformidade com as normas legais vigentes.

Apesar disso, as notas altas (4 e 5) de IAR, IGC, IAC, e IPC, predominando nesse conjunto a variável de relevância maior em três avaliações, geraram fortes indícios que os fatores críticos que impactam na viabilidade e sustentabilidade do Modelo foram considerados, e que as estratégias pensadas para garantir a sua implementação são robustas.

4.4.4.3 Critério de avaliação: Nível de Detalhamento

No geral, o nível de detalhamento das recomendações foi avaliado positivamente, com IAR e IAC classificando-o como Extremamente Relevante (5) e IPC, IGC e ID atribuindo notas altas (4). A quase uniformidade das notas indicou que o Modelo possui um nível adequado de especificidade e profundidade das informações que o constituem, consequentemente, a sua replicação e implementação em diferentes contextos se apresentou como possível.

4.4.4.4 Critério de avaliação: Capacidade de Adaptação

Novamente, a exemplo do critério de avaliação nível de detalhamento, as avaliações da capacidade de adaptação percebida no conjunto de recomendações da categoria estruturante aqui analisada, configuraram-se em uma posição de grande destaque. As avaliações se conformaram entre as variáveis de maior pontuação, 4 e 5 respectivamente, com uma tendência para “Muito Relevante”. A quase uniformização das notas em patamares altos indicaram que as estratégias de implementação do Modelo demonstraram flexibilidade para se adequar às necessidades específicas de diferentes realidades e circunstâncias.

A capacidade de adaptação é vista pelos avaliadores como altamente positiva, refletindo que a sustentabilidade do Modelo é possível a partir da consideração de mudanças advindas. Por exemplo, do mercado ou de condições operacionais em ambientes diversos, produzindo, a partir destas demandas, reflexos na inclusão sociocultural de pessoas com deficiência visual.

4.4.4.5 Critério de avaliação: Coerência interna

A consistência nas avaliações indicou que o conjunto de recomendações é coerente e integrado, possuindo uma consistência interna significativa e sem áreas conflitantes. A maioria dos respondentes classificou como Muito Relevante (4), com o restante atribuindo como Extremamente Relevante (5). A possibilidade de revisitação é adequada para garantir que todas as partes do modelo funcionem de maneira coesa e sem incompatibilidades, ampliando a eficácia geral do modelo e fornecendo um guia completo para sua implementação em diferentes contextos.

Da quarta e última categoria estruturante “Viabilidade, Sustentabilidade e Replicabilidade”, as conclusões extraídas dos seus dados indicaram que, embora o modelo de implementação de audiodescrição seja considerado altamente relevante e aplicável, ainda existem áreas que necessitam de aprimoramento.

A continuidade na revisitação e as eventuais adaptações para que as recomendações que compõem o modelo se mantenham atualizadas e relevantes são fundamentais. Também são estratégias importantes para garantir a sua sustentabilidade e replicabilidade a busca por parcerias e a documentação detalhada do processo de implementação.

A análise qualitativa das quatro categorias estruturantes do modelo de implementação de audiodescrição na Cinemateca Virtual Guarnicê revelou

importantes sentidos e concepções sobre a exequibilidade, relevância e aplicabilidade das recomendações propostas. Ao longo das avaliações, emergiram convergências e divergências entre os especialistas, que permitiram uma compreensão aprofundada das percepções sobre a formação e prática em AD, recursos e infraestrutura, mercado de AD e a viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade do modelo.

A convergência nas avaliações positivas indicou que o modelo possui bases sólidas para se tornar realidade em diferentes contextos como uma solução viável, podendo aferir uma contribuição significativa como uma iniciativa inclusiva do campo do design. Além disso, apresenta consequências concretas na acessibilidade de pessoas com deficiência visual no universo audiovisual, em particular, no acervo fílmico da Cinemateca Virtual Guarnicê.

5 CONCLUSÃO

No Brasil, uma parcela significativa da população com deficiência visual enfrenta barreiras persistentes que limitam seu amplo acesso a conteúdos audiovisuais. Nesse contexto, a implantação da tecnologia assistiva da audiodescrição configura-se como uma medida urgente e indispensável para a inclusão e a promoção do acesso equitativo a produções cinematográficas por pessoas com deficiência visual.

A Cinemateca Virtual Guarnicê, objeto deste estudo, ao ser estruturada considerando a natureza democrática da internet e sob uma perspectiva projetual inclusiva, emergiu como um espaço potencial para a implementação dessa tecnologia.

Nesse sentido, visando interferir de maneira efetiva nesse cenário, este estudo exploratório e qualitativo, sustentado pelo método Design Science, desenvolveu e propôs recomendações para a implementação de um modelo de audiodescrição de filmes na Cinemateca Virtual da UFMA, com base nas abordagens do Design Inclusivo e do Design Centrado no Humano, voltadas para a construção de uma solução plausível que respondesse às demandas de acessibilidade deste repositório audiovisual, tornando-o, assim, acessível a pessoas cegas ou com baixa visão. Cabe pontuar que a audiodescrição aqui tratada foi abordada não apenas no aspecto de uma ferramenta técnica, mas também como um instrumento de promoção e garantia de direitos humanos fundamentais.

Através da análise documental, da investigação de literatura e de entrevistas com especialistas, tornou-se possível chegar a alguns resultados significativos, dos quais destacamos os dois fulcrais. Primeiro, a integração da audiodescrição no acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê se revelou uma demanda latente e urgente, cuja solução requer uma resposta imediata. Na mesma esteira, o estudo demonstrou que a lacuna de acessibilidade nos acervos audiovisuais no Brasil se configura a partir da presença das barreiras tecnológica, comunicacional e, principalmente, atitudinal, sendo estes fatores determinantes para a exclusão de pessoas com deficiência visual. Tais dados reforçam a urgência de adotar soluções abrangentes que permitam a democratização do acesso ao patrimônio cultural audiovisual. Essa iniciativa é fundamental para assegurar que o acervo cinematográfico seja acessível a todos de maneira equitativa.

O segundo aspecto que entendemos como extremamente válido foi a possibilidade de aplicação prática do modelo, ou seja, a viabilidade da proposta como uma solução de design exequível. Mais ainda, ao apresentar um modelo replicável, extrapolou-se a resposta às necessidades imediatas da Cinemateca Virtual Guarnicê, permitindo adaptações no modelo para sua implementação em outras instituições culturais em diversas configurações.

Outras resultantes deste estudo merecem ser aqui grifadas. Ficou claro também nesta investigação que a qualificação contínua e a prática constante em audiodescrição são questões basilares no processo de construção profissional do audiodescritor.

Outro ponto evidenciado como relevante, resultante da investigação, foi a integração dos discentes da UFMA no processo de formação em audiodescrição, sendo atribuído como medida assertiva e inovadora, pois percebeu-se que a inclusão dos alunos tem potencial para afetar diretamente a configuração do cenário local e, por conseguinte, o nacional atual em termos de acessibilidade. O inserção dos graduandos neste contexto, além de proporcionar uma formação acadêmica e profissional enriquecedora para os alunos, fortalece a capacidade de atender às crescentes demandas por acessibilidade cultural percebidas no momento de aprofundamento investigatório sobre este mercado. Outro aspecto considerado se refere ao fato de que esses alunos podem atuar como multiplicadores dessa iniciativa inclusiva.

Ainda, figura como resultado à viabilidade e sustentabilidade do modelo. Tal percepção se deu, ~~como observado antes,~~ na avaliação positiva das recomendações, o que sugere o entendimento que o modelo é bem estruturado, com seus diferentes elementos funcionando de maneira integrada e consistente.

O modelo de integração da audiodescrição, pensado a priori para a Cinemateca Virtual Guarnicê, trouxe contribuições que podem ser percebidas em várias dimensões e sob diversos prismas. Na dimensão sociocultural, a implantação do modelo democratiza o acesso à produção audiovisual brasileira, em especial a maranhense, pela característica identitária dos filmes localmente realizados, promovendo a cidadania. Ademais, estando o acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê inserido na esfera conceitual de preservação do patrimônio histórico audiovisual, propor a revitalização dos filmes deste repositório por meio da utilização da audiodescrição possui reflexos importantes, pois propicia uma “nova vida” a filmes até

então “esquecidos”. Isso não apenas amplia o alcance e a relevância desses filmes, mas também cria uma nova audiência inclusiva, composta por pessoas cegas ou com baixa visão, um grupo historicamente negligenciado pela indústria audiovisual. Por último, a implantação do modelo busca fomentar o desenvolvimento do mercado de audiodescrição nos contextos local e regional, ao incentivar e estimular a qualificação de audiodescritores profissionais, contribuindo não apenas para o atendimento das exigências normativas dos editais de fomento à cultura, mas também para o fortalecimento de um setor profissional ainda em crescimento e reconhecimento.

No campo do design, o estudo se pautou na perspectiva da articulação entre a dimensão teórica e a aplicabilidade prática do modelo, permitindo novas perspectivas de apropriação científica das abordagens de Design Centrado no Ser Humano e Design Inclusivo, na proposição de projetos e iniciativas direcionados a inclusão de pessoas com deficiência, sejam visuais, ou de outra natureza. Essa contribuição não só enriquece a literatura acadêmica na perspectiva de ciência aplicada e socialmente relevante, mas também promove avanços concretos em direção a uma sociedade mais inclusiva, alinhando-se de forma inequívoca às diretrizes de direitos humanos e legislações vigentes no país. Além disso, ao sensibilizar e conscientizar sobre a importância da acessibilidade cultural, o estudo convoca ao debate sobre um assunto particularmente pertinente e contemporâneo em nosso país.

Por óbvio, como qualquer pesquisa científica, este estudo possui limitações que merecem ser reconhecidas. A dificuldade em conseguir um número maior de respondentes para as entrevistas, pelas razões detalhadas na metodologia, pode ter limitado, em certa medida, o conhecimento mais profundo sobre aspectos técnicos e de mercado relacionados ao recurso da audiodescrição. No tocante à etapa do método de avaliação do modelo, embora tenhamos atendido aos rigores metodológicos exigidos em produções científicas e também contado com a participação de avaliadores com reconhecida competência e notável atuação no mercado, entendemos que essa fase avaliativa deve, em investigações futuras, ser enriquecida com uma amostra maior de participantes, incluindo profissionais de outros estados da federação. Ou seja, uma gama mais ampla de experiências resultaria em uma compreensão mais profunda e refinada sobre o impacto do modelo nas diversas dimensões às quais este se propõe. Nesse mesmo raciocínio, em complemento, apontamos a necessidade de se ampliar o número de usuários cegos

(audiodescritores consultores) na equipe de avaliadores como um caminho metodológico a ser adotado. Por fim, sem a pretensão de esgotar o assunto, reportamos a ausência da validação prática do modelo, devido ao escopo e duração desta pesquisa, ficando essa etapa como sugestão para estudos posteriores.

Em consonância com os resultados obtidos e as reflexões emergentes ao longo deste estudo, algumas possibilidades futuras e novas dimensões de pesquisa e aplicação do modelo de audiodescrição na Cinemateca Virtual Guarnicê podem ser sugeridas. Embora algumas dessas propostas ainda careçam de fundamentação científica e sejam consideradas, neste momento, como hipóteses iniciais, elas representam, ao nosso ver, caminhos promissores que requerem atenção em futuras investigações.

Uma dessas possibilidades é a proposição da incorporação da audiodescrição como uma disciplina, a exemplo do que já acontece com a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), que já compõe a matriz curricular da Universidade Federal do Maranhão (UFMA). A inclusão dessa disciplina não apenas aprimoraria a formação dos alunos na área, mas, também, refletiria na sensibilização dos alunos às demandas de acessibilidade, a partir da sinergia entre teoria e prática dentro da graduação. Em outra perspectiva, tal medida consolida a UFMA como uma instituição proeminente na promoção da inclusão e no desenvolvimento de competências em um campo prioritário, que é o da inclusão cultural.

Outro aspecto que emergiu durante o desenvolvimento deste estudo diz respeito aos filmes do acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê revisitados através da audiodescrição. Esse fato não só ampliaria a sua audiência, como já mencionado anteriormente, mas também resultaria em uma nova forma de engajamento para as cinematecas, ou seja, uma nova função para esse tipo de instituição de conservação de memórias audiovisuais.

Permanecendo no campo das possibilidades, sugere-se a criação de uma rede colaborativa de audiodescritores em todo o país, alicerçada na implantação do modelo desenvolvido neste estudo. Essa rede federal poderia não apenas facilitar a disseminação de boas práticas de audiodescrição em diferentes contextos, mas também ter reflexos positivos no mercado de trabalho, sendo esse um passo que poderia favorecer a inclusão em larga escala no país.

Em uma perspectiva mais prática, outra orientação pertinente se refere a elaboração do edital do Festival Guarnicê de Cinema, no sentido de considerar, no

momento da seleção dos filmes competitivos, um critério classificatório específico para as produções inscritas que estivessem em conformidade com as normas de acessibilidade. Tal medida estimularia que os produtores atentassem com mais cautela e responsabilidade em seu planejamento executivo para o uso dos recursos assistivos amplamente conhecidos e validados. Essa nos parece uma forma capaz de sensibilizar a cadeia produtiva audiovisual e estimular a colaboração dessa indústria em prol da inclusão, para além do atendimento às exigências legais, ampliando significativamente o alcance das produções e promovendo a inclusão de grupos até então sub-representados.

Por fim, uma reflexão que emergiu desta pesquisa foi a compreensão de explorar o tema da audiodescrição, enquanto recurso de acessibilidade, como um viés de negócio. Além da profissionalização, a partir da percepção da demanda crescente por serviços de acessibilidade, e ao estabelecer a audiodescrição como uma prática indispensável na produção audiovisual, percebeu-se, no estudo, o empreendedorismo como uma oportunidade econômica viável para os profissionais da área. Esse aspecto, em estágio inicial de concepção, pode ser desenvolvido em futuros estudos, visando à criação de modelos de negócios baseados em práticas inclusivas.

Cabe salientar que essas possibilidades, embora não estejam ainda fundamentadas em evidências empíricas dentro do escopo desta pesquisa, apresentam-se como hipóteses plausíveis capazes de orientar investigações futuras com impactos sociais, culturais e econômicos perceptíveis no entorno da audiodescrição.

É oportuno esclarecer a abrangência deste estudo. Embora a pesquisa tenha relacionado constantemente as pessoas com deficiência visual, e sim, indiretamente, elas sejam beneficiárias do artefato, o modelo aqui aventado não se configurou direcionado para este perfil de público. Não propomos diretamente uma solução que tornasse o filme acessível a pessoas cegas ou com baixa visão. Essa solução já está posta e consolidada, chamada audiodescrição. Na verdade, propusemos uma alternativa que propicie o uso dessa solução. Nesse contexto, os usuários finais do produto que esta pesquisa busca atender, neste primeiro momento, são os stakeholders responsáveis pela implantação e execução do projeto Cinemateca Virtual Guarnicê.

Em conclusão, buscamos demonstrar neste estudo a proposta de implementação da audiodescrição como uma possibilidade que extrapolasse a

finalidade inicial de uma ferramenta projetual prática, para um modelo capaz de transformar o acesso à cultura audiovisual de pessoas com deficiência visual no Brasil. Ao desenvolver o modelo, entendemos que ele não só foi considerado viável e replicável em acervos cinematográficos como o da Cinemateca Virtual Guarnicê, mas também, em paralelo, trouxe à tona questões valiosas e inquietantes relativas aos temas da inclusão social, direitos humanos e cidadania. Nesse entendimento, buscamos provocar a reflexão nas instituições culturais e correlatas sobre a necessidade de se engajar na criação de espaços mais acessíveis, usando a audiodescrição para viabilizar a equidade de acesso ao patrimônio cultural cinematográfico.

Ao abordar as dimensões sociais, culturais e econômicas da acessibilidade, o estudo demonstrou que a audiodescrição tem o potencial de não apenas transformar a experiência de pessoas com deficiência visual em relação ao filme, mas também de promover mudanças significativas no cenário cultural brasileiro. Em última análise, a articulação entre teoria e prática, evidenciada nesta dissertação, demonstra como a pesquisa acadêmica, especialmente do campo de estudos em design, pode promover avanços concretos de mudança social, demonstrando que o conhecimento produzido pode e deve impactar positivamente a sociedade, favorecendo, neste caso, um espectro cultural mais justo, inclusivo, acessível e democrático.

REFERÊNCIAS

ABREU, Karen Cristina Kraemer; SILVA, Rodolfo Sgorla da. História e tecnologias da televisão. **Investigação bibliográfica desenvolvida na Universidade Federal de Santa Maria–UFSM**, 2012.

ALMEIDA, Tamires Silva; ARAUJO, Filipe Vasconcelos. Diferenças experienciais entre pessoas com cegueira congênita e adquirida: uma breve apreciação. **Revista Interfaces: Saúde, Humanas e Tecnologia**, v. 1, n. 2, 2013.

ARAÚJO, Luciana Corrêa de. Cinemateca brasileira: acervo e pesquisas, **Manuscrita – Revista de Crítica Genética**, São Paulo: Humanitas, n.19, p.12-47, 2010.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR 16452: **Acessibilidade na comunicação - Audiodescrição**. Rio de Janeiro: ABNT, 2016.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9241-11: **Ergonomia da interação humano-sistema parte 11**: Usabilidade: Definições e conceitos. Rio de Janeiro: ABNT, 2021.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. ABNT NBR ISO 9241-210: **Ergonomia da interação humano-sistema parte 210**: Projeto centrado no ser humano para sistemas interativos. Rio de Janeiro: ABNT, 2024.

BARBOSA, Rayanne S. Um estudo bibliométrico sobre audiodescrição em dissertações de mestrado e teses de doutorado produzidas no Brasil entre os anos de 2009 a 2018. In: ESQUEDA, Marileide D. (Org.). **Estudos bibliométricos e cienciométricos em tradução**: tendências, métodos e aplicações. Curitiba: Editora CRV, 2020. Cap. 4. p. 101-120.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Projeto de **Lei nº 5156/2013**. Dispõe sobre a regulamentação do exercício da profissão de audiodescritor. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=03F1D5A625076435F05DACFB89BBA312.node1?codteor=1073586&filename=Avulso+-PL+5156/2013. Acesso em: 12 dez. 2022.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Institui a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF: ano 146, n. 163, p. 3-9, 26 ago. 2009. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: jun. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004**. Regulamenta as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm. Acesso em: 31 jun. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União, Poder Executivo, Brasília, DF, 7. jul. 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 26 de mar. 2023.

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Seção 1, p. 13.563.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Educação infantil: saberes e práticas da inclusão - Dificuldades de comunicação e sinalização: deficiência visual**. 4 ed. Brasília: MEC/SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação. **e-MAG Modelo de Acessibilidade de Governo Eletrônico**, 2014. Disponível em: <http://emag.governoeletronico.gov.br/>. Acesso em 05 de jan. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Guia Brasileiro de Ocupações (GBO)**. 2002. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/component/content/article?id=1827>. Acesso em 28 jul. 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho. **Portaria nº 397**, de 09 de outubro de 2002. Cadastro Brasileiro de Ocupações. CBO 2614-30 – Audiodescritor. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=382544&filenome=LegislacaoCitada%20INC%208189/2006. Acesso em 05 de jan. 2024.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo**: tem seu texto aprovado pelo Decreto Legislativo nº 186, de 09 de julho de 2008 e tem sua entrada em vigor pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009. Brasília, 2010. 100p.

CAPP, Edison; NIENOV, Otto Henrique (org.). **Bioestatística quantitativa aplicada**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2020. Disponível em:

<https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/213116/001117616.pdf> Acesso em: 13 jun. 2024.

CARDOSO, Juliana Pena Teixeira; BATISTA, Gustavo Araújo. A pesquisa documental no âmbito das políticas educacionais: conceitos e discussões. **Cadernos da FUCAMP**, v. 29, 2024.

CASARIN ST, Porto AR, Gabatz RIB, Bonow CA, Ribeiro JP, Mota MS. Tipos de revisão de literatura: considerações das editoras do Journal of Nursing and Health/Types of literature review: considerations of the editors of the Journal of Nursing and Health. **Journal of nursing and health**, v. 10, n. 5, 2020.

CHAVES, Iana Garófalo. **O design centrado no humano conectado e colaborativo**. Orientadora: Cibele Haddad Taralli. 2019. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.

CINEMATECA BRASILEIRA. **A Cinemateca**. Disponível em: <https://www.cinemateca.org.br/a-cinemateca/historia/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

CINEMATECA CAPITÓLIO. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.capitolio.org.br/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

CINEMATECA PERNAMBUCANA. **Acessibilidade**. Disponível em: <http://cinematecapernambucana.com.br/acessibilidade/>. Acesso em: 14 mar. 2023.

CONDE, Antônio JM. Definição de cegueira e baixa visão. **IBC – Instituto Benjamin Constant**, 2016. Disponível em: <http://antigo.ibc.gov.br/educacao/71-educacao-basica/ensino-fundamental/258-definicao-de-cegueira-e-baixa-visao>. Acesso em: 27 mar. 2023.

CORDEIRO, Rafael Farias. **Método de avaliação da qualidade de audiodescrição – MADE**. Orientador: Tiago Maritan Ugolino de Araújo; Coorientadora: Yuska Paola Costa Aguiar. 2020. 119 f.: il. Dissertação (Mestrado) - UFPB/CI, João Pessoa, 2020.

CORREA JÚNIOR, F. D. **A Cinemateca Brasileira – Das luzes aos anos de chumbo**. São Paulo: Editora Unesp, 2010.

CORREA JUNIOR, Fausto Douglas. **Cinematecas e cineclubes: cinema e política no projeto da Cinemateca Brasileira**. 227 p. UNESP, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/93433/correajr_fd_me_assis.pdf?sequen ce=1&isAllowed=y. Acesso em: 16 out. 2021.

DALLA NORA, Talliny; BERTOLINI, Cristiano; SILVEIRA, Sidnei Renato; PARREIRA, Fábio José; GOMES, Janaína. ColabAD: uma rede colaborativa de audiodescrição. **Revista Eletrônica Científica Inovação e Tecnologia**, v. 14, n. 33, p. 20-40, 2023.

DIAZ CINTAS, Jorge. Por una preparación de calidad en accesibilidad audiovisual. **TRANS**: revista de traductología, n. 11, p. 45-59, 2007.

DIMAS - Diretoria de Audiovisual da Fundação Cultural do Estado da Bahia. **Cinemateca da Bahia**. Disponível em: <http://www.dimas.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=76>. Acesso em: 14 mar. 2023.

DISABILITY RIGHTS COMMISSION (DRC). **The web access and inclusion for disabled people**: a formal investigation conducted by the Disability Rights Commission. London: TSO, 2004.

DRESCH, Aline; LACERDA, Daniel Pacheco; MIGUEL, Paulo Augusto Cauchick. Uma análise distintiva entre o estudo de caso, a pesquisa-ação e a design science research. **Revista Brasileira de Gestão de Negócios**, v. 17, p. 1116-1133, 2015.

EGIDO, Alex Alves; Revisão: Mariana Furio. **A-Z de metodologia em pesquisa**: estudos qualitativos, linguísticos e educacionais. São Luís: EDUFMA, 2024.

ENCICLOPÉDIA LATINO AMÉRICA. **Cinematecas**. Disponível em <https://latinoamericana.wiki.br/verbetes/c/cinematecas>. Acesso em: 12 ago. 2022.

FERREIRA, Fabiana Maria de Oliveira. **A Cinemateca Brasileira e as políticas públicas para a preservação de acervos audiovisuais no Brasil**. 2020. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Ciência da Informação, Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação - Universidade de Brasília, Brasília, 2020.

FRANCO, M. L. P. B. **Análise de conteúdo**. 2 ed. Brasília: Liber Livros, 2005.

FREIRES, Leogildo Alves; GUERRA, Valeschka Martins; NASCIMENTO, Andrea dos Santos. Desafios e Proposições para a Avaliação Psicológica com Grupos Minorizados:(Des) alinhamentos Sociopolíticos. **Avaliação Psicológica**, v. 21, n. 4, p. 383-396, 2022. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712022000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 set.2023.

FRIEDMAN, Ken. Construção de teoria na pesquisa de design: critérios, abordagens e métodos. **Arcos Design**, [S. l.], v. 9, n. 2, p. 1–30, 2017. DOI: 10.12957/arcosdesign.2016.29396. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/arcosdesign/article/view/29396>. Acesso em: 22 jul. 2022.

FUNDAÇÃO CULTURAL DE CURITIBA. **Espaços culturais - Cinemateca de Curitiba**. Disponível em: <http://www.fundacaoculturaldecuitiba.com.br/espacos-culturais/cinemateca-de-curitiba/>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GALL, T., VALLET, F., DOUZOU, S., & YANNOU, B. Re-defining the System Boundaries of Human-Centred Design. In: **International Conference on Engineering Design**, ICED21. p. 2521 - 2530, 2021.

GIL, A .C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4.ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, A.C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GODOI, E.; ALMEIDA, K. P. de. A trajetória da luta pela legalização da audiodescrição no brasil: entre a legalidade e a legitimidade. **Educação e Fronteiras**, Dourados, v. 10, n. 28, p. 22–33, 2020. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/educacao/article/view/13019>. Acesso em: 12 mar. 2023.

GOMES, Danila. **A aplicabilidade do design inclusivo em projetos de design**. Orientadora: Dra. Manuela Quaresma. 2017. 155 f. Dissertação (mestrado) – Departamento de Artes e Design, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=30055@1>. Acesso em: 20 jan. 2023

GOMES, Danila; QUARESMA, Manuela. o design inclusivo no Brasil. **Ergodesign & HCI**, [S.l.], v. 5, n. Especial, p. 86 - 103, sep. 2017. ISSN 2317-8876. Disponível em: <http://periodicos.puc-rio.br/index.php/revistaergodesign-hci/article/view/355>. Acesso em: 18 mar. 2023.

GUTIÉRREZ, E. **El concepto de esfuerzo indebido**. El concepto de esfuerzo indebido. Disponível em: <http://bitacorassidar.org/emmanuelle/index.php?2005/06/16/11-el-concepto-de-esfuerzo-indebido>. Acesso em: 20 ago. 2023.

HENRY, Shawn Lawton; ABOU-ZAHRA, Shadi; WHITE, Kevin. W3C WAI - Web Accessibility Initiative, **Accessibility, Usability, and Inclusion**, 2016. Disponível em: <https://www.w3.org/WAI/fundamentals/accessibility-usability-inclusion/>. Acesso em: 25 mar. 2023.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/> Acesso em: 20 fev. 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2010**: características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. 2010. Disponível em: Acesso em: 20 mar. 2023.

IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Pesquisas por Amostra de Domicílios, **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022**. Disponível em:

https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102013_informativo.pdf. Acesso em: 20 mar. 2024.

KRIPPENDORFF, Klaus. Design centrado no ser humano: uma necessidade cultural Human-Centered Design: a Cultural Necessity. **Estudos Em Design**. Rio De Janeiro, v. 8, n. 3, p. 87, 2000.

LACERDA, Daniel Pacheco *et al.* **Design Science Research**: método de pesquisa para a engenharia de produção. *Gestão & produção*, v. 20, p. 741-761, 2013.

LÖBACH, B. **Design industrial**: bases para a configuração dos produtos industriais. São Paulo: Blucher, 2001.

MAIA, Ana Cláudia Bortolozzi. **Questionário e entrevista na pesquisa qualitativa Elaboração, aplicação e análise de conteúdo – Manual Didático**. São Carlos: Pedro & João Editores, 2020. 52p.

MANZINI, Ezio. **Design quando todos fazem design**: uma introdução ao design para a inovação social; tradução Luzia Araújo - São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2017.

MARCH, S. T.; SMITH, G. F. Design and natural science research in Information Technology. **Decision Suport Systems**, v. 15, p. 251-266, 1995.

MARCH, S. T.; STOREY, V. C. Design Science in the Information Systems Discipline: An Introduction to the Special Issue on Design Science Research. **MIS Quaterly**, v. 32, n. 4, p. 725-730, 2008.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

MARTINS, B. S.; FONTES, F.; HESPANHA, P.; BERG, A. A emancipação dos estudos da deficiência. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 98, p. 45-64, 2012. Disponível em: <https://journals.openedition.org/rccs/5014>. Acesso em: 10 abr. 2023.

MARTINS, Gersino dos Santos (coord.). **Cinemateca Guarnicê**. São Luís: DAC UFMA, 2014.

MARX, Menezes. **ADp**: Framework de audiodescrição poética. Orientadora: Virgínia Tiradentes Souto. 2019. 253 p. Tese (Doutorado) - Doutorado em Artes, Universidade de Brasília, Brasília, 2019.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONT'ALVÃO, C. **Design para acessibilidade e inclusão** [livro eletrônico] / organizado por Vania Ribas Ulbricht, Luciane Fadel e Claudia Regina Batista. — São Paulo : Blucher, 2017.

MOREIRA, M. A. **Aprendizagem significativa em mapas conceituais**. Porto Alegre: UFRGS, Instituto de Física, 2013. Disponível em: https://www.if.ufrgs.br/public/tapf/v24_n6_moreira.pdf. Acesso em: 05 nov. 2023.

MUSEU DE ARTE MODERNA - Rio de Janeiro. **Cinemateca**. Disponível em: <https://mam.rio/cinemateca/cinemateca-historico/>. Acesso em: 12 ago. 2022.

NOGUEIRA, J. M.; RIBERTO, M. **União Europeia e Brasil na construção de sistemas de avaliação da deficiência**: comparação da avaliação da deficiência para políticas públicas no Brasil, França e Espanha. Brasília: Secretária Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência. 2019

NORMAN, D. A. The power of representation. In: **Things that make us smart: defending human attributes in the age of the machine**. Cambridge: Perseus Books. p.43–75, 1993.

PAZMINO, A. V. Como se cria, 40 métodos para design de produtos. São Paulo: Blucher, 2015.

POELL, Thomas; NIEBORG, David; DIJCK, José van. Plataformização. **Fronteiras - estudos midiáticos**, São Leopoldo (RS), v. 22, 2020.

Reis, E.A., Reis I.A. **Análise Descritiva de Dados**. Relatório Técnico do Departamento de Estatística da UFMG. 2002. Disponível em: <https://www.est.ufmg.br/portal/wp-content/uploads/2023/01/RTE-02-2002.pdf>. Acesso em: 06 mai. 2023.

ROTHER, Edna Terezinha. Revisión sistemática X Revisión narrativa. **Acta paulista de enfermagem**, v. 20, p. v-vi, 2007.

SANTOS, A. dos. Design Science. **Seleção do método de pesquisa**: guia para pós-graduandos em design e áreas afins. Curitiba: Insight, 2018.

SANTOS, Reinaldo dos; FERREIRA, Eliana Lúcia. A implementação da audiodescrição do Brasil. **Educação e Fronteiras On-Line**, Dourados, v.10, n.28, p.8-21, jan./abr. 2020.

SCHEER, Claudia. **Apostila Audiodescrição**. Fundação Dorina Nowill para Cegos, 2021.

SETUBAL, J.M.; FAYAN, R.A.C. (org.). **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência - Comentada**. Campinas: Fundação FEAC, 2016. 320 p.

SILVA, Saulo Simões da. **Produção cinematográfica no estado do Maranhão: o Festival Guarnicê de Cinema como principal janela de exibição e histórico fomentador da cadeia produtiva**. 2017. Monografia (Graduação) – Curso de Artes Visuais – Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2017.

SIMÕES, Jorge Falcato, BISPO, Renato. **Design Inclusivo: acessibilidade e usabilidade em produtos, serviços e ambientes**. Manual de apoio às ações de formação do projeto de Design Inclusivo. 2. ed. Lisboa: Centro Português de Design, 2006.

SIMON, H. A. **The Sciences of the Artificial**. 3rd ed. Cambridge: MIT Press, 1996.

SNYDER, J. **Construindo imagens com palavras: manual de treinamento abrangente e guia sobre a história e aplicações da áudio-descrição**. Tradução: Andrea Garbelotti. Recife; Ed. UFPE, 2017.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A cinemateca brasileira e a preservação de filmes no Brasil**. 2009. 317 p. Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27153/tde-26102010-104955/pt-br.php>. Acesso em: 12 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Cinemateca da UFMA preservará histórias do Festival Guarnicê de Cinema**. São Luís, 2014. Disponível em <https://portais.ufma.br/PortalUfma/paginas/noticias/noticia.jsf?id=47774>. Acesso em 15 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO. **Guarnicê 2021 consolida modelo híbrido e atinge marcas expressivas**. São Luís, 2021. Disponível em <https://portalpadrao.ufma.br/site/noticias/guarnice-2021-consolida-modelo-hibrido-e-atinge-marcas-expressivas>. Acesso em 01 ago. 2022.

.

APÊNDICES

APÊNDICE A - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS EM GESTÃO

Nome do entrevistado(a) _____

Data da entrevista: ____/____/____

Local da entrevista: _____

Olá, bom _____, seja bem-vindo(a). Muito obrigado por aceitar o nosso convite e pela disposição em contribuir com a nossa pesquisa.

De início conversaremos sobre a pesquisa "**ACESSO PERMITIDO: Cinemateca Virtual Guarnicê acessível à pessoa com deficiência visual, com foco na audiodescrição de filmes**", que está sendo desenvolvida pelo pesquisador Saulo Simões da Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Design e Ergonomia, e sob orientação da Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva.

O objetivo da pesquisa é propor um Modelo Multidisciplinar de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê, orientado pelas abordagens do Design Inclusivo (DI) e Design Centrado no Humano (DCH). O modelo se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura já disponíveis na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como forma de viabilizar a inserção deste recurso assistivo na plataforma de streaming desta mesma instituição. A audiodescrição fílmica, do tipo gravada, tornará o acervo cinematográfico do histórico Festival Guarnicê de Cinema, acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual, cegas e com baixa visão, em consonância com o direito constitucional ao acesso autônomo e equitativo deste público, no caso em investigação, ao repositório audiovisual da UFMA.

Procederemos agora com dois conjuntos de perguntas. O primeiro conjunto pretende delinear o perfil social e profissional do(a) entrevistado(a). Gostaríamos de enfatizar que as informações pessoais, fornecidas, serão mantidas em absoluto sigilo. O segundo bloco de perguntas objetiva identificar aspectos técnicos, tecnológicos, processuais, de custos e mercadológicos do processo técnico de audiodescrição fílmica, com foco maior nas etapas de roteirização, narração e revisão/consultoria.

Ressaltamos que não há respostas certas ou erradas, as suas respostas serão sempre eficazes. Os dados pessoais não serão mencionados no relatório da pesquisa. Caso você dê o consentimento, nossa comunicação será apenas por meio da verbalização/oralidade.

O senhor(a) confirma o consentimento?

BLOCO 1 - Objetivo: Traçar o perfil social e profissional do entrevistado (a)

1. Gostaria que você dissesse o seu nome?

2. Qual sua formação?
3. Compartilhe sua experiência e conhecimentos em Gestão ao longo de sua carreira? *Cargos que ocupou, cursos e especializações na área, etc*
4. Há quanto tempo você atua como gestor(a) dentro da estrutura da UFMA?
5. Especificamente sobre audiodescrição se envolveu com alguma atividade que envolvesse AD? *Conte-nos sua vivência com essa modalidade? Já coordenou, como foi sua participação?*
6. Conte como é a sua experiência prática com o Festival Guarnicê de Cinema e a acessibilidade na programação presencial ou *online*? *Como foi essa experiência inicial e como você a percebe agora?*

BLOCO 2 - Objetivo: identificar os elementos norteadores da produção técnica de AD fílmica (roteirização, narração e revisão/consultoria), relacionando-os a aspectos técnicos, tecnológicos e de gestão (ou outros aspectos que você julgue relevante) na intenção de aprimorar a construção do **Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica**.

1. ASPECTOS PRÁTICOS DA AD
Com base na sua vivência em audiodescrição, você consegue descrever as etapas de uma audiodescrição. *De maneira leiga, não se atenha a detalhes.*
2. HABILIDADES EM AD
A audiodescrição envolve diversas etapas, mas elas envolvem, necessariamente, 3 profissionais de AD: roteirista, narrador, e consultor, que é uma pessoa cega ou baixa visão). *Você identifica possíveis habilidades que o audiodescritor precisaria ter nas etapas de roteirização, na narração e consultoria.*
3. Ainda no contexto das habilidades, quais disciplinas ou áreas de estudo da grade curricular da UFMA você considera relacionadas a essas habilidades? *Por exemplo, segundo a professora Lívia Mota, especialista em audiodescrição, para desempenhar funções como roteirista, narrador ou consultor em audiodescrição, os alunos preferencialmente deveriam ter graduação em áreas como Tradução, Letras, Rádio e TV, Comunicação, Cinema, Locução, Fonoaudiologia, Dublagem e Artes Cênicas.*
4. A partir da sua consideração anterior, e da sua experiência como profissional dentro do contexto da UFMA, como você avalia a integração de mão de obra discente no modelo? *Quais as suas percepções sobre o*

papel dos estudantes neste contexto e como isso pode impactar a qualidade e a inovação no campo da audiodescrição de filmes?

5. FORMAÇÃO EM ADf

Considerando a relação entre habilidades necessárias em AD e cursos de graduação da UFMA. Considerando a necessidade de formação mínima teórico-prática dos discentes, que, segundo os especialistas em AD, devem ser dedicadas 120 horas para essa demanda. Eu quero ouvir sua opinião no seguinte: como viabilizar essa questão? *É preciso ter um Especialista Formador e seus custos, horário dos bolsistas, estrutura física (ou online), etc.*

6. Qual processo de seleção é mais adequado para ser adotado no modelo? *Editais, regulamento...?*

7. Como você avalia a seguinte metodologia para a formação dos audiodescritores: Os discentes que estão terminando o ciclo do Modelo, (1 ano renovável por mais 1 ano), serão os formadores da próxima turma de iniciantes em AD? *Os alunos seriam: especialistas em audiodescrição e formadores em audiodescrição em seus currículos.*

8. ASPECTOS TECNOLÓGICOS E VIABILIDADE DO MODELO

Segundo os especialistas em AD, são necessários equipamentos, softwares e periféricos básicos que todo estúdio de AD fílmica precisa ter, para viabilizar essa estrutura, quais caminhos você visualiza? *Incentivo governamental, financiamento privado, editais de fomento, inserção em projetos no âmbito da UFMA (PESQUISA, EXTENSÃO, ENSINO, EMPREENDEDORISMO? Qual o mais efetivo e perene destas modalidades.*

9. SUSTENTABILIDADE DA AD

Considerando que o modelo está sendo desenvolvido para operar dentro da UFMA, utilizando seus recursos humanos e de infraestrutura, você acredita que esse modelo é viável em termos de sustentabilidade e continuidade, caso seja implementado? *De onde vem a sua percepção sobre como o modelo tem potencial para gerar resultados duradouros e sustentáveis?*

10. REPLICABILIDADE DO MODELO

Considerando a implementação do modelo, em quais outras perspectivas ou situações você percebe viável ou possível aplicação do modelo?

11. MODELO NA ESTRUTURA DA UFMA

Como você percebe o cenário de aceitação e viabilização do modelo dentro da estrutura da UFMA?

12. Qual caminho, dentro dos pilares da UFMA (Ensino, pesquisa e extensão) você identifica como o mais adequado para viabilização e sustentabilidade do modelo?

13. DESAFIOS DO MODELO UFMA

Quais são os principais gargalos que o modelo possivelmente encontrará dentro da estrutura da UFMA?

14. CONTRIBUIÇÃO DO MODELO

A partir da nossa conversa até aqui, você pode dar sua percepção sobre quais as principais possíveis contribuições do modelo? *Quais os possíveis impactos sociais, culturais, científicos, mercadológicos e processuais?*

15. REFERÊNCIAS AO MODELO

Quais estudos, casos de sucesso, pessoas, ou outras referências quaisquer que você indica como relevantes para aprimorar o modelo dentro do aspecto da GESTÃO?

16. SUGESTÕES AO MODELO/ PERGUNTA ABERTA

Para além das perguntas feitas até aqui, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer outra informação, experiência ou recomendação que julgue relevante para garantir a qualidade do modelo, ou mesmo um comentário de qualquer outra natureza.

Bem! Com as respostas que você nos deu, encerramos aqui nossa entrevista. Agradecemos imensamente pela sua colaboração e pelo tempo dedicado a esta pesquisa. Temos certeza que suas contribuições nos permitirão compreender com mais profundidade os desafios e as oportunidades de desenvolvimento de soluções inovadoras na área da audiodescrição, além de identificarmos caminhos promissores para o aprimoramento do modelo.

As informações que você compartilhou conosco serão analisadas com rigor científico necessário e servirão como base para a construção mais robusta, sustentável e efetiva do modelo. Mais uma vez, agradecemos sua participação e esperamos contar com sua colaboração na etapa de Avaliação do Modelo.

APÊNDICE B - ROTEIRO DE ENTREVISTA COM ESPECIALISTAS EM AUDIODESCRIÇÃO

Nome da entrevistado(a) _____

Data da entrevista: ____/____/____

Local da entrevista: _____

Olá, bom _____, seja bem-vindo(a). Muito obrigado por aceitar o nosso convite e pela disposição em contribuir com a nossa pesquisa.

De início conversaremos sobre a pesquisa "**ACESSO PERMITIDO: Cinemateca Virtual Guarnicê acessível à pessoa com deficiência visual, com foco na audiodescrição de filmes**", que está sendo desenvolvida pelo pesquisador Saulo Simões da Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Design e Ergonomia, e sob orientação da Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva.

O objetivo da pesquisa é propor um Modelo Multidisciplinar de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê, orientado pelas abordagens do Design Inclusivo (DI) e Design Centrado no Humano (DCH). O modelo se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura já disponíveis na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como forma de viabilizar a inserção deste recurso assistivo na plataforma de streaming desta mesma instituição. A audiodescrição fílmica, do tipo gravada, tornará o acervo cinematográfico do histórico Festival Guarnicê de Cinema, acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual, cegas e com baixa visão, em consonância com o direito constitucional ao acesso autônomo e equitativo deste público, no caso em investigação, ao repositório audiovisual da UFMA.

Procederemos agora com dois conjuntos de perguntas. O primeiro conjunto pretende delinear o perfil social e profissional do(a) entrevistado(a). Gostaríamos de enfatizar que as informações pessoais, fornecidas, serão mantidas em absoluto sigilo. O segundo bloco de perguntas objetiva identificar aspectos técnicos, tecnológicos, processuais, de custos e mercadológicos do processo técnico de audiodescrição fílmica, com foco maior nas etapas de roteirização, narração e revisão/consultoria.

Ressaltamos que não há respostas certas ou erradas, as suas respostas serão sempre eficazes. Os dados pessoais não serão mencionados no relatório da pesquisa. Caso você dê o consentimento, nossa comunicação será apenas por meio da verbalização/oralidade.

A senhora confirma o consentimento?

BLOCO 1 - Objetivo: Traçar o perfil social e profissional do entrevistado (a)

1. Gostaria que você dissesse o seu nome?
 2. Qual sua formação?
 3. Compartilhe sua experiência em como você aprimorou suas habilidades e conhecimentos em AD ao longo de sua carreira? *Por exemplo: ministrou alguma formação, fez algum curso de especialização nesta área...)?*
 4. Há quanto tempo você atua como audiodescritora, e qual a sua (suas) especialidade(s) (roteirista, narrador ou consultor)?
 5. Especificamente sobre audiodescrição de filmes (fílmica) conte-nos sua vivência com essa modalidade de AD? *Já atuou em qual (is) etapas da AD Fílmica*
 6. Falando sobre filmes, as produções independentes, tem como características orçamentos menores, pouca publicidade e quase nenhum apelo comercial, suas trajetórias são geralmente em circuitos de festivais de cinema. Você já teve ou tem acesso a esse tipo de filme? *Se sim, de que forma você costuma ter acesso a filmes independentes? Você frequenta festivais de cinema, utiliza plataformas de streaming online ou outros meios? Você pode descrever como foi esse acesso quanto aos recursos de acessibilidade?*
 7. Você já teve alguma experiência com o Festival Guarnicê de Cinema, que este ano realiza a 47 edição. Já participou da programação de forma presencial ou online? *Como foi essa experiência em termos de acessibilidade?*
-

BLOCO 2 - Objetivo: identificar os elementos norteadores da produção técnica de AD fílmica (roteirização, narração e revisão/consultoria), relacionando-os a aspectos técnicos, tecnológicos e de gestão (ou outros aspectos que você julgue relevante) na intenção de aprimorar a construção do **Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica**.

1. ASPECTOS PRÁTICOS DA AD

Com base na sua vivência, como você estruturaria as etapas do processo de produção técnica de uma audiodescrição de filme gravada? Desde a formação da equipe até a fase de consulta. Seria possível detalhar as fases de roteirização, narração e revisão da audiodescrição, ressaltando os principais elementos técnicos, tecnológicos e procedimentais específicos de cada uma? *Use como exemplo, se preferir, um caso onde você atuou na prática. Vamos iniciar pela roteirização, narração e revisão/consultoria.*

2. Quantas pessoas, no mínimo, estarão envolvidas nesse processo? Quem são estas pessoas?
3. Estando o filme já pronto, é possível fazer uma AD sem o acesso ao roteiro?
4. HABILIDADES EM AD
Quais as habilidades ou conhecimentos específicos para o audiodescritor, que você considera mais importante em cada etapa da AD fílmica? *Na roteirização, na narração e consultoria.*
5. Ainda no contexto das habilidades, quais disciplinas ou áreas de estudo da grade curricular da UFMA você considera relacionadas a essas habilidades? *Por exemplo, segundo a professora Lívia Mota, especialista em audiodescrição, para desempenhar funções como roteirista, narrador ou consultor em audiodescrição, os alunos preferencialmente deveriam ter graduação em áreas como Tradução, Letras, Rádio e TV, Comunicação, Cinema, Locução, Fonoaudiologia, Dublagem e Artes Cênicas.*
6. Considerando sua experiência em audiodescrição fílmica, como você avalia a integração de mão de obra discente no modelo? *Qual as suas percepções sobre o papel dos estudantes neste contexto e como isso pode impactar a qualidade e a inovação no campo da audiodescrição de filmes?*
7. FORMAÇÃO EM AD
Considerando a relação habilidade e formação superior, eu quero ouvir sua opinião na seguinte questão: no escopo do Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica há a previsão de um período de formação básica para os discentes que comporão as equipes de audiodescritores (roteiristas, narradores e revisores/consultores). Se estipularmos que cada ciclo do modelo seja de 01 ano, qual a carga horária você entende como adequada para essa etapa inicial de capacitação teórico-prática? *Além da sua experiência na área AD, para chegar nesse número, você tem algum outro parâmetro, ou seja, participou ou ministrou cursos na área AD?*
8. VIABILIDADE TEMPORAL DA AD
O processo de feitura de uma audiodescrição envolve diversos fatores. Existe algum parâmetro ou metodologia que possibilite estimar um tempo médio necessário para a audiodescrição de um filme, considerando cada etapa do processo? *Por exemplo, quantos tempo seria necessário para preparar a audiodescrição de 10 minutos de filme, levando em conta as 3 etapas de roteirização, narração e revisão/consultoria? Não estou considerando a etapa de edição, onde a trilha é adicionada ao filme. Pode usar como referência uma experiência prática sua.*

9. ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA AD

Você poderia indicar quais são os equipamentos, softwares e periféricos básicos que todo estúdio de AD fílmica precisa ter, independentemente da etapa de produção?

10. ASPECTOS TECNOLÓGICOS DA AD

Olhando para a evolução do campo da audiodescrição de filmes (AD), você conhece ou usa alguma tecnologia de Inteligência Artificial, ou outra inovação utilizada na audiodescrição de filmes, mesmo que com potencial de aplicação em uma das três etapas da AD fílmica (roteirização, narração e revisão)? *Em caso afirmativo, você acredita que essa tecnologia poderia ser integrada no contexto do Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica?*

11. VIABILIDADE FINANCEIRA DA AD

Qual o formato de negociação é mais comum em relação à remuneração dos serviços de um profissional em AD fílmica: ele é pago por hora, diária, por projeto ou outra modalidade? *Dá para estimar o custo da hora, da diária ou do projeto?*

12. SUSTENTABILIDADE DA AD

Considerando que o modelo está sendo desenvolvido para operar dentro da UFMA, utilizando seus recursos humanos e de infraestrutura, você acredita que esse modelo é viável em termos de sustentabilidade e continuidade, caso seja implementado? *O modelo tem potencial para gerar resultados duradouros e sustentáveis?*

13. REPLICABILIDADE DO MODELO

Considerando a implementação do modelo, que visa atender inicialmente a AD fílmica, na sua percepção, quais outras modalidades de audiodescrição o modelo pode ser aplicado?

14. MERCADO DA AD

Como você percebe o cenário entre a formação de audiodescritores e a demanda do mercado?

15. DESAFIOS DA AD

Quais são os principais gargalos enfrentados pela audiodescrição no país?

16. CONTRIBUIÇÃO DO MODELO

A partir da percepção destes Gargalos, você identifica quais as principais possíveis contribuições do modelo? *Quais os possíveis impactos sociais, culturais, científicos, mercadológicos e processuais?*

17. REFERÊNCIAS AO MODELO

Quais estudos, casos de sucesso, pessoas, ou outras referências

quaisquer que você indica como relevantes para aprimorar o modelo e a prática da AD?

18. PERGUNTA ABERTA

Para além das perguntas feitas até aqui, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer outra informação, experiência ou recomendação que julgue relevante para garantir a qualidade do modelo, ou mesmo um comentário de qualquer outra natureza.

Bem! Com as respostas que você nos deu, encerramos aqui nossa entrevista. Agradecemos imensamente pela sua colaboração e pelo tempo dedicado a esta pesquisa. Temos certeza que suas contribuições nos permitirão compreender com mais profundidade os desafios e as oportunidades de desenvolvimento de soluções inovadoras na área da audiodescrição, além de identificarmos caminhos promissores para o aprimoramento do modelo.

As informações que você compartilhou conosco serão analisadas com rigor científico necessário e servirão como base para a construção mais robusta, sustentável e efetiva do modelo.

Mais uma vez, agradecemos sua participação e esperamos contar com sua colaboração na etapa de Avaliação do Modelo.

APÊNDICE C - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA ENTREVISTAS



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1996 – São Luís – Maranhão.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Programa de Pós-Graduação em Design



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

O(A) Sr(a). está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "**ACESSO PERMITIDO: Cinemateca Virtual Guarnicê acessível à pessoa com deficiência visual, com foco na audiodescrição de filmes**", desenvolvida pelo pesquisador Saulo Simões da Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Design e Ergonomia, e sob orientação da Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva.

O objetivo da pesquisa é propor um Modelo Multidisciplinar de Implementação de Audiodescrição Fílmica (MIAF) na Cinemateca Virtual Guarnicê, orientado pela abordagem do Design Inclusivo (DI). O MIAF se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura já disponíveis na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como forma de viabilizar a inserção deste recurso assistivo na plataforma de streaming desta mesma instituição. A audiodescrição, na modalidade gravada, tornará o acervo cinematográfico do histórico Festival Guarnicê de Cinema, acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual, cegas e com baixa visão, em consonância com o direito constitucional ao acesso autônomo e equitativo deste público ao repositório audiovisual da UFMA.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa da seguinte forma: respondendo a uma entrevista, onde conversaremos sobre questões que envolvem o seu conhecimento e experiência em Audiodescrição (AD), e as expectativas em relação ao modelo proposto. Durante esta entrevista, o(a) Sr(a). poderá fornecer sugestões e opiniões para a construção do artefato. Todo o processo será registrado em áudio e vídeo.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, informamos que os riscos são considerados mínimos, ou seja, não oferecem riscos previsíveis para a sua saúde. Não temos a intenção de realizar avaliação de inteligência ou personalidade. Garantimos ao(à) Sr(a). a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa. Pedimos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revistas científicas, mantendo o anonimato assegurado.



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1996 – São Luís – Maranhão.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Programa de Pós-Graduação em Design



Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos e consistem no aprimoramento do modelo multidisciplinar de implementação de audiodescrição, em ambiente virtual, interativo e informacional, com foco nas pessoas com deficiência visual, e no aprimoramento de recursos e ferramentas metodológicas utilizadas e/ou desenvolvidas na pesquisa.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. A qualquer momento, poderá decidir não participar do estudo, sem sofrer qualquer tipo de prejuízo. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário durante todo o processo de pesquisa.

O(A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

O(A) Sr(a.) poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis a qualquer momento para informação adicional nos e-mails inez.silva@ufma.br ou saulo.ss@ufma.br, ou ainda no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, Campus Universitário do Bacanga – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) – Bloco 06, Sala 216 – CEP 65080-580, São Luís – MA.

Caso aceite o convite para participar desta pesquisa, solicitamos que responda a este e-mail. Caso não aceite participar, basta desconsiderar essa comunicação.

Atenciosamente,

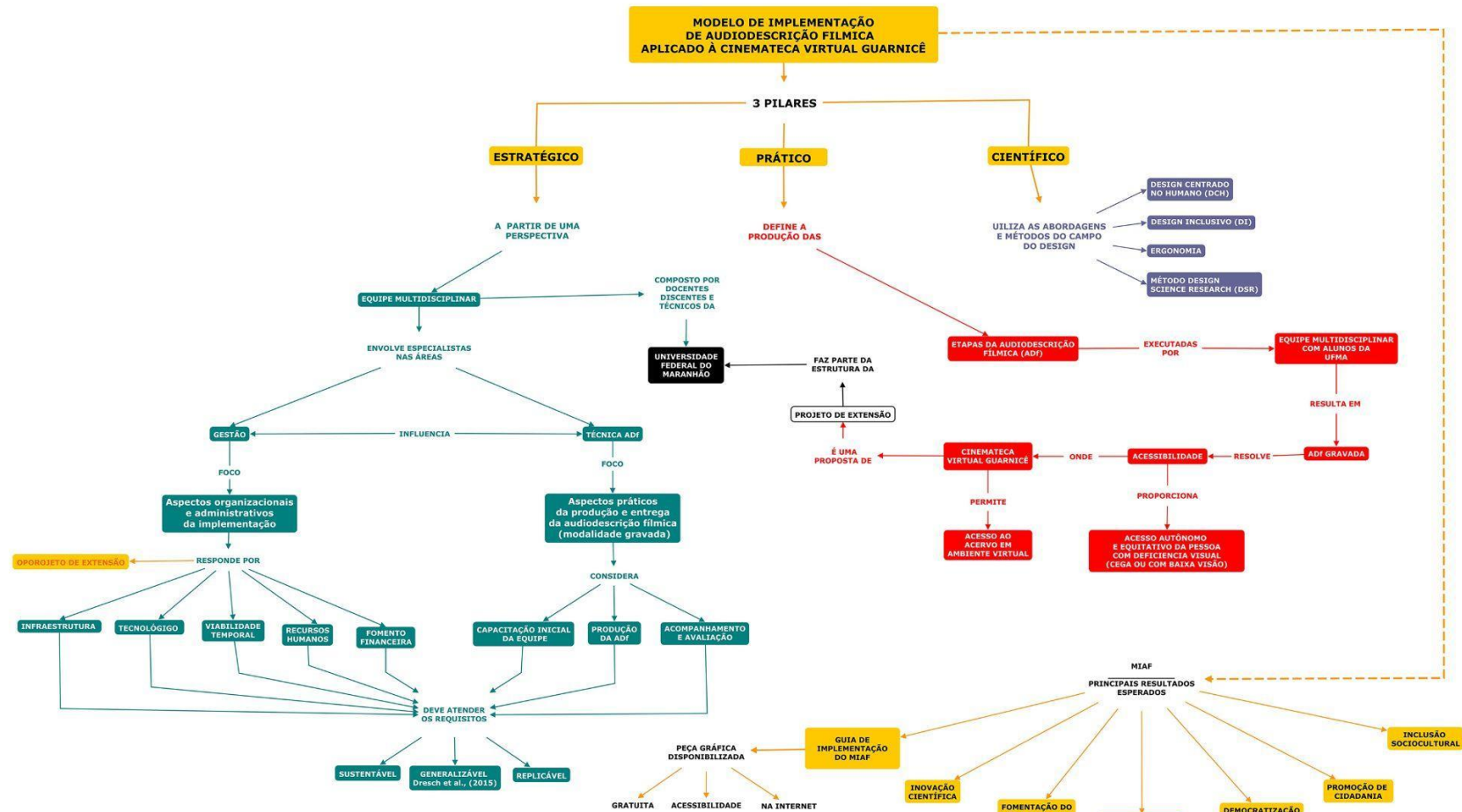
Documento assinado digitalmente
INEZ MARIA LEITE DA SILVA
Data: 23/04/2024 08:59:29-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva
ORIENTADORA

Documento assinado digitalmente
SAULO SIMOES DA SILVA
Data: 23/04/2024 09:10:26-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Saulo Simões da Silva
MESTRANDO

APÊNDICE D - MAPA CONCEITUAL PARA AMBIENTAÇÃO DOS INFORMANTES



APÊNDICE E - QUESTIONÁRIO DE AVALIAÇÃO

Avaliação do Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê para Pessoas com Deficiência Visual.

* Indica uma pergunta obrigatória

Olá, Seja bem vindo(a)

Prezado(a),

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa "ACESSO PERMITIDO: Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê para Pessoas com Deficiência Visual". O presente estudo tem como objetivo propor recomendações para um modelo de implementação de audiodescrição fílmica, orientadas pelas abordagens Design Inclusivo e Design Centrado no ser humano, com aplicação no acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê, como forma de viabilizar um acervo mais acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual. Sua contribuição é muito importante, porém, você não precisa participar contra sua vontade. Todas as informações coletadas neste estudo serão confidenciais. Os dados coletados serão utilizados apenas para esta pesquisa.

Instruções

1. Leia o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - (TCLE) [AQUI](#), e caso você queira participar da entrevista, marque a opção "ACEITO", no campo abaixo.
2. Acesse [AQUI](#) o Guia "Recomendações para o Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê" O Guia está dividido em 4 "categorias estruturantes":
 - Categoria Estruturante 1 - Formação e Prática em Audioescritção;
 - Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura;
 - Categoria Estruturante 3 - Mercado de Audiodescrição;
 - Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade.
1. Leia com atenção o "as questões balizadoras e conjunto de recomendações" de cada "categoria estruturante".
2. Após a leitura, avalie cada "categoria estruturante" utilizando os "critérios de avaliação" indicados no questionário. As descrições dos "critérios de avaliação" estão disponíveis para facilitar a sua avaliação.
3. O questionário deve ser respondido apenas uma vez.

1. Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE. Após a leitura: *

Marcar apenas uma oval.

☐ ACEITO participar da pesquisa.

2. Seu email *

3. Seu nome *

4. Qual a sua área de formação? *

5. Qual a sua área de atuação? *

Seção 2

Categoria Estruturante 1 - Formação e Prática em Audioescritção

Envolve a formação inicial (aspectos teóricos e práticos), bem como a capacitação e prática contínuas para desenvolver habilidades específicas em audiodescritção (AD), com o objetivo de fornecer uma base sólida de conhecimentos e habilidades para a produção de AD fílmica.

6. **Critério 1 - Proximidade com a Realidade:** Este critério mede a aplicabilidade prática do Modelo. A proximidade com a realidade assegura que o Modelo tenha validade teórica, mas também aplicabilidade e relevância no mundo real. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

7. **Critério 2 - Consideração de Variáveis Relevantes:** Este critério verifica se fatores críticos foram considerados na estruturação do Modelo. Fatores críticos são aqueles que têm impacto significativo no sucesso ou falha do modelo (Viabilidade Financeira, alinhamento com as normas e regulamentações legais, etc.). *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

8. **Critério 3 - Nível de Detalhamento:** Este critério avalia o grau de especificidade e profundidade das informações contidas no Modelo, facilitando a reprodução e a implementação dos resultados em diferentes contextos *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

9. **Critério 4 - Capacidade de Adaptação:** Este critério avalia a facilidade do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

10. **Critério 5 - Coerência Interna:** Este critério examina a consistência entre as diversas partes do Modelo, garantindo que todas as suas partes funcionem de maneira integrada e sem áreas conflitantes. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

11. Sobre a **Categoria Estruturante 1 - Formação e Prática em Audioescrita**, esta que você acabou de avaliar, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer informação ou sugestão que julgue relevante para o aprimoramento do Modelo.

Seção 3

Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura

Trata dos recursos humanos (discentes, preferencialmente com deficiência visual), físicos e tecnológicos já existentes no patrimônio da UFMA, necessários para a produção eficiente de audiodescrição. Envolve equipes multidisciplinares, adequação e manutenção de espaços físicos e atualização constante dos recursos tecnológicos

12. **Critério 1 - Proximidade com a Realidade :** Este critério mede a aplicabilidade prática ^{*} do Modelo. A proximidade com a realidade assegura que o Modelo tenha validade teórica, mas também aplicabilidade prática e relevância no mundo real.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

13. **Critério 2 - Consideração de Variáveis Relevantes:** Este critério verifica se fatores ^{*} críticos foram considerados na estruturação do Modelo. Fatores críticos são aqueles que têm impacto significativo no sucesso ou falha do modelo (Viabilidade Financeira, alinhamento com as normas e regulamentações legais, etc.).

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

14. **Critério 3 - Nível de Detalhamento:** Este critério avalia o grau de especificidade e profundidade das informações contidas no Modelo, facilitando a reprodução e a implementação dos resultados em diferentes contextos *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

15. **Critério 4 - Capacidade de Adaptação:** Este critério avalia a facilidade do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

16. **Critério 5 - Coerência Interna:** Este critério examina a consistência entre as diversas partes do Modelo, garantindo que todas as suas partes funcionem de maneira integrada e sem áreas conflitantes. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

17. Sobre a **Categoria Estruturante 2 - Recursos e Infraestrutura**, esta que você acabou de avaliar, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer informação ou sugestão que julgue relevante para o aprimoramento do Modelo.

Seção 4

Categoria Estruturante 3 - Mercado de Audiodescrição

Enfoca nas questões relacionadas ao mercado de AD. Analisa e identifica demandas, carências e oportunidades do mercado de AD como estratégia permanente para alinhar a formação e os serviços de AD do modelo às necessidades emergentes em audiodescrição.

18. **Critério 1 - Proximidade com a Realidade :** Este critério mede a aplicabilidade prática ^{*} do Modelo. A proximidade com a realidade assegura que o Modelo tenha validade teórica, mas também aplicabilidade prática e relevância no mundo real.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

19. **Critério 2 - Consideração de Variáveis Relevantes:** Este critério verifica se fatores ^{*} críticos foram considerados na estruturação do Modelo. Fatores críticos são aqueles que têm impacto significativo no sucesso ou falha do modelo (Viabilidade Financeira, alinhamento com as normas e regulamentações legais, etc.).

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

20. **Critério 3 - Nível de Detalhamento:** Este critério avalia o grau de especificidade e profundidade das informações contidas no Modelo, facilitando a reprodução e a implementação dos resultados em diferentes contextos *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

21. **Critério 4 - Capacidade de Adaptação:** Este critério avalia a facilidade do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

22. **Critério 5 - Coerência Interna:** Este critério examina a consistência entre as diversas partes do Modelo, garantindo que todas as suas partes funcionem de maneira integrada e sem áreas conflitantes. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

23. Sobre a **Categoria Estruturante 3 - Mercado de Audiodescrição**, esta que você acabou de avaliar, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer informação ou sugestão que julgue relevante para o aprimoramento do Modelo.

Seção 5

Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade

Aborda a viabilidade, a sustentabilidade e a replicabilidade do modelo de implementação de AD.

Envolve elaborar estratégias para: captação de financiamentos e apoios através de parcerias institucionais; documentação detalhada do processo de implementação do modelo para a adaptação e replicação em diferentes contextos de uso

24. **Critério 1 - Proximidade com a Realidade :** Este critério mede a aplicabilidade prática ^{*} do Modelo. A proximidade com a realidade assegura que o Modelo tenha validade teórica, mas também aplicabilidade prática e relevância no mundo real.

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

25. **Critério 2 - Consideração de Variáveis Relevantes:** Este critério verifica se fatores ^{*} críticos foram considerados na estruturação do Modelo. Fatores críticos são aqueles que têm impacto significativo no sucesso ou falha do modelo (Viabilidade Financeira, alinhamento com as normas e regulamentações legais, etc.).

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

26. **Critério 3 - Nível de Detalhamento:** Este critério avalia o grau de especificidade e profundidade das informações contidas no Modelo, facilitando a reprodução e a implementação dos resultados em diferentes contextos *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

27. **Critério 4 - Capacidade de Adaptação:** Este critério avalia a facilidade do Modelo em se adequar a diferentes condições sem afetar seu desempenho. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

28. **Critério 5 - Coerência Interna:** Este critério examina a consistência entre as diversas partes do Modelo, garantindo que todas as suas partes funcionem de maneira integrada e sem áreas conflitantes. *

Marcar apenas uma oval por linha.

	Nada Relevante	Pouco Relevante	Relevante	Muito Relevante	Extremamente Relevante
Nível de relevância desta "categoria estruturante" em relação a este critério.	☐	☐	☐	☐	☐

29. Sobre a **Categoria Estruturante 4 - Viabilidade, sustentabilidade e replicabilidade**, esta que você acabou de avaliar, sinta-se à vontade para compartilhar qualquer informação ou sugestão que julgue relevante para o aprimoramento do Modelo.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google.

Google Formulários

APÊNDICE F - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE) PARA QUESTIONÁRIO



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1996 – São Luís – Maranhão.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Programa de Pós-Graduação em Design



TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a) Senhor (a)

O(A) Sr(a). está sendo convidado(a) a participar da pesquisa **"ACESSO PERMITIDO: Cinemateca Virtual Guarnicê acessível à pessoa com deficiência visual, com foco na audiodescrição de filmes"**, que está sendo desenvolvida pelo pesquisador Saulo Simões da Silva, aluno do Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, na linha de pesquisa Design e Ergonomia, e sob orientação da Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva.

O objetivo da pesquisa é propor um Modelo Multidisciplinar de Implementação de Audiodescrição Fílmica (MIAF) na Cinemateca Virtual Guarnicê, orientado pela abordagem do Design Inclusivo (DI). O MIAF se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos, tecnológicos e de infraestrutura já disponíveis na Universidade Federal do Maranhão (UFMA), como forma de viabilizar a inserção deste recurso assistivo na plataforma de streaming desta mesma instituição. A audiodescrição, na modalidade gravada, tornará o acervo cinematográfico do histórico Festival Guarnicê de Cinema, acessível e inclusivo para pessoas com deficiência visual, cegas e com baixa visão, em consonância com o direito constitucional ao acesso autônomo e equitativo deste público ao repositório audiovisual da UFMA.

Neste sentido, solicitamos a sua colaboração para participar desta pesquisa da seguinte forma: respondendo a um QUESTIONÁRIO de avaliação das **"Recomendações para o Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê"**.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. Nesta pesquisa, informamos que os riscos são considerados mínimos, ou seja, não oferecem riscos previsíveis para a sua saúde. Não temos a intenção de realizar avaliação de inteligência ou personalidade. Garantimos ao(à) Sr(a). a manutenção do sigilo e da privacidade de sua participação e de seus dados durante todas as fases da pesquisa. Pedimos a sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área e publicar em revistas científicas, mantendo o anonimato assegurado.



PPGDg UFMA
Programa de
Pós-Graduação
em Design

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
Fundação Instituída nos termos da Lei nº 5.152, de 21/10/1996 – São Luís – Maranhão.
Centro de Ciências Exatas e Tecnológicas
Programa de Pós-Graduação em Design



Não existe benefício ou vantagem direta em participar deste estudo. Os benefícios e vantagens em participar são indiretos e consistem no aprimoramento do modelo multidisciplinar de implementação de audiodescrição, em ambiente virtual, interativo e informacional, com foco nas pessoas com deficiência visual, e no aprimoramento de recursos e ferramentas metodológicas utilizadas e/ou desenvolvidas na pesquisa.

Sua participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer informações ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador. A qualquer momento, poderá decidir não participar do estudo, sem sofrer qualquer tipo de prejuízo. Os pesquisadores estarão à sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário durante todo o processo de pesquisa.

O(A) Sr.(Sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa, bem como nada será pago por sua participação.

O(A) Sr(a.) poderá entrar em contato com os pesquisadores responsáveis a qualquer momento para informação adicional nos e-mails inez.silva@ufma.br ou saulo.ss@ufma.br, ou ainda no Programa de Pós-Graduação em Design da Universidade Federal do Maranhão, Campus Universitário do Bacanga – Centro de Ciências Exatas e Tecnologia (CCET) – Bloco 06, Sala 216 – CEP 65080-580, São Luís – MA.

Caso aceite o convite para participar desta pesquisa, solicitamos que responda a este e-mail. Caso não aceite participar, basta desconsiderar essa comunicação.

Atenciosamente,

Saulo Simões da Silva
MESTRANDO

Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva
ORIENTADORA

APÊNDICE G - GUIA DE RECOMENDAÇÕES PARA O MODELO DE IMPLEMENTAÇÃO DE AUDIODESCRIÇÃO NA CINEMATECA GUARNICÊ

Elaboração: Saulo Simões da Silva

Orientadora: Profa. Dra. Inez Maria Leite da Silva

Recomendações para o Modelo de Implementação de Audiodescrição Fílmica na Cinemateca Virtual Guarnicê

Este Guia é parte da pesquisa em fase de conclusão: ACESSO PERMITIDO: modelo de Implementação da audiodescrição fílmica na “Cinemateca Virtual Guarnicê” para pessoas com deficiência visual.

São Luís - 2024

Contexto Introdutório

As recomendações do recurso assistivo de audiodescrição para filmes na modalidade gravada, foram elaboradas a partir das análises das informações coletadas utilizando as ferramentas: Pesquisa Documental, Revisão Narrativa de Literatura e Entrevista Semiestruturada.

O modelo se estrutura com base na perspectiva de utilização dos recursos humanos e de infraestrutura já disponíveis na UFMA, como forma de viabilizar a inserção do recurso audiodescritivo no acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê.

As recomendações estão organizadas em 4 categorias estruturantes, 11 questões balizadoras e 46 recomendações.

Contexto de Uso

O modelo está elaborado com possibilidade de utilização em diferentes contextos, este guia exemplifica a sua aplicação ao acervo da Cinemateca Virtual Guarnicê, que é um projeto da área de Extensão da UFMA, para que se possa entender a aplicabilidade do modelo em seu estado prático.

Recomendação Inicial de Contexto

Recomenda-se que o modelo seja incorporado à área da Extensão Universitária, na modalidade "Projeto". Este deve ser submetido aos trâmites de institucionalização da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura da UFMA, ambientado dentro da estrutura da Diretoria de Assuntos Culturais..

Categoria Estruturante 1

FORMAÇÃO E PRÁTICA EM AD

Envolve a formação inicial (aspectos teóricos e práticos), bem como a capacitação e prática contínuas em audiodescrição (AD) para desenvolver habilidades específicas em audiodescrição, com o objetivo de fornecer uma base sólida de conhecimentos e habilidades para a produção de AD fílmica.

Questão balizadora

Formação Inicial (FI)

Recomendações

- FI 1 Desenvolver um programa de capacitação inicial, com carga horária de 120h, com conteúdo programático que aborde questões teóricas e práticas essenciais a produção de audiodescrição fílmica (modalidade gravada).
 - FI 1.1 Incluir módulos sobre a importância da acessibilidade e a história da audiodescrição.
 - FI 1.2 Incorporar conteúdo sobre as diretrizes e normas legais referentes à acessibilidade em produções audiovisuais.
- FI 2 Promover atividades interdisciplinares da equipe com cursos que tenham em sua grade curricular disciplinas que possuam alinhamento com processo de produção de audiodescrição (roteiro, narração e consultoria) para enriquecer a formação dos alunos.

Experiência Prática (EP)

Recomendações

- EP 1 Promover a prática reiterada em contextos reais de produção de audiodescrição fílmica.
- EP 2 Propor parcerias com estúdios de cinema e produtoras para oportunidades de prática real de audiodescrição fílmica.
- EP 3 Promover a participação dos alunos em estágios e colaborações com profissionais da área.
- EP 4 Facilitar a participação dos alunos em festivais e mostras de cinema acessível.
- EP 5 Implementar um sistema com avaliações regulares de desempenho.

Qualificação Contínua (QG)

Recomendações

- QC 1 Implementar um programa de formação continuada para manter a equipe atualizada com as melhores práticas em audiodescrição e novas tecnologias.
- QC 2 Incentivar a participação dos discentes em conferências e seminários relacionados à audiodescrição.
- QC 3 Estabelecer um sistema de certificação para as formações complementares concluídas pelos discentes.
- QC 4 Incentivar a publicação de pesquisas e artigos científicos relativos à acessibilidade, audiodescrição e temáticas afins.

Categoria Estruturante 2

RECURSOS E INFRAESTRUTURA

Trata dos recursos humanos (discentes, preferencialmente com deficiência visual), físicos e tecnológicos já existentes no patrimônio da UFMA, necessários para a produção eficiente de audiodescrição. Envolve equipes multidisciplinares, adequação e manutenção de espaços físicos e atualização constante dos recursos tecnológicos

Questão balizadora

Recursos Humanos (RH)

Recomendações

- RH 1 Garantir uma equipe multidisciplinar para contemplar diferentes aspectos da produção de audiodescrição.
- RH 2 Integrar a mão de obra discente, supervisionada por um especialista em gestão e um especialista em audiodescrição.
- RH 3 Implementar uma política de inclusão que incentive a participação de pessoas com deficiência na equipe.
- RH 4 Assegurar a continuidade da equipe através de programas de incentivo e reconhecimento, considerando a disponibilização de bolsas de extensão.
- RH 5 Assegurar um fluxo contínuo de novos discentes através de editais de seleção.

Espaços Físicos (EF)

Recomendações

- EF 1 Utilizar as salas, estúdios de gravação e cabines de áudio da UFMA.
- EF 2 Adequar os espaços físicos para atender às necessidades específicas da produção de audiodescrição.
- EF 3 Criar ambientes de trabalho colaborativos e inclusivos, acessíveis a todos os membros da equipe, inclusive com mobiliário ergonômico e com acessibilidade.
- EF 4 Manter a infraestrutura física em condições ideais de funcionamento e de acessibilidade.
- EF 5 Garantir a manutenção regular dos espaços físicos utilizados para as atividades de audiodescrição.

Recursos Tecnológicos (RT)

Recomendações

- RT 1 Disponibilizar equipamentos e licenças dos softwares utilizados em audiodescrição.
- RT 2 Manter um suporte técnico contínuo para solucionar eventuais problemas tecnológicos.
- RT 3 Investir em tecnologias emergentes que possam melhorar a qualidade da audiodescrição.
- RT 4 Estabelecer um cronograma de atualização constante dos recursos tecnológicos disponíveis.

Categoria Estruturante 3

MERCADO DE AD

Enfoca nas questões relacionadas ao mercado de AD. Analisa e identifica demandas, carências e oportunidades do mercado de AD como estratégia permanente para alinhar a formação e os serviços de AD do modelo às necessidades emergentes em audiodescrição.

Questão balizadora

Análise de Demanda (AD)

Recomendações

- AD 1 Realizar estudos de mercado para identificar e ajustar a formação da equipe às necessidades emergentes.
- AD 2 Monitorar as tendências e exigências da legislação sobre acessibilidade em diferentes cenários, em particular, em acervos filmicos.
- AD 3 Avaliar a receptividade do público-alvo em relação à audiodescrição fílmica produzida a partir do modelo.
- AD 4 Estabelecer parcerias com empresas e instituições que necessitem de serviços de audiodescrição fílmica, por exemplo, produtoras e distribuidoras de filmes.

Identificação de Carências (IC)

Recomendações

- IC 1 Mapear a falta de profissionais qualificados em audiodescrição fílmica no mercado atual.

- IC 2 Facilitar a transição de profissionais não qualificados de outras áreas relacionadas a audiodescrição fílmica, disponibilizando engajamento na formação como ouvinte convidado.

Oportunidades (OP)

Recomendações

- OP 1 Estimular a inserção prévia de audiodescrição em filmes de festivais e mostras de cinema.
- OP 2 Estimular a inserção dos discentes no mercado de trabalho através de parcerias e estágios, após o término de sua participação como bolsista no projeto de implementação do modelo.
- OP 3 Desenvolver iniciativas de empreendedorismo (startups e pequenas empresas) na área de audiodescrição para os discentes membros da equipe, após o término de sua participação como bolsista no projeto de implementação do modelo.
- OP 4 Reconhecer e promover a carreira de audiodescritor como uma possibilidade viável e necessária.

Categoria Estruturante 4

VIABILIDADE, SUSTENTABILIDADE E REPLICABILIDADE

Aborda a viabilidade, a sustentabilidade e a replicabilidade do modelo de implementação de AD. Envolve elaborar estratégias para: captação de financiamentos e apoios através de parcerias institucionais; documentação detalhada do processo de implementação do modelo para a adaptação e replicação em diferentes contextos de uso.

Questão balizadora

Planejamento de Viabilidade a Longo Prazo (VLP)

Recomendações

- VLP 1 Desenvolver estratégias de captação de recursos financeiros externos via editais de fomento para dar maior perenidade à viabilidade do projeto.
- VLP 2 Estabelecer parcerias com instituições e organizações de apoio na modalidade de cessão de serviços ou doações, que assegurem a manutenção e atualização dos equipamentos, mobiliário e infraestrutura, entre outras demandas.

Replicabilidade Contextual (RC)

Recomendações

- RC 1 Documentar detalhadamente o processo de implementação para facilitar a adequação/adaptação a diferentes em diferentes contextos.
- RC 2 Compartilhar e divulgar amplamente as melhores práticas e resultados emergentes do processo de implementação do modelo.

- RC 3 Oferecer consultoria para a implementação do modelo para iniciativas de acessibilidade similares.
- RC 4: Estabelecer redes de colaboração entre instituições para a troca de conhecimentos e práticas.
- RC 5: Flexibilizar o modelo no intuito de servir como referência para outras iniciativas de acessibilidade que adotem diferentes tipos de audiodescrição (simultânea, ao vivo, imagens estáticas).
- RC 6: Criar e disponibilizar gratuitamente na internet, uma peça gráfica (Guia) com as recomendações de implementação do modelo para possibilitar sua replicabilidade.